



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Ata n.º 1/2025

Sessão Extraordinária de 17 de JANEIRO 2025

Aos dezassete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, no Centro Social e Comunitário de Vale Silves, em Boliqueime, deu-se início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, sobre Estratégia Municipal de Habitação, convocada ao abrigo do artigo trigésimo oitavo do Regimento, presidida pelo Presidente da Assembleia, Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos: -----

----- **Lista de Presenças:** -----

21 Deputados Municipais do PS - Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (Presidente da Assembleia), Fernando Pereira Marques (1º Secretário), Tânia Verónica Dias Tomaz (2ª Secretária em substituição), Maria Esteves Ferreira Lourenço, Carlos Manuel Pontes Costa, Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, Tânia Verónica Dias Tomaz (em substituição de Pedro de Moraes Lobo Martins Julião), Ricardo Filipe Martins Gonçalves (em substituição de Elisabeta Ecaterina Necker), Abel Filipe dos Santos Matinhos, José Miguel Almeida Monteiro, Maria João Carapeto Tavares, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Adriano Costa Cabrita (em substituição de Ana Paula Neto Coelho dos Santos), Luísa Mendes Caetano (em substituição de João Pedro Medeira Cabrita), Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, José João Magalhães David, José Guerreiro Romão (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente), Analídio Correia da Ponte (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião); -----

8 Deputados Municipais do PSD - Miguel Baguinho Coelho (em substituição de João Carlos Dias dos Santos), Bárbara Maria do Amaral Correia, Márcio Alberto Morgado

Handwritten signature and initials in blue ink.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Pires Rodrigues, Victor Matos Coelho (em substituição de Cláudia Isabel Martins Mendes), João José Paixão Carvalho Ferreira, Hélder Faísca Guerreiro, Francisco André Pereira Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim); -----

1 Deputada Municipal do Partido CHEGA - Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro; -----

1 Deputado Municipal do BE - Carlos José da Silva Martins; -----

1 Deputada Municipal do CDS - Isilda Maria Mendes Guerreiro (em substituição de António José Mendes Pinto Farrajota); -----

1 Deputada Municipal da CDU - Carla Sofia Osório Gomes; -----

1 Deputada Municipal do PAN - Ana Luísa Poeta Simões; -----

Também estiveram presentes, o Presidente da Câmara, Vítor Aleixo, o Vice-Presidente, David Pimentel e os Vereadores, Abílio Sousa, Ana Machado, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, João Paulo Sousa e Fernando Santos. -----

Não esteve presente o Vereador, Rui Cristina. -----

Não estiveram presentes, nem se fizeram representar, os Deputados, António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte) e Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro (CHEGA); -----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----**Ordem de Trabalhos:** -----

1- Abertura pelo Presidente da Assembleia Municipal;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

2- Intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Loulé e apresentação da Proposta da Câmara Municipal n.º 2151-2024 [DMADS] - Estratégia Local de Habitação (ELH) do município de Loulé, da Proposta da Câmara Municipal n.º 2258-2024 [DGHM] - Atualização dos parâmetros aplicáveis ao acesso à habitação em regime de Arrendamento Acessível do Regulamento Municipal do Direito à Habitação do município de Loulé e da Proposta da Câmara Municipal n.º 2353-2024 [GAP] - Proposta de Alteração dos Estatutos da Empresa Municipal Loulé Concelho Global;

3- Intervenções do público sobre o tema;

4- Intervenções da Câmara Municipal para esclarecimentos;

5- Intervenções dos Deputados Municipais por ordem de inscrição;

6- Intervenções da Câmara Municipal para esclarecimentos;

7- Votação das Propostas apresentadas;

8- Encerramento pelo Presidente da Assembleia Municipal.

Foram iniciados os trabalhos-----

1- Abertura pelo Presidente da Assembleia Municipal; -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito boa noite a todos. Caros e caras Deputados e Deputadas, senhor Presidente, Vítor Aleixo e Executivo, cidadãos aqui presentes, num número muito significativo, que muito saudamos porque a democracia precisa de participação e cidadãos que nos acompanham pelas redes sociais. As equipas de apoio à realização desta Assembleia, Gabinete de Apoio à Assembleia e Língua Gestual Portuguesa, Audiovisuais e Gabinete de Apoio à Assembleia, muito boa noite a todos e a todas. -----

Vamos dar início à Sessão Extraordinária sobre Habitação, descentralizada, convocada para o Centro Social e Comunitário de Vale Silves, na Freguesia de Boliqueime. Para a Sessão de hoje, e uma vez que a Deputada Elisabeta Necker (2ª



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Secretária) solicitou a sua substituição, convidei para integrar a Mesa, como 2ª Secretária em substituição, a Deputada Tânia Tomaz, perguntando se alguém se opõe? -----

Assim sendo, e antes de entrarmos na Ordem de Trabalhos, quero agradecer na pessoa da Dra. Maria Armada Soares Lima da Silva, Presidente da Direção deste Centro, a total colaboração prestada para a organização da Assembleia neste local, Um agradecimento também, para a Junta de Freguesia de Boliqueime e para a excelente equipa de colaboradores que nos ajudou na preparação do espaço para a realização desta nossa Assembleia Extraordinária descentralizada. Muito obrigado a todos e a todas. -----

Antes de dar início à nossa Sessão Extraordinária sobre Habitação não posso deixar de referir a aprovação na Assembleia da República hoje, por unanimidade da elevação de Boliqueime a Vila. Uma salva de palmas para tal decisão. -----
(Aplausos). -----

Melhor data que esta, para a realização desta Sessão Descentralizada na Freguesia de Boliqueime não seria possível. -----

Também hoje, na Assembleia da República foi aprovada a desagregação de um conjunto de Freguesias nas quais se incluem a desagregação das Freguesias de Querença, Tôr e Benafim. Para os deputados da Assembleia da República, para as populações que veem assim culminar as suas aspirações de voltar a ter as suas Freguesias autonomizadas e para os órgãos da União de Freguesias que têm gerido aqueles territórios e o continuarão a fazer até à próximas eleições autárquicas quero também pedir uma salva de palmas. -----
(Aplausos). -----

Vamos então dar início à nossa Sessão Extraordinária sobre Habitação. Houve concordância da Conferência de Representantes com a distribuição dos tempos previstos para as Sessões Extraordinárias somando os tempos do período Antes da Ordem do Dia e Período da Ordem do Dia e com a apresentação das propostas sem contagem de tempo. -----

Para o Período do Público dispomos de um total de 30 a 40 minutos conforme o número de inscrições. A Ordem de Trabalhos é a que consta na Convocatória e para além da abertura, teremos a intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal de Loulé e a Apresentação da Estratégia Local de Habitação, a Apresentação da proposta relativa à Atualização dos Parâmetros Aplicáveis ao Acesso à Habitação em Regime de Arrendamento Acessível e a Apresentação da proposta relativa às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Alterações do Estatuto da Empresa Municipal Loulé Concelho Global. -----
Seguidamente, seguir-se-ão as Intervenções do Público sobre o tema, Intervenções da Câmara Municipal para esclarecimentos, Intervenção dos Deputados Municipais por ordem de inscrição, Intervenção da Câmara Municipal para esclarecimentos, votação das propostas apresentadas e, para finalizar, encerramento pelo Presidente da Assembleia. -----

Para o Período de Intervenção do Público, foram contactadas previamente algumas entidades e organizações relacionadas com a problemática da habitação nomeadamente o Nera, a Cooperativa Nova Terra e a Associação de Moradores Bairro 26 de Junho de Loulé. -----

A Sessão de hoje, destina-se principalmente à Apresentação por parte do Executivo da Câmara Municipal da Estratégia Municipal de Habitação e das duas propostas também elas relacionadas com a habitação e discussão e votação das mesmas. -----

Para a intervenção inicial do Presidente da Câmara e dos restantes elementos do Executivo, que o mesmo entender, e apresentação das propostas não haverá contagem de tempo. -----

Como foi dito, para o Período do Público dispomos de um total de 30 minutos, o qual poderá ser aumentado no caso de mais cidadãos que queiram usar da palavra. Os interessados em fazer o uso da palavra, deverão, no caso de não terem preenchido o impresso adequado, declarar inequivocamente no início da sua intervenção dizendo o seu nome completo, que autorizam a recolha e transmissão da sua intervenção e da sua imagem. O Executivo terá 15 minutos para esclarecimentos. -----

Começamos então pela abertura propriamente dita. As questões da habitação continuam a assumir uma importância estratégica crucial para o país e também para o nosso município. Este é um desígnio do Executivo, é um desígnio de toda a Assembleia e é um desígnio de todos os louletanos e louletanas. Já disse no passado, e volto a repetir, estamos numa altura crucial para congregar esforços e tomar decisões de amplo consenso que contribuam fortemente para resolver o problema da falta de habitação e de habitação condigna para muitos dos nossos concidadãos. Muito já está a ser feito e muito tem que continuar a ser feito e é para nos falar em por menor do que está a ser feito e o que está planeado fazer que passo a palavra ao senhor Presidente da Câmara. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

2- Intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Loulé e apresentação da Proposta da Câmara Municipal n.º 2151-2024 [DMADS] - Estratégia Local de Habitação (ELH) do município de Loulé, da Proposta da Câmara Municipal n.º 2258-2024 [DGHM] - Atualização dos parâmetros aplicáveis ao acesso à habitação em regime de Arrendamento Acessível do Regulamento Municipal do Direito à Habitação do município de Loulé e da Proposta da Câmara Municipal n.º 2353-2024 [GAP] - Proposta de Alteração dos Estatutos da Empresa Municipal Loulé Concelho Global; -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. Senhores Deputados, Exmo. Público aqui presente, em grande número, que é sempre uma nota muito positiva e agradável, nos trabalhos da Assembleia Municipal e cumprimento também o público que segue os trabalhos desta Assembleia Municipal, através da transmissão pela Plataforma Youtube. Feitos os cumprimentos, naturalmente que eu quero agora também dizer algumas palavras sobre a enorme satisfação que hoje todos temos, pelo facto de Boliqueime ter sido elevado à categoria de Vila. Hoje é um dia de festa que surge naturalmente, porque Boliqueime e os boliqueimenses, têm nos últimos anos vindo a conhecer um aumento de atividade, um aumento de atração de novos moradores, alguns equipamentos significativos foram construídos nesta Freguesia. É uma Freguesia que hoje atrai não só atividades económicas, atrai também novos moradores e, portanto, esta elevação à categoria de Vila, é o corolário natural desse processo de desenvolvimento que temos vindo a registar nos últimos anos. Em primeiro lugar estão de parabéns os naturais de Boliqueime, aqueles que escolheram Boliqueime para viver ou para trabalhar, porque também há muitos. De modo que hoje é um dia que fica na história desta terra, desta comunidade e estamos por esse facto muito felizes. -----

A Câmara Municipal de Loulé, naturalmente também, até porque teve um papel ativo em propor essa classificação, essa elevação de categoria e eu penso que para o futuro ter mais uma Vila no concelho de Loulé, não dá importância não só à Vila, como até e naturalmente ao próprio concelho, porque isto é um sinal do progresso que o nosso concelho, em geral todo o concelho tem registado e onde um dos polos mais ativos que registam esse crescimento e que têm contribuído para a projeção externa do concelho de Loulé, como um concelho que se afirma no país pelas boas razões naturalmente Boliqueime está lá a dar o seu contributo e por esse facto a Câmara Municipal, não pode de deixar de se regozijar por esse facto. Ainda hoje logo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

soubemos dando notícia, que já esperávamos, emitimos um comunicado e, portanto, ficam assim ditas as palavras que o Presidente da Câmara deve dizer, perante as pessoas que aqui estão de Boliqueime. -----

Esta noite, o que nos traz aqui na Assembleia Municipal Extraordinária, tem o tema da Habitação, é um tema muito crítico não só no Algarve, não só em Portugal, não só na Europa, mas há por todo o mundo, fenómenos da mesma natureza, ou seja, o parque habitacional em muitos países do mundo tem estado nos últimos anos sujeito a grande pressão. Há razões várias que podem explicar isso, e se me permitem não conhecendo bem a realidade dos outros países, mas conhecendo bem a realidade do nosso país e da nossa região, posso dizer-vos o seguinte, o parque habitacional está muito pressionado e não responde à necessidade das pessoas que cá vivem e trabalham por várias ordens de razões. Eu vou enumerar algumas, primeira delas, é que nós somos felizmente uma região de características naturais, sociais e económicas verdadeiramente excecional, somos uma boa região, somos boas pessoas, boa gente, que sabe acolher, que se relaciona facilmente com aqueles que não tendo nascido cá, vêm para cá trabalhar ou vêm para cá residir, passando o resto da sua vida, os portugueses recebem bem. -----

Temos condições naturais fantásticas, um bom clima, um clima ameno que também atrai muita gente. Temos um património cultural que também atrai essas pessoas e todos estes fatores naturalmente que contam na hora de pessoas que têm poupanças, vivam elas na Alemanha, na França, nos Estados Unidos, na Suíça, que têm poupanças onde é que vamos comprar uma segunda habitação? Em Portugal e, portanto, investem aqui naturalmente. Só que, tendo o mercado deixar de ser nacional passando a ser o mercado global, significa que há muita gente com enormes poupanças, que compram muita da produção de moradias e apartamentos que são feitos cá em Portugal, para investirem ou para se deslocarem para cá também e comprem. Ao comprarem, aumentam muito a procura e quando a procura aumenta, de acordo com as regras do mercado, os preços dos bens sobem muito e os portugueses deixam de ter rendimentos para aceder a uma habitação. Isto atinge os jovens em primeiro lugar que é verdadeiramente um problema de grande escala. O tempo está a contar ou aqui não conta o tempo? -----

O **Presidente da AML** respondeu: Senhor Presidente, o tempo não está a contar, mas pedia alguma brevidade, porque pelo que me apercebi, a Apresentação da Estratégia e das propostas, vai ser relativamente longa. Muito obrigado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da CML** retomou a palavra e disse: Senhor Presidente, muito obrigado. Eu estou apenas tecer algumas considerações gerais, para dizer às pessoas, os problemas que temos com a habitação, mas depois a nossa Estratégia, irá ser apresentada pelo senhor Vice-Presidente. -----

Continuando, nós não temos rendimentos para comprar casas tão caras, para alugar tão pouco, as classes médias, Professores, Médicos até, Agentes de Segurança, Enfermeiros, pessoas de rendimentos intermédios têm muita dificuldade hoje em comprar uma habitação. As pessoas vivem muito mais tempo, esta também é uma situação que contribui para a escassez da oferta de habitação e as pessoas hoje muito mais facilmente se separam, portanto, as pessoas têm uma vida a dois, é um facto que temos que constatar, enfim, separam as suas vidas e naturalmente procuram uma outra casa o que também não ajuda para o Parque Habitacional. -----

Estas são algumas das circunstâncias que levam a que haja tanta dificuldade. Por isso, a Câmara Municipal de Loulé, muito cedo elaborou uma Estratégia Local de Habitação e graças a essa Estratégia Local de Habitação, nós conseguimos já hoje entregar algumas dezenas de casas a pessoas que precisavam. Nós temos hoje algumas centenas de casas em construção, temos também algumas centenas de casas em projeto e nós somos um dos municípios em Portugal que melhor trabalha o dossier da habitação. O que eu gostaria aqui de dizer aos nossos concidadãos é que tudo aquilo que fazemos, e estamos a fazer bem e depressa, ainda assim não corresponde às necessidades. As necessidades crescem mais depressa do que aquela que é a nossa capacidade de resposta e depois há outro fator que eu não falei que são as pessoas que vêm de fora para cá trabalhar, nós estamos a atrair muita mão de obra do estrangeiro e naturalmente que essas pessoas de duas uma, ou temos uma habitação condigna para essas pessoas poderem alugar, casas para alugar ou até para comprar, e podem ter uma vida digna, educar os seus filhos, integrarem-se na sociedade portuguesa, ou então nós esquecemos esse problema e as pessoas têm dificuldades enormes e depois passados alguns anos começamos a ter problemas sérios e nós não queremos esses problemas. Por isso, estamos com esta Estratégia de Habitação, começou com a previsão de encontrar 1400 soluções até ao ano 2030, e que agora a Estratégia foi revista, e esta noite o senhor Vice-Presidente, vai falar em números e vai dizer-vos isso tudo com exemplos concretos, a Estratégia foi revista e passamos para 2000 soluções habitacionais a garantir a todos aqueles que moram no concelho de Loulé até ao ano 2032, portanto é isto que eu tenho para vos dizer. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Quero deixar uma nota de esperança e de otimismo porque a Câmara Municipal de Loulé é das Câmaras no país que melhor trabalha o dossier da habitação. Podíamos fazer mais depressa, isso era o que nós queríamos, acreditem, isso era o que nós queríamos, mas as coisas muitas vezes, e não é por nossa culpa, nem por falta de vontade, nem por falta de recursos, não correm com a velocidade que nós queríamos. Precisamos de mais, precisamos, vamos acelerar e esta noite vamos aqui trazer e vamos aprovar na Assembleia Municipal, a Estratégia de Habitação revista, com mais ambição e oxalá que nós possamos acelerar no futuro, mas muito coisa foi conseguida e muita coisa mais vamos conseguir nos próximos anos. -----

Senhor Presidente, peço que dê a palavra ao Vice-Presidente da CML, David Pimentel. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Presidente. Para a apresentação da Estratégia Municipal de Habitação, apresentação da proposta de atualização dos parâmetros aplicáveis ao acesso à habitação em regime de arrendamento acessível e para a apresentação da proposta da alteração dos estatutos da empresa municipal Loulé Concelho Global. Tem a palavra o senhor Vice-Presidente, David Pimentel. ----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente, permita-me cumprimentar na sua pessoa, todos os que estão aqui presentes e que nos seguem a partir das redes digitais, desejando uma boa noite e esperando que a temperatura aumente, porque vejo que estamos todos com a mesma sensação, em relação à temperatura ambiente. -----

Uma nota prévia mesmo antes de iniciar a apresentação e se for possível aos serviços técnicos projetarem o início da Apresentação já, agradecia. Muito bem, dar uma nota que este trabalho que vai ser aqui apresentado é um trabalho de variadíssimas mãos, variadíssimas pessoas, logo a começar pelo Presidente que em boa hora definiu que teríamos que ter uma Estratégia Local de Habitação, acaba de chegar aqui o nosso estimado Diretor Municipal, Professor Júlio Sousa, e já agora até porque vi a chegar cumprimentá-lo a si e na sua pessoa todos os dirigentes da Câmara Municipal, uma vez que há vários dirigentes a trabalhar nesta área da habitação, o Gabinete de Estratégia Local de Habitação que está aqui também, a Divisão de Gestão da Habitação Municipal, que também aqui está presente, temos aqui também a Empresa Municipal Loulé Concelho Global e é preciso perceber que qualquer trabalho que se faça é uma multiplicidade de tarefas de um conjunto de várias equipas que contribuem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

para este fim. -----
Aquilo que eu vou apresentar hoje é a soma de várias partes de uma visão, de uma Estratégia e de uma execução que já vamos poder demonstrar mais inequivocamente com a apresentação.-----

Dar-vos nota, o que vamos fazer aqui hoje é uma atualização da Estratégia Local de Habitação, não é uma alteração, a Estratégia que estava desenhada em 2019 para o horizonte temporal até 2030, mantém-se nos seus eixos estratégicos prioritários muito semelhantes, há apenas atualizações subtis, há atualizações quantitativas e há atualizações nas medidas, mas a Estratégia tem uma atualização, em função de 5 anos que todos nós sabemos que a vida mudou muito significativamente desde 2019, os números que eu vou apresentar também o demonstram, portanto, é uma atualização, não é uma alteração. -----

Dar-vos nota que, efetivamente a Lei de Bases da Habitação tem uma expressão que é *“todas as pessoas e as suas famílias têm o direito à habitação digna, adequada com condições de higiene e de conforto”*, isto de facto é que é o pilar do estado social e como o Presidente estava a dizer, creio que humildemente temos todos que reconhecer que em Portugal não estamos a fazer o nosso trabalho ou tão bem ou tão depressa quando deveríamos fazer enquanto temos famílias que não têm um lar para terem os seus, e sobre por isso espero que esta Apresentação possa demonstrar mais do que intenções e estratégias e uma visão de um caminho para percorrer aquilo que está efetivamente já executado e prestes a ser entregue à nossa comunidade que temos o privilégio de representar.-----

Sem mais demoras, eu vou já começar com a Apresentação e fazendo uma primeira parte para contextualizar, porque é que nós chegamos a este ponto, porque é que Portugal e em particular o Algarve e Loulé está neste momento com estas dificuldades, e depois vamos falar um pouco sobre a Estratégia e a sua implementação e depois chegaremos então à fase da atualização da Estratégia. Note-se que a população residente no concelho de Loulé tem crescido sistematicamente desde 1991 e Portugal de facto retraiu a população, portanto em termos demográficos está a diminuir, no caso, o Algarve e em particular o concelho de Loulé continua a crescer. A população residente por Freguesias está aí à direita e vê-se que 90% da população reside entre Loulé, Boliqueime, Quarteira e Almancil e 10% no interior. -----

No que diz respeito à estrutura das famílias, algo também que o Presidente, Vítor Aleixo estava a acabar de partilhar convosco, o modelo dos agregados familiares está a alterar significativamente, há cada vez mais estruturas familiares de uma ou duas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

peçoas e como podem ver aí os núcleos monoparentais estão a aumentar significativamente em Loulé. Mães com filhos temos 3902 famílias e pai com filhos 666, isto pressiona a oferta de habitação que já é curta e há cada vez mais necessidades. -----

No que diz respeito à evolução da população residente por Freguesia, apenas para demonstrar que apesar das estratégias de coesão territorial e social que temos desenvolvido em particular nestes três mandatos do Presidente, Vítor Aleixo, está difícil de conseguir controlar aquilo que é um êxodo da zona do interior e temos que continuar a fazer para que efetivamente consigamos fixar peçoas, demografia, atividade económica, alunos, e também nesta Apresentação será claro que há aqui de facto uma estratégia que está espacializada em todo o território do concelho. -----

Este é um gráfico, que gostava de me deter aqui um pouco mais só para demonstrar porque é que é preciso atualizar a Estratégia. Desde 2019 em que o município de Loulé era o quarto município mais caro do país para comprar casa por metro quadrado, nós temos Loulé como a linha que está em cima e na barra temos um primeiro círculo que diz respeito a Portugal a branco e o círculo mais escuro diz respeito ao Algarve. Como podem ver, a evolução do preço da mediana de vendas por metro quadrado de alojamentos familiares em Portugal cresce, mas não cresce tão significativamente quanto no Algarve e muito menos do que cresce em Loulé que passou de 2.170€ por metro quadrado para 3.293€, colocando-nos no terceiro lugar do ranking nacional. É verdade, neste momento no Município de Loulé por metro quadrado estamos em terceiro apenas superados por Lisboa e Cascais. -----

No que diz respeito ao arrendamento de alojamentos familiares por metro quadrado, poderia haver aqui alguma informação melhor, não, infelizmente também não há uma progressão muito significativa, mais uma vez as cores dos círculos dizem respeito a Portugal e ao Algarve e aí o crescimento de facto no mercado de arrendamento em termos do valor é incrivelmente substancial para 5.6€ por metro quadrado para 9.42€ no concelho de Loulé, colocando-nos em 11.º lugar do ranking nacional. -----

Continuando, nesta contextualização, dar-vos nota também de algo muito relevante, existe muito alojamento construído ou muito edificado mas que não está para a habitação própria permanente, ele está para alojamentos sazonais em que a incidência em Portugal é 18.5%, no Algarve 38.6% dos alojamentos estão para utilização sazonal e no caso em particular do Loulé 43.8%. Ao lado podem verificar a dicotomia entre as várias Freguesias com alguns aspetos muito relevantes que temos Freguesias do interior também com muitos Alojamentos Locais, que será efetivamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

para tentar atrair visitantes, economia, comércio e fixar pessoas no território. Este é outro dos aspetos absolutamente relevantes. -----

O Presidente também estava a mencionar aqui no preâmbulo inicial na sua intervenção, que temos aqui um problema com a escassez de habitação e porque é que há escassez de habitação no país? Porque efetivamente se forem reparar, já agora a primeira barra é de Portugal, a azul mais escura ou outra é do Algarve e a terceira é do Loulé, isto é, a percentagem de edifícios construídos por décadas, digamos assim, antes de 1945 temos todo o edificado construído 13% será a média em Portugal, mas olhem o que é que acontece a partir de 2001 até 2010 e em particular na última década que nós temos dados dos censos 2021. Apenas 3% do total de habitação disponível em Portugal foi construído nesta última década, a última não porque já estamos em 2025, mas a última em que temos dados fiáveis para poder partilhar convosco. E este é o verdadeiro drama é porque efetivamente a partir da crise de 2008, 2011, 2012, com a falência de várias empresas de construção civil em particular no país deixou de se construir, então é muito mais difícil transacionar quando há menos oferta, portanto os preços disparam porque a procura está aí e já vamos conseguir perceber também melhor essa procura. -----

O estudo de opinião, já na Estratégia Local de Habitação em 2019 tinha-se solicitado um estudo e voltamos a solicitá-lo para ter uma noção de dimensão para podermos quantificar as necessidades nesta atualização da nossa estratégia. Solicitamos 1225 entrevistas, elas foram feitas não só no concelho de Loulé, mas nos concelhos limítrofes e Olhão, neste caso, procurando perceber nas Freguesias circundantes ao concelho de Loulé quem é que poderia ter também intenção de vir morar para o concelho de Loulé porque isso também é uma pressão, temos a pressão interior dos nossos que não têm habitação, de quem cá reside, dos nossos filhos e nossos netos que têm dificuldade em ter casas, mas também temos a pressão do exterior e será seguramente superior a esta porque a análise que está aqui feita é exclusivamente neste núcleo que está aqui identificado. Como dados, mostrando evidências, o estudo que realizamos em 2018 aliás creio que me equivoquei disse 2019, mas o estudo que foi realizado em 2018 que foi vertido na estratégia 2019 apontava que o potencial de mudança para o concelho de Loulé, o potencial de mudança no total da amostra, as pessoas tinham manifestado vontade de procurar casa ou mudar-se da sua casa para outra casa portanto comprar uma casa nova ou mudar-se da sua casa eram 8170 famílias e esse número passou para 17881 neste curto espaço de tempo de 5 anos. Em termos de número de famílias que diziam que queriam vir a residir para Lola



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

habitar para Lola de 3344 famílias passamos por 4700 famílias que identificaram vontade de vir para a cidade de Loulé. E neste estudo da opinião percebemos e foi questionado nas mais de 1200 pessoas inquiridas, foi questionado qual era o aglomerado do concelho de Loulé que gostaria de vir a residir e aí está percentualmente entre a primeira escolha, a segunda escolha e a terceira escolha, e está aí por ordem decrescente daquilo que foi os resultados desse inquérito. -----

Qual é o Parque de Habitação pública do município? Este é um elemento absolutamente chave e determinante para que possamos vencer no futuro as necessidades que temos de ter habitação para quem cá vive, quem cá trabalha, quem cá estuda porque é com habitação pública municipal que isso se consegue. Nós temos da habitação pública municipal já de há décadas algumas destas soluções, algumas são mais recentes, mas estamos a falar aqui Abelheira, Amendoeira, Santa Luzia, 239 soluções, está aí no canto inferior direito, eu não me vou deter muito, esta informação depois ficará disponível também na gravação e se alguém quiser também a apresentação poderá ser partilhada. -----

No que diz respeito aos dispersos, temos 70 habitações dispersas adquiridas e a sublocação que é quando o Município aluga apartamentos e coloca famílias lá que pagam uma renda depois ao Município, portanto, essa é outra das ferramentas da Estratégia Local da Habitação. Já agora acresce o que está aqui, a habitação pública que não é do Município mas que é pública do IHRU e que está aqui em nota de rodapé são 6 fogos na Avenida de Ceuta e 16 fogos, na Avenida Carlos Mota Pinto e que perfaz um total da oferta pública à data no Município de Loulé de 464 fogos, 0.7% do total e o total de habitações no concelho de Loulé 66.000 e vejam aqui a quantidade de habitação para segunda habitação e a quantidade deles vagos e a quantidade que nós temos na gestão municipal para entregar a famílias necessitadas. Esta é outra das informações que já tive o privilégio de partilhar com a Assembleia na primeira sessão temática que tivemos em Salir em novembro de 2023, mas volto a reiterar porque efetivamente demonstra que Portugal tem uma média de 2% da oferta pública de habitação, manifestamente inferior à média da Europa, mas se formos analisar de uma forma mais detalhada alguns países do norte da Europa temos a Holanda, pasmem-se, com 34.1% do total da oferta de habitação dentro da esfera e do domínio público, a Dinamarca com 21.4% e a França com 14%, estamos falar aqui dos países do Mediterrâneo, aliás Espanha todos nós sabemos também que é um drama a gestão da habitação e o que é que faz o facto de haver casas ou habitação pública? É quando há movimentos especulativos e o Município e o Estado não quer especular sobre vida



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

das pessoas à habitação para refrear esses ímpetos da especulação, quando não temos habitação não conseguimos ajudar as pessoas. -----

Carências habitacionais, nós tivemos uma análise de quantas pessoas estavam em condição de carências habitacionais, está aqui, por Freguesia são 1128 famílias com pedidos, pedidos esses que são famílias que possuem carência financeira e que são enquadráveis no quadro do 1.º Direito. O 1.º Direito são condições de precariedade na habitação, insalubridade e insegurança na habitação, sobrelotação ou inadequação no concelho de Loulé. -----

Implementação da Estratégia Local de Habitação, esta informação também já foi partilhada, foi aprovada em 2019 a primeira, o acordo de colaboração com IHRU fomos o sétimo município do país a assinar, portanto, um dos primeiros e é um acordo de financiamento que nos permitiu e muito acelerar a estratégia, já vão ver o regulamento do direito municipal à habitação também foi em 2020, entrega de chaves, fizemos já seis consultas ao mercado imobiliário para adquirir casas e adquirir terrenos, lançamos procedimentos de subsídio municipal ao arrendamento à habitação, já vamos falar sobre isso, concursos de arrendamento acessível no Ameixial e em Salir, esses fogos já tem famílias a habitar e fizemos reuniões com cooperativas de habitação e Juntas de Freguesia no âmbito dos beneficiários diretos. Factualmente e agora já vamos ver em imagens, a Clona a primeira fase foi lançada em 2023, o bairro municipal em 2023 também para 18 fogos, há o início de uma nova empreitada no Ameixial para mais quatro fogos e a rua de São Paulo que iniciou também recentemente com sete fogos em 2024, no final do ano. -----

Abrimos uma loja chamada Loulé Habita, mesmo à frente do edifício dos Paços do Concelho, da Câmara Municipal de Loulé, creio que muitos munícipes já saberão, quem não souber por favor partilhem, é um espaço privilegiado de atendimento que temos na Câmara Municipal de Loulé para todas as dúvidas, todas as questões, porque mesmo hoje eu procurando ser mais específico, detalhar o mais que consiga, há muita informação o que é que é a renda acessível, o que é que é renda apoiada, o que é que é subsídio ao arrendamento, o que é que é sublocação, o que é que é habitação a custos controlados e no final desta sessão dificilmente eu vou conseguir explicar a todos vós e a quem nos segue nas redes digitais. -----

Na Loja Loulé Habita, estão lá pessoas especializadas que sabem muito melhor do que eu e sabem atender muito melhor do que eu por favor visitem a Loja e sejam atendidos e surpreendidos. Estão aí mais uma série de questões, essencial lançamos um concurso que já recebemos várias candidaturas e vamos falar sobre isso para 117



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

fogos e agora estamos aqui no momento da revisão da estratégia e uma atualização do Regulamento Municipal de Direito à Habitação bem como os estatutos da Lei Global, já lá chegaremos mais detalhadamente. -----

Fizemos reuniões com as Cooperativas de Habitação, conforme já foi dito, e Juntas de Freguesia também no âmbito dos beneficiários diretos e vamos falar de uma informação também muito pertinente para todos nós, para toda a nossa comunidade, quem tem dificuldades no acesso à habitação temporária, permanente, questões de habitação indigna, questões de quem tem o seu senhorio que está a querer colocar essa família na rua, por favor venham a este QR Code, está na página de internet da Câmara Municipal e registem-se como parte interessada. -----

Sempre que a Câmara Municipal lançar algum subsídio de arrendamento municipal vão receber essa informação, algum processo de renda apoiada vão receber essa informação, algum processo de renda acessível vão receber essa informação, portanto, inscrevam-se, registem-se, neste momento temos 1467 pessoas ou registos. Grupo de trabalho do Alojamento Local, foi criado num Despacho em 2023 e continuamos a trabalhar sobre esta matéria, aliás, como sabem a legislação tem alterado significativamente sobre as regras do Alojamento Local, mas é algo que vai estar integrado na Carta Municipal de Habitação e já voltamos a esse tema daqui a mais um pouco. -----

Projetos de Habitação Municipal, então agora vamos tentar pragmatizar da visão estratégica 2019 onde é que nós estamos. Tudo o que está nesta tabela ou está concluído ou está em fase de empreitada e algumas em conclusão a breve trecho. Como eu disse, Ameixial e Salir estas primeiras já foram entregues a famílias, a Clona com 64 fogos já vamos ver como é que está, está prestes a finalizar, o bairro municipal finalizará dentro do período do PRR, portanto, início de 2026 e temos já o Ameixial em construção e a Rua de São Paulo. Esta é uma imagem da construção dos quatro fogos no Ameixial à data de dezembro, portanto, é uma empreitada de mais quatro fogos mais uma vez na política de coesão territorial e fixar a pessoas e atividade no território do interior. A Clona, no ano passado tínhamos só mostrado imagens de 3D, a imagem que está aí à direita é uma imagem de um bloco que está praticamente concluída, aliás, se o senhor Presidente me permitir, no dia 1 de fevereiro, no dia da cidade de Loulé, vamos visitar não é um andar modelo vamos visitar um bloco modelo que é precisamente este que aqui está para que os munícipes possam ver onde é que foi investido o dinheiro do erário público, o que é que é a política de habitação materializada numa construção para as tais famílias que estão agora a concurso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

naquele de renda apoiada e a renda acessível que será lançado também já de seguida porque a Clona tem as duas realidades. -----

Estas são imagens à data de ontem, do Bairro Municipal e já temos ali umas casas praticamente com configuração que elas tinham, elas têm a mesma imagem histórica patrimonial que está na memória de muitos louletanos, mas no interior está completamente remodelada, é uma casa confortável com toda a legislação atual a ser cumprida e de facto serão habitações bem mais dignas de se entregar.-----

No que diz respeito a projetos em curso, portanto, aqui estávamos a falar do que está a ser construído e que será entregue a famílias tão breve quanto possível. Dentro dos projetos tem a ver com a questão da contratação pública, portanto, há aqui três processos que estão em contratação pública que são aqueles que estão mais próximos de começarem a empreitada, depois vemos em projeto de execução quer dizer que nós temos ainda ou em fase de revisão externa ou ainda algumas especialidades quer dizer que levarão mais algum tempo até poderem ser submetidos a contratação pública e adjudicação do projeto quer dizer que estamos a contratar o projeto de arquitetura e de especialidades, portanto, tudo isto está numa fase relativamente avançada para que possamos ter o projeto para submeter à concorrência e temos uma empresa para construir mais 128 fogos. Aqui neste caso insere-se a rua Miguel Bombarda, 5 fogos em Loulé, insere-se em Alte 2 fogos que já estão em contratação pública, insere-se a rua Joaquim Nunes Saraiva com 2 fogos, em termos de localização fica por trás do edifício da Câmara Municipal de Loulé, passo a publicidade ao pé do Postigo, e temos aqui já em projeto de arquitetura avançado e agora na fase das especialidades uma unidade residencial para 15 fogos que será também importantíssimo para a estratégia local de habitação.-----

Projetos futuros, o que é que vai acontecer num prazo a médio e longo prazo, até agora estava a falar de coisas mais concretizáveis num horizonte de tempo mais curto, aquilo que vai acontecer é o Bairro Municipal Frederico Ulrich a segunda fase, nós não podemos começar a segunda fase sem a primeira fase estar concluída e podemos colocar lá as famílias que entretanto retiramos e estão neste momento em alguns apartamentos, voltaremos a esse tema, na Clona, com 64 fogos a segunda fase já está em concurso para o projeto e no final há aí uma nota importante sobre a unidade de execução mais de 300 fogos vão totalizar 441 fogos novos para o concelho de Loulé. -----

Este é outro dos gráficos que eu gostava de tentar investir aqui há algum tempo, o número de soluções habitacionais do Município, antes da Estratégia Local de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Habitação em 2018 eram de 261 soluções dentro do Parque Habitacional Municipal, aqui já estavam os 48 do bairro Frederico Ulrich, aquilo que temos atualmente a janeiro de 2025 são 330 soluções, com as empreitadas em curso, aquela primeira tabela que vos apresentei que já está em construção e, portanto, será para ser entregue, vamos ficar com 435 e depois tudo aquilo que será num horizonte de temporal maior porque nós consigamos chegar perto das 1000 soluções de habitação. Note-se nestas 974, estão as 48 do Bairro Municipal, mas completamente novas, portanto, é a mesma localização, mas são casas completamente distintas. -----

Consultas ao mercado imobiliário fizemos consultas e conseguimos adquirir 59 fogos dispersos no valor total de investimento de 9 milhões de euros pouco mais e seis lotes e terrenos no valor de investimento total de 13.3 milhões de euros. Como tem sido um tema volto aqui a falar sobre isto, 59 fogos em 5 anos, significa 12 fogos de habitação, 12 apartamentos adquiridos pelo Município por ano, no Município de Loulé a média segundo o INE anualmente de venda de imóveis são de 2806 prédios urbanos, portanto, se fizermos a multiplicação por 5 anos basicamente o que quer dizer que nós adquirimos dentro deste horizonte temporal 0,4% dos imóveis transacionados, não é isto que provoca a especulação imobiliária. -----

Sobre os fogos novos em regime de HCC, fizemos uma consulta ao mercado para adquirir bem futuro, o que quer dizer, se houver alguém a construir no concelho de Loulé e que queira vender dentro dos parâmetros da habitação a custos controlados o Município de Loulé está interessado em adquirir e conseguimos um contrato com o IHRU para comprar 60 fogos num valor de 12.8 milhões de euros 12.9 e já estão em fase avançada e estima-se que estejam concluídos em junho deste ano. Também estes estão no concurso da renda apoiada dos 117 fogos que nós colocamos a concurso. -----

Financiamentos por investimentos públicos, só para vos dizer o acordo celebrado com o IHRU, aliás, a seguir a esta sessão e sendo deliberado favoravelmente que assim esperamos a atualização da estratégia a primeira etapa é rever o acordo com o IHRU porque nós vamos ter que ir procurar ainda mais financiamentos, mas entretanto em relação ao investimento total previsto nesse acordo era de 43 milhões de euros temos 21 candidaturas submetidas, 20 contratualizadas de um investimento de 32.7 milhões de euros o IHRU vai participar com 30.4 milhões de euros e até agora já recebemos 6.2 milhões de euros de fundos do PRR. -----

Em Loulé, a nível regional, nós somos o município com mais contratualização de financiamento PRR, para a habitação 31% do valor da região está em Loulé com 30.4

ant
Algar
U.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

milhões de euros, devo-vos dizer que rapidamente este valor vai subir também com a revisão da Estratégia Local de Habitação que temos mais produto em carteira.-----

Este é outro dos aspetos muito relevantes que é em relação à escala nacional e, portanto, saindo do paradigma regional, mas a escala nacional nós estamos em 13.º, mas depois estamos a competir praticamente diretamente com municípios como a área metropolitana de Lisboa e a área metropolitana do Porto, porquê? Porque se formos a ver o rácio do investimento por habitante aí a nossa posição não é 13.º, eu francamente não tenho esse dado, mas evolui significativamente e por isso é que trouxemos este gráfico para vos demonstrar que em termos de valores de contratualização que é a linha vermelha e versus a população, Loulé está ali em linha. Agregados realojados, importantíssimo perceber que desde a Estratégia Local de Habitação aliás, desde o ano 2015 para ser mais franco até 2020 e com a Estratégia Local de Habitação temos 53 agregados, famílias realojadas, não contabilizamos para esta estatística nem aqueles que foram realojados no âmbito da guerra da Ucrânia, nem do projeto da inclusão dos sem-abrigo, que é o NPISA, nem o Programa Porta de Entrada que são soluções normalmente mais temporárias e não definitivas.-----

Outras figuras da Estratégia Local de Habitação, são os apartamentos partilhados, já tivemos 91 agregados nestes apartamentos partilhados, outra é de facto a Porta de Entrada, que foi de acordo com o Protocolo de Cooperação com o Alto-Comissário para as Migrações e tivemos 5 agregados colocados em habitações que estão aí elencadas. No apoio habitacional aos refugiados da Ucrânia, tivemos 39 pessoas que estiveram em alojamentos partilhados e está aí também identificado em que alojamentos é que tiveram essas famílias. -----

Outra das questões sobre a Estratégia Local de Habitação, é apoiarmos as famílias que já estão com casas arrendadas, mas já não conseguem pagar a renda ou estão com dificuldades de pagar o valor da renda porque às vezes está a ser revista em alta, às vezes as condições de vida pioraram, mas não precisam de sair dessa casa, basta solicitarem o apoio ao subsídio municipal do arrendamento habitacional, já tivemos três edições, já apoiamos os munícipes do concelho de Loulé com mais de 500.000,00€, como está aí, e tivemos 8813 pessoas apoiadas no total das três edições.-----

Concurso ao arrendamento, apoiadas 117 habitações, a questão também já foi colocada numa Assembleia anterior, nós tivemos um total de 1133 candidaturas para os 117 fogos que temos para entregar em breve e são um total de 2621 elementos dos agregados, portanto, estes candidaturas representam 2621 pessoas a quererem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

de facto concorrer para as habitações e está aí por Freguesia, aliás, fizemos questão na Loja Loulé Habita mencionou-se apesar da maior parte da oferta estar na cidade de Loulé qualquer munícipe e todas as Freguesias concorreram, todas sem exceção, qualquer munícipe poderia concorrer porque tendo intenção de ter uma residência, uma casa dentro do âmbito da habitação municipal poderia vir à Loja Loulé Habita e subscrever e preencher a sua candidatura e assim foi.-----

Agora vamos então para a atualização da Estratégia Local de Habitação e eu estou a tentar acelerar porque também não quero consumir muito tempo que estamos cá mais para ouvir as questões do público e naturalmente dos excelentíssimos senhores deputados. -----

A atualização da Estratégia, principais alterações que ela teve nesta atualização em vez de termos como ambição até 2030 apoiar 1400 agregados temos como ambição até 2032 apoiar 2000 agregados, há mais necessidades, como vocês viram do estudo que realizamos há mais pessoas a sinalizarem a necessidade, então a estratégia tem que conseguir alcançar uma meta mais ambiciosa. -----

Eu não vos vou maçar, mas nos objetivos estratégicos existem alguns novos, portanto, mecanismos de incentivo à reabilitação dos fogos habitacionais por exemplo aquele tema que temos falado recorrentemente sobre as áreas de reabilitação urbana poderem ser também desenvolvidas em todas as sedes de Freguesia permite efetivamente um apoio e um incentivo para os particulares reabilitarem. Está aqui de facto a medida sobre a habitação e por iniciativa de cooperativas, mais questões sobre a reabilitação de imóveis nos privados e basicamente estão aqui todos os eixos estratégicos, estão vertidos depois nas medidas, medidas essas que são de iniciativa do Município, de iniciativa de habitação cooperativa e de habitação privada para além de alguns que são transversais, isto é, todos concorrem para a solução da habitação, nós queremos muito ter habitação pública de iniciativa municipal para gerir os picos da especulação, mas é verdade que também podem vir as cooperativas que também têm um âmbito social e muito importante e em boa hora tiveram um empenho e uma influência determinante no concelho de Loulé a produzirem várias das habitações que muitos dos nossos ainda hoje habitam e a habitação privada que também terá que vir dentro de uma lógica naturalmente mais do regime de HCC mas também está aqui reforçada na estratégia. -----

Também uma tabela muito significativa apenas para vos mostrar como se representam os 2000 agregados que queremos beneficiar com a estratégia revista, ela está aí por cada uma das medidas em função de ser do Município da habitação

[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

por de iniciativa das cooperativas ou da habitação privada e, finalizando, em termos de cronograma financeiro temos um investimento total previsto de 369 milhões de euros, há um reforço muito substancial do investimento previsto até porque as casas como viram estão muito mais caras, o terreno está muito mais caro, tivemos que reforçar verba que será do investimento do erário público do Município mas também através de programas do Estado e programas operacionais e financiamentos europeus e no caso cooperativas dos privados julgamos e esta é a área que nós não conseguimos influenciar diretamente mas julgamos poderem neste horizonte temporal produzir até 95 milhões de euros de soluções habitacionais. -----

Passa a existir nesta nova nesta Estratégia atualizada a possibilidade de haver mais entidades beneficiárias no IHRU até agora só a Câmara Municipal de Loulé podia submeter a financiamentos do Primeiro Direito, financiamentos do PRR e temos Juntas várias que estão a crescer na sua dinâmica na sua capacidade de intervir na nossa comunidade e que querem também fazer parte da solução então nós estamos a colocar nesta estratégia a possibilidade da Juntas de Freguesia se candidatarem a fundos europeus para eles próprios desenvolverem habitação para os seus fregueses e estamos a colocar a Loulé Concelho Global como uma entidade também beneficiária. As fontes de financiamento são aquelas também que creio que já ficou claro. -----

Aqui está apenas a tabela a demonstrar como os 369 milhões de euros estão em cada uma das medidas vertidos. Agora a sobre a Estratégia e a sua atualização estes eram os temas que tinha para apresentar, fizemos um balanço de como é que chegamos a este ponto não só em Loulé, como um cenário do país e da região do Algarve, fizemos uma demonstração de como a estratégia já está a ser consubstanciada em ações práticas, em construções que estão a ser feitas e por isso trouxemos as imagens e convidamos mais uma vez e reforçamos que no dia 1 de fevereiro é um bom dia para ver a estratégia construída na cidade de Loulé, depois falamos da atualização da Estratégia Local de Habitação com esta alteração da quantidade e do seu valor adstrito e dos beneficiários que podem ser entidades beneficiárias junto do IHRU.-----

Há uma atualização do Regulamento Municipal do Direito à Habitação, é meramente uma atualização porque há um conceito que é a renda apoiada e é um conceito que é renda acessível, a renda apoiada é uma renda para as famílias muito carenciadas, para as famílias que vivem em condições indignas de sobrelotação, precárias, essas famílias são aquelas que são elegíveis para a renda apoiada, vulgarmente conhecida como habitação social antigamente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Essas famílias são de renda apoiada têm valores de renda muito mais baixos em função naturalmente dos seus rendimentos, mas como têm rendimentos mais baixos são aquele estrato social que se pode candidatar à renda apoiada. -----

A renda acessível é uma das novas ferramentas que está prevista na Estratégia Local da Habitação, dentro dos instrumentos de política dos novos instrumentos, das novas políticas de habitação que o Governo lançou em 2019 e aí está um desenvolvimento da renda acessível. -----

A renda acessível visa famílias de rendimentos intermédios, não é classe média porque enfim a classe média é o que é, mas estamos a falar de famílias que inserem-se nesse conceito de classe média que têm rendimentos intermédios e que podem ser as profissões que temos muita dificuldade em fixar como professores, médicos, enfermeiros, profissionais da área da segurança como da GNR e a renda acessível é precisamente esse o foco, para além das famílias de outras atividades profissionais, eu dei apenas uns exemplos. O que é que aconteceu? No Regulamento Municipal que foi aprovado em 2020, o valor da renda calculada era com base no indexante de apoios sociais, mas como vem aqui nota de rodapé a redação anterior dizia que era um indexante do IAS e por cada adulto adicional era 50% do IAS e agora o que nós estamos a fazer é que estamos a aumentar que é para não colidir porque o que estava a acontecer é que os valores da renda apoiada e renda acessível estavam a ser iguais praticamente e não faz sentido porque quem vai concorrer a renda acessível tem mais rendimentos pode pagar uma renda superior. E tínhamos outro fator que era a redação anterior como está aí em baixo nós tínhamos um valor fixo porque à data, de facto, uma família que tivesse este rendimento era significativo e inseria-se já dentro desta lógica do arrendamento acessível e agora também indexamos a evolução da renda à portaria que fixa o valor do IAS para que isto seja dinâmico a partir de agora. No agregado familiar que é constituído por dois adultos apenas tem aqui um reforço, mas basicamente outra vez reparar que a redação anterior tinha um valor fixo e nós tivemos que alterar isso indexar ao IAS. Só chegando aqui à tabela que demonstra e se calhar aqui é onde vou-me deter um pouco mais tempo, as rendas acessíveis, e estamos apenas a fazer uma alteração, uma atualização do valor das rendas no Anexo 4 do Regulamento, o regulamento é o mesmo, é apenas o valor das rendas que está a ser alterado, o valor da renda nova é os valores que estão aí a azul e os valores das rendas que estavam no Anexo 4 em 2019 são casos que estão entre parênteses a preto. Só dar nota está aqui por tipologia T0, T1, T2 portanto estes são os valores de renda aqui quem concorrer e em função do seu agregado familiar e dos seus



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

rendimentos vai pagar entre um valor mínimo ou um valor máximo, se tiver nos territórios classificados como tipo A que é basicamente o litoral e Loulé, incluindo Boliqueime e Almancil, portanto, todas essas áreas são classificadas como a tipologia A e paga um valor de renda mais elevado, quando passamos para a tipologia B estamos a falar de todas as Freguesias mais do interior, exceto o Ameixial, portanto estamos a falar de Salir, União de Freguesias e Alte aí estamos a falar de valores de renda inferiores como podem ver mais uma vez uma discriminação positiva para procurar fixar famílias no interior e como o Ameixial ainda tem um grau de interioridade superior classificamos como tipo C e os valores das rendas são significativamente mais baixo. -----

Por exemplo, uma família que resida num T2 pode pagar no máximo em Loulé 543€/mês, mediante os seus rendimentos, se essa mesma família a viver numa habitação municipal de renda acessível no Ameixial pagaria 163€/mês mais uma vez só para demonstrar a política de coesão territorial e aqui houve apenas uma atualização também do referencial da portaria, está na documentação anexa, se houver alguma dúvida estaremos cá para esclarecer.-----

A Carta Municipal de Habitação também entra aqui porque de facto já está em contratação pública, é um elemento essencial, é um instrumento de Planeamento e Ordenamento do Território em matéria de habitação que deve ser articulado no quadro do Plano Diretor Municipal, é verdade que aqui a esta Assembleia assumimos como determinante temos uma Carta Municipal de Habitação mas o nosso Plano Diretor Municipal ainda não está totalmente aprovado e é uma peça-chave para que a Carta Municipal de Habitação verta os instrumentos de gestão territorial que estão inscritos no PDM.-----

Sobre o último ponto que temos para deliberar é a Empresa Municipal Loulé Concelho Global, que é uma Empresa Municipal, que nós queremos alterar o objeto social da empresa, portanto, os estatutos mantêm-se todos iguais, há inclusão do novo objeto social que é a possibilidade de vir a promover e gerir sobre a orientação e controlo do município de Loulé imóveis de habitação de interesse social independentemente do regime de ocupação. -----

Sobre este elencado que está aqui neste slide é exatamente o que está na informação interna que chegou também aos senhores deputados, portanto, é a dizer que a Loulé Concelho Global pode inventariar necessidades de habitação, pode gerir e conservar e manter, pode fazer uma promoção mediante contrato de mandato, pode construir, pode reabilitar, pode executar atos destinados à aquisição, bom eu não vos vou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

maçar, são várias ferramentas que estão a ser permitidas a uma empresa municipal nos seus estatutos para que possa gerir todos os eixos desde a estratégia, desde a gestão da habitação municipal e dos respetivos regulamentos, desde a promoção, construção e manutenção do edificado sempre sobre a orientação e controle do Município. -----

Notas de rodapé muito importantes também, para apresentar aqui nesta Assembleia, e estou mesmo a terminar senhor Presidente, haverá se viermos a delegar a competência na Empresa Municipal a Loulé Concelho Global quando a Assembleia o deliberar que não é hoje, hoje o momento é de deliberar sobre os estatutos da Empresa Municipal virem a permitir que ela possa assumir competências na habitação de futuro, portanto, é só abrir os estatutos para que essa realidade possa acontecer, no momento posterior virá aqui à Assembleia a decisão se concordamos todos ou não que haja a passagem da habitação municipal para a empresa municipal. -----

Neste caso, este Executivo entende que pode haver uma otimização, aliás, como fica demonstrado está anexo a esta documentação da alteração dos estatutos um estudo que demonstra que a empresa municipal poderá ser mais eficiente, mais eficaz e economicamente fazer de uma forma mais viável e com menos custo precisamente aquilo que nós estamos a fazer dentro do Município e isto implicará, se viermos a delegar a competência na empresa municipal, os trabalhadores que atualmente estão na Câmara Municipal de Loulé com vínculo à função pública não o perdem, portanto, como é que eles vão trabalhar numa empresa municipal? Como já aconteceu em vários outros processos anteriores vão para um contrato de cedência de interesse público e integram a empresa municipal. Se eventualmente esses trabalhadores entenderem que não querem ir para o universo das Empresas Municipais, neste caso a Loulé Concelho Global permanecem na Câmara Municipal, no entanto o Gabinete da Estratégia Local da Habitação e a Divisão de Gestão de Habitação que hoje estão dentro da Câmara Municipal vão ser extintos, se houver essa delegação de competências digo eu, no horizonte futuro, mas queria deixar esta nota. -----

Já agora, se um trabalhador da Câmara Municipal não quiser ir, não há problema absolutamente nenhum o que não falta na Câmara Municipal é trabalho em várias áreas, se o trabalhador decidir ir para uma empresa municipal e passado 1 ano 6 meses, 6 anos, quiser regressar à Câmara Municipal ele volta à Câmara Municipal e tem a porta sempre aberta porque ele tem vínculo à função pública. Isto foi explicado a todos os trabalhadores da Câmara Municipal e posso dizer creio que todos os trabalhadores da Câmara Municipal estão muito interessados em poderem vir a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

desenvolver esta dinâmica numa Empresa Municipal. -----
Finalizando, há um claro alinhamento com os ODS em toda a Estratégia Local da Habitação, porque é efetivamente para erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades que são muitas e infelizmente parece que cada vez crescem mais e diria que só conseguimos isto se fizemos com parcerias e somos todos parceiros, somos todos agentes que intervimos na nossa comunidade, portanto, convosco, connosco seguramente vamos conseguir mais rapidamente construir e oferecer habitação Municipal a quem precisa. Sem mais demoras agradecer a vossa disponibilidade para me ouvirem. Senhor Presidente, era tudo nesta fase, obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Perfeitamente dentro do tempo que tínhamos falado. Vamos passar então às intervenções do público. Das inscrições feitas previamente, temos 4, e vou passar a dar a palavra a Katja Van Hellemond. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

3- Intervenções do público sobre o tema; -----

A **cidadã Katja Van Hellemond** tomou a palavra e disse: Boa noite a todos. para além de ter nacionalidade holandesa também sou boliqueimense. Em junho de 2019, informei as autoridades de que estavam em curso preparativos para colocar uma casa num terreno agrícola ao lado da nossa casa, na zona do Cerro da Alcária. -----
Em setembro de 2019, foi efetivamente colocada uma casa modular, esta casa com dois quartos é alugada por valores que variam, entre 1000€ e 1500€/mês, os próprios inquilinos confirmaram-me esses valores. No processo da obra consta que em janeiro de 2023, quase 4 anos depois da casa ser colocada, a Dra. Dália Paulo, Diretora Municipal do Município de Loulé, escreveu uma carta ao Presidente da Câmara de Loulé, o senhor Vítor Aleixo, considerando as informações técnicas que antecederam proponho que determina a reposição da legalidade urbanística através da determinação da demolição total das obras ilegais e da reposição do terreno nas condições em que se encontrava antes do início da operação urbanística, executada sem licença e que se apresenta desconforme com as normas legais e regulamentares, nos termos do disposto no artigo 102, n.º 2 alínea e) e f) e do artigo 106 do RJUE concedendo um prazo de 15 dias ao infrator para a audiência de interessados



Angelique Alho

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

podendo pronunciar-se sobre o conteúdo da decisão, fim do qual deverá este cumprir a ordem de demolição, uma vez que a casa é ilegal, continua de pé e ser alugada ilegalmente. -----

Voltei a contactar a Câmara Municipal em maio de 2024 e perguntei se, entretanto, houve algum desenvolvimento no processo. A resposta que recebi a 15 de maio foi *"em resposta ao vosso e-mail vimos pelo presente informar Vossa Excelência de que será comunicado o resultado do processo assim que for concluído."* Continuo à espera deste comunicado e há cada vez mais casos modulares e ilegais em Boliqueime. Na última contagem aqui na zona só, já contei 33. -----

A minha pergunta ao Presidente da Câmara Municipal e os Vereadores, é porque motivo nada foi feito pelo que parece durante os 2 anos depois da própria Câmara Municipal concluir que a casa foi colocada de forma ilegal e devia ser demolida. -----

E a segunda pergunta é o que a Câmara Municipal está a fazer para prevenir a construção dessas casas ilegais. A última pergunta é será que a Câmara Municipal tem consciência de que se nada for feito é esta a solução que as pessoas vão utilizar para combater a escassez da habitação e por outro lado procurar rendimentos alternativos ao alugar destas casas ilegais. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, pela sua intervenção. Angelique Alho, tem a palavra. -----

A **cidadã Angelique Alho** tomou a palavra e disse: Boa noite a todos, senhores Deputados, Mesa. -----

Tinha aqui uma dúvida vi, e ali de longe peço desculpa, Boliqueime, aumentaram dentro da Estratégia de Habitação de 5 para 19 fogos previstos, entretanto estava em fase de projeto, gostaria de um esclarecimento sobre a fase de projeto em que tempos é que estamos à espera de ver e onde? Porque me parece que nós vimos há cerca de três ou quatro anos efetivamente uma compra de um terreno que está identificado para esta Estratégia, mas nada mais, além desse cartaz a avisar da compra, vimos. Gostaria de perceber a fase e efetivamente se o Executivo nos consegue dar, eu sei que já várias vezes se pronunciou sobre isto, um tempo para a Consulta Pública do novo PDM que interfere com a estratégia e que estamos todos à espera de saber quando é que será. Muito obrigada. -----

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten mark]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, pela sua intervenção. Eu peço-lhe só que diga o seu nome e diga se autoriza a recolha de som e de imagem. -----

A **cidadã Angelique Alho** tomou a palavra e disse: Angelique Silva Alho, sim autorizo a recolha de som e de imagem. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, pela atenção. Senhor Jorge Gonçalves, tem a palavra. Agradeço que comece pelo início, que comece pelo seu nome. -----

O **cidadão Jorge Gonçalves** tomou a palavra e disse: Jorge Pedro Gonçalves. Antes de mais agradecer e cumprimentar o senhor Presidente e na sua pessoa todas as restantes pessoas. -----

Uma nota agradeço e realmente realço a forma como conduz as reuniões, é de salutar, infelizmente comigo julgo que não é com maldade absolutamente nenhuma, por vezes corta-me a palavra no fim e acabo por ficar meio atrapalhado. -----

O **Presidente da AML** interrompeu e disse: Agora corto-lhe eu, antes de começar a falar, veja só! O senhor Jorge, não devia estar com atenção, quando eu pedi, que inicie as intervenções, se faz favor a dizer o nome e que autoriza a recolha de som e de imagem, tem que ficar gravado. -----

O senhor Jorge sabe, felizmente é das pessoas que aparece na Assembleia com alguma frequência, nós temos que ter regras! E quando o tempo atribuído para as pessoas falarem, não se pode permitir que as pessoas, depois ocupem o tempo delas e o tempo do outro. Hoje estou a tentar gerir isto, não falei dos tempos por pessoa, para permitir que as pessoas falem mais, mas temos que gerir o tempo, para que todas possam falar. Tem a palavra. -----

O **cidadão Jorge Gonçalves** retomou a palavra e disse: Boa noite a todos, sem exceção. -----

Antes de mais congratular-me com o facto de Boliqueime ter passado a Vila, felizmente as pessoas aqui todas de pé aplaudiram, exceto uma ou duas, mas creio que não foi com maldade, e fizeram-no bem. -----

Também dar os parabéns pela descentralização das Freguesias, também acho que é de salutar. Também salutar e pedia que reequacionassem o facto de Parragil eventualmente poder vir a ser uma Freguesia, sei que não é aqui o fórum indicado, mas infelizmente até estão a descentralizar o Parragil, a sede que havia da Freguesia estão a descentralizar para Loulé, ao contrário. Também estou a perceber que as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

coisas não vão ao lugar tão facilmente. -----

De qualquer forma queria dizer o seguinte, o tema da habitação é um tema que não é só habitação, tem que se falar de outras coisas, mas eu vou tentar concentrar-me na habitação para ir ao encontro daquilo que se está a falar. -----

Primeira questão, se realmente se quer defender a habitação e evoluir na habitação no concelho de Loulé, creio que o PDM é a primeira ferramenta que se devia ter feito como deve ser. Em relação a todo o perímetro que há para construção no Parragil e arredores por exemplo na Lagoa de Momprolé, para esses sítios não foram abrangidos para construção, eu acho que deviam pensar de uma vez por todas nas zonas que fizeram saneamento básico numa obra realmente que fizeram e dou os parabéns por terem feito toda aquela zona interior ali do Parragil, da Freguesia de São Sebastião e mesmo do concelho de Loulé acaba ser não tão junto ao litoral, fizeram uma obra de tão grande envergadura aproveitem essa área para poder construir para depois não suceder construções ilegais como estão a suceder noutros sítios por causa disso, porque se realmente fizerem toda essa construção e aproveitarem toda essa obra que foi feita no Parragil ou no concelho de Loulé em vários sítios onde há saneamento básico deverão aproveitar de facto porque senão dá azo aquilo que a primeira cidadã teve aqui a dizer a que se faça construções ilegais porque as pessoas têm necessidade de fazer habitação.-----

Posto isto, a Câmara Municipal de Loulé, como eu tenho vindo a dizer, tem um terreno por exemplo enorme junto a Loulé podia aproveitar para fazer construção também, podia aproveitar o terreno é enorme, porque foi comprado com outro partido político, temos que perceber. -----

Temos que trabalhar para o futuro e paralelamente a isso poderão fazer uma parede só partir a tal parede que eu falo há muito tempo para os cidadãos deslocarem-se para Loulé. Aquela parede que eu falo há muito tempo que não o fazem não sei porquê é só partir uma parede de 2 metros, partir a parede porque vai haver acidentes e a habitação não está dissociada de prevenção rodoviária porque realmente as pessoas precisam de circular para viver. -----

No Parragil, também há um terreno, que eu não sei ficaram há uns anos de dizer, percebi que o terreno seria da Câmara Municipal, na estrada dos Matos da Picota, poderiam também eventualmente fazer ali alguma construção. Agora vamos ver uma coisa, eu acho que tem que se privilegiar e tem que haver uma discriminação positiva para as pessoas da terra, eu sei que isto é polémico mas tem que haver porque isto não se pode fazer uma habitação ali e depois trazer pessoas de outros sítios porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

dali há muita gente que precisa, independentemente às vezes dos rendimentos poderem ser um bocadinho maiores às vezes o rendimento líquido não é assim tão maior e se calhar há injustiças que surgem por aí. Porque as pessoas que trabalham mais às vezes não têm tanto dinheiro disponível que outros que não trabalham e que acabam por ser favorecidos, isso que eu estou a dizer é extensível a todo o programa da Câmara Municipal inclusive àquilo que estavam a falar há pouco, da questão económica e social. Porque às vezes a social, as pessoas têm mais capacidade do que aquelas do lado económico, isso é muito complexo de fazer, não é tão linear assim na questão dos rendimentos. -----

Posto isto também de uma vez por todas, que não está dissociado deste problema da habitação, acabem com as pedreiras, as pedreiras há 26 anos disseram que iam acabar, não acabaram porque as pedreiras, dão no fundo uma facilidade das pessoas virem, não é o tema, também vir viver para ali, não é o tema da habitação, mas está interligado quer nós queiramos quer não, está tudo interligado. Porque é que está ligado? Porque há pouco estavam a falar que eventualmente vão fazer construção fora daqui do litoral mais para o interior e bem, porque a zona tem que ser divulgada e as pessoas têm que ir viver para lá até pela descentralização para não acontecer e o despovoamento e tudo isso, só que depois em termos de sustentabilidade vamos gastar muito mais dinheiro em gasóleos e coisas do género, aí o que é que temos que fazer? Temos que tentar desenvolver o interior, não é só isso e mais outras coisas. Quando estávamos a falar de trazermos e desenvolvermos o interior, isto agora é antagónico o que eu vou dizer, não façam o que se fez em Málaga por exemplo e noutras cidades que é, os estrangeiros e as pessoas com dinheiro vão para lá compram o litoral e os residentes dali passam para o interior, não é assim que eu quero que vamos edificar o interior. Percebe, é essas questões todas. -----

Isto é mais complexo que parece e vocês sabem-no também melhor que eu aliás, estão mais dentro, eu só estou a tentar dar alguns inputs que possam não estar a ver ou que possa acrescentar algum valor, acrescentar é isso que eu estou a tentar fazer. Outra questão que não também não está dissociada do tema, em termos de cadastro de Loulé, de uma vez por todas Loulé devia de ajudar as pessoas a fazer o cadastro como deve ser, porque não há um cadastro para fazer, ajudar as pessoas, uma pessoa para fazer uma planta cadastral tem que pagar 400 ou 500€ num terreno, para isso é 400 ou 500€, se for preciso mete-se lá uma casa, eu acho que essas questões todas têm que se ver. -----

E para não levar muito tempo, que eu não costumo levar muito tempo, eu gosto muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

do senhor Presidente, mas às vezes corta o meu raciocínio e eu fico aqui. -----
Só para terminar com duas questões muito simples e não menos importantes que tudo o resto e estas questões, são no fundo para nós refletirmos e são um bocado filosóficas. -----

A pergunta que eu faço é a seguinte; se eu hoje quiser fazer uma casa quanto tempo é que eu demoro na Câmara Municipal, admitamos que eu tenho dinheiro, tenho terreno, tenho tudo, quanto tempo é que eu vou ter uma casa para viver? -----
E agora faço a mesma pergunta do outro lado, se eu quiser fazer uma casa pré-fabricada num terreno que tenho sem nada, quanto tempo é que eu vou demorar para fazê-lo? São estas duas questões que eu deixava no final. Obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, pela sua intervenção, Jorge. -----
Sílvia Canhoto, peço-lhe que inicie a sua intervenção, dizendo o seu nome e que autoriza a recolha de som e de imagem, se faz favor -----

A cidadã Sílvia Canhoto tomou a palavra e disse: Boa noite a todos. O meu nome é Sílvia Canhoto e autorizo a captura de som e de imagem. -----
A minha pergunta, vai em relação ao PDM, porque tenho um terreno e estou à espera da alteração ou alguma alteração ao PDM mais concretamente aqui na zona de Alfentes, e isso não tem acontecido. Portanto a minha pergunta, é o que é que o nosso Executivo pretende em alteração ao PDM para construção habitacional, porque uma vez que temos estado a falar aqui à habitação municipal eu gostava de saber para a habitação própria permanente, que alteração é que pode vir a ser feita para a construção sem ser a dita construção ilegal. Obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, pela sua pergunta. Se há pessoas que não se tenham inscrito e que queiram usar da palavra, é altura de pedirem e poder fazer uso dela, se pretenderem. Não tenham problemas, apesar do senhor Jorge dizer, que eu não deixo falar as pessoas (estou a brincar consigo). Estejam perfeitamente à vontade, alguma questão que tenham. -----
Vamos fazer o seguinte, eu vou dar a palavra ao senhor Presidente, ou a quem ele indicar, para responder a estas questões e no final veremos se mais alguém quer colocar alguma questão. Senhor Presidente tem a palavra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Passou-se ao ponto seguinte: -----

4- Intervenções da Câmara Municipal para esclarecimentos; -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. Eu vou tentar responder às questões que foram colocadas, embora deva dizer que se alguma coisa me faltar, aqui há muita dificuldade, há muita ressonância na sala e temos alguma dificuldade, em compreender tudo aquilo que foi aqui falado e as perguntas que nos dirigiram, mas ainda assim acho que vamos responder e no fim se alguma questão tiver ficado por responder façam favor. -----

Portanto, a primeira senhora que falou, Katja Van Hellemond, a senhora fez um historial de uma casa ilegal, que foi construída num lugar onde a senhora conhece e que sucessivas vezes dirigiu perguntas à Câmara Municipal e que basicamente terminou a última resposta da Câmara Municipal, que lhe seria comunicado o final do processo, quando ele chegasse ao fim, segundo percebi foi isto. -----

E assim é de facto, os processos levam muito tempo, mas eu queria dizer à senhora que os processos levam muito tempo por duas ordens de razões, primeiro a lei prevê prazos, prevê oportunidades para que as pessoas se pronunciem e, portanto, no que diz respeito à tramitação processual prevista na lei aí nós não podemos fazer nada e essa tramitação é de facto uma tramitação que leva meses, leva muito tempo, à medida que as pessoas vão respondendo nós vamos respondendo e por aí fora. -----

E também lhe digo que os serviços da Câmara Municipal de Loulé, que trabalham na Gestão Urbanística, têm muito trabalho e também não são muito rápidos a responder, depende dos casos, há casos que correm muito bem e há outros que de facto levam mais tempo e, portanto, também pode haver aí essa ordem de razões, alguma não resposta célere da parte dos serviços técnicos da Câmara Municipal. -----

Mas queria-lhe dizer que relativamente à sua questão que viu 33 casas que suponho que são ilegais, eu acredito que sim que sejam ilegais, mas quando a Câmara Municipal tem conhecimento, a Câmara desencadeia um processo, abre um processo que depois decorre e que leva este tempo todo que eu lhe disse, termina normalmente com o crime de desobediência ao Ministério Público porque as pessoas não executam elas próprias a demolição a que estão obrigadas. A Câmara Municipal ordena a demolição as pessoas não fazem e, portanto, depois comunica-se ao Ministério Público, depois a partir daí normalmente o Ministério Público diz à Câmara Municipal e a lei prevê isso que seja a Câmara Municipal a demolir e que depois a pessoa venha



any
Morgan
OK

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

a pagar essa demolição. Depois começa outro processo, a Câmara Municipal para demolir tem que abrir um concurso, não vai demolir uma a uma, quer dizer, faz um pacote, abre um concurso para encontrar uma empresa empreiteira para depois ir lá e demolir a casa ou a piscina ou o muro, não tem que ser obrigatoriamente uma casa ou para retirar se for possível de retirar e por aí fora. -----

Portanto, nós temos aqui um processo muito longo e difícil, devo-lhe dizer que temos neste momento na Câmara Municipal de Loulé um pacote de 25 para demolir, abrimos o concurso e há uma empresa que ganhou essa empreitada e vamos agora começar a executar as demolições para cumprir a lei, mas há casos aqui que demoraram 3, 4 e 5 anos até para que tenha uma ideia e, portanto, é uma situação muito difícil, é uma situação em que se gerou um sentimento de que cometer ilegalidades compensa que isto nunca mais é demolido, chamo a atenção e já chamamos a atenção informando as pessoas, não façam construções ilegais, tudo tem que passar por uma autorização prévia na Câmara Municipal porque sujeitam-se, pode levar tempo mas esse dia vai chegar e esse dia depois não é simpático, as pessoas gastaram dinheiro, é desagradável e ninguém gosta de fazer isso mas a lei existe para ser cumprida. Quando este caso concreto chegar, quando chegar o dia da demolição a senhora será informada. -----

Quanto tempo para concluir o PDM, também fizeram essa pergunta. O PDM está neste momento em processo de apreciação, a proposta apresentada pela Câmara Municipal tem havido reuniões entre a CCDR que é a entidade que tem essa competência legal, temos ido a reuniões e o processo está a evoluir, dar-lhe uma data exata não consigo neste momento, mas eu tenho a esperança que no primeiro trimestre deste ano, se as coisas continuarem como até aqui a correr bem e nunca sabemos quando é que pode haver atrasos, nós eventualmente podemos ter um PDM revisto. -----

O cidadão Jorge Gonçalves é um apaixonado pela sua terra, o Parragil, nós conhecemos o Jorge há muitos anos, sabemos que ele é assim e, portanto, compreendemos a razão dessa pergunta. Mas agora o território, enfim, há coisas que têm lógica e há outras que não têm tanta. -----

A questão da habitação e como disse para resolver eu também acredito, estou inteiramente de acordo consigo, a primeira ferramenta para resolver os problemas da habitação é exatamente o PDM e a proposta que está em estudo e que está em negociação na CCDR que foi, aliás, aprovada por consenso por esta Assembleia Municipal prevê várias soluções para abrir a possibilidade de se construir no interior,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

foi um contributo de todas as bancadas, todos os partidos aqui e que nós concordamos todos e que há uma proposta muito boa em discussão na CCDR exatamente com a alteração, a revisão do PDM.-----

O terreno da Lagoa de Momprolé, não é o facto de ser comprado pelo partido A ou B, isso não tem o menor interesse, porque nós aqui quando trabalhamos e as questões partidárias passam para segundo plano, nunca deixam de existir, mas quando está o interesse das pessoas em causa, eu falo por mim e acho que a maior parte dos autarcas são assim, se esquecem do partido, primeiro conta o interesse das pessoas. Em relação àquele terreno em Loulé dentro do perímetro urbano há imenso terreno ainda que pode ser mobilizado para construir algum foi mas há lá muito e, portanto, não vamos para um terreno que está relativamente afastado de Loulé, apesar de tudo, esse terreno que foi comprado e que é terreno agrícola, com certeza que uma boa solução no que diz respeito à urbanização e à não proliferação e à dispersão da construção por todo o território não passará prioritariamente pela construção daquele terreno, não.-----

Discriminação positiva para o interior, já lhe disse, está no PDM, essa discriminação que propõe e com a qual nós concordamos. -----

Acabem com as pedreiras, nós não licenciámos pedreiras novas, nunca, queremos é utilizar para outros fins aquelas que existem ainda reconvertê-las e estamos empenhados em que isso aconteça, aliás, e também de acordo com o PDM não vai haver nenhuma possibilidade de ampliar as áreas de exploração das pedreiras para além daquilo que está licenciado de acordo com o PDM em vigor e com outros instrumentos de gestão do território. -----

Cadastro, um problema muito sério, nós temos vindo a acompanhar com a Direção-Geral do Território este problema, nós temos cadastro em Loulé, mas não está oficializado e a ausência de cadastro oficial traz-nos no dia-a-dia muitos problemas, e agora temos aí um problema que é uma bomba a estalar-nos na mão, portanto, todos os vereadores do Executivo Municipal estão muito sensíveis a esse problema, em breve vou ter nova reunião com a Direção-Geral do Território para que possamos encontrar uma saída porque neste momento não temos e voltamos à situação que já vivemos por curto lapso de tempo é verdade mas que já existiu é que neste momento em certas circunstâncias não podemos fazer escrituras de compra e venda, que é muito grave num concelho como Loulé, o que é gravíssimo.-----

Quanto tempo precisa para fazer uma casa num terreno não apropriado ilegal quanto tempo? Eu diria que o tempo que precisa depende muito das circunstâncias do projeto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

onde é que se localiza, sendo um loteamento, se é na malha urbana consolidada depende de muitas coisas, mas correndo bem eu diria que em ano e meio, 2 anos, mas depende muito, depende muito de facto, pode ter um projeto aprovado e começar a construir, se for num terreno sem licenciamento prévio, sem comunicação prévia à Câmara Municipal numa dessas duas, constrói muito rapidamente mas depois pode esperar que há de vir a fatura no futuro com ordem de demolição, não leva tempo nenhum mas depois o prejuízo é muito grande. Aqui o Vice-Presidente, responde-----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Presidente. Tem a palavra o senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Boa noite. Eu peço desculpe, não percebi o seu nome, Angelique? -----

Sobre os fogos de Boliqueime, eu de facto fui acelerando aqui na apresentação porque eram muitos slides e se calhar pode não ter ficado claro, mas estão em projeto de execução são 19 fogos, portanto, assim que o projeto de execução tiver finalizado que estimo que será para breve, podemos lançar o concurso público para a edificação desses 19 fogos. Eles estavam naquelas tabelas logo a seguir à fotografia do Bairro Municipal, Frederico Ulrich de Loulé eu até parei um pouco para dizer que as casas estão completamente diferentes por dentro são muito mais confortáveis e eficientes, logo na tabela a seguir está listado, já não estou a apresentar, mas naqueles que estão na fase intermédia, portanto, não estão já em construção mas estão em projeto e, neste caso, já está numa fase avançada porque já está em projeto de execução, creio que era essa questão.-----

Já agora, se me permitir, só uma nota para o senhor munícipe Jorge Gonçalves, de facto o que falta são terrenos para construção, aliás, é uma dificuldade que quando temos um território que cresce em termos de demografia e a lógica em Portugal é refrear a construção, porque a expectativa era de menos população, é complicado e, especialmente, na região do Algarve em particular no concelho de Loulé, pelo valor por metro quadrado que acho que ficou claro que não só aumenta nas casas porque aumenta no terreno. Há pouco tempo, na última Assembleia, veio um terreno com 8200 metros quadrados por 1.250.000,00€ que a Câmara Municipal acabou de adquirir ou está neste momento a tramitar via Tribunal de Contas. -----

Falou sobre a discriminação positiva para as pessoas da terra, por Lei, nós não podemos excluir pessoas que não sejam do concelho, podemos é, nos avisos das

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

candidaturas que abrimos, como dos 117 fogos e como da renda acessível que lançaremos já de seguida a seguir, nesta Assembleia podemos qualificar ou dar uma pontuação acrescida, se as pessoas já estão cá por exemplo há mais de 4 anos ou há mais de 2 anos, mas não pode ser um fator de exclusão, é um fator de ponderação e isso já está vertido no Regulamento e nos respetivos avisos que são lançados pelo Município. -----

Sobre o desenvolvimento no interior, não podia deixar de concordar mais, aqui ficou claro sobre a Estratégia da Habitação, mas fixar pessoas sem fixar atividade é fazer com que elas andem a deslocar-se, mas dou-lhe alguns exemplos de coisas em concreto já feitas. A Cozinha Partilhada em Salir, que é precisamente para que as pessoas possam testar um conceito de embalamento, de transformação dos seus produtos de venda em pequena escala para depois poderem fixar a sua atividade no interior. Dou-lhe outro exemplo, no Ameixial abriu recentemente uma incubadora com espaço para seis empresas e as empresas que lá se colocaram, enfim, o espaço em si o valor por metro quadrado não é nada de comparável a qualquer outra área, portanto, as empresas fixam-se, criam emprego, criam atividade económica e fixam pessoas. -----

O Geoparque vai ser seguramente, um catalisador forte também de fixar pessoas e atividade a curto prazo, assim o esperamos, mas eu quis lhe dar alguns exemplos em concreto, portanto, existe. Mecanismos para fixar pessoas, por exemplo no interior há vários anos desta parte a taxa do IMI está minorada em 30% para as pessoas que vivem no interior e isso também é uma ferramenta que se ativa para que as pessoas queiram ter posse de imóveis no interior e fixar pessoas nessas áreas. -----

E a questão que também que eu referi aqui, que ainda não está concretizada, mas que está vertida no Planeamento Municipal, que é que as áreas de reabilitação urbana neste momento existem apenas duas, uma em Quarteira no centro da cidade na parte mais histórica e uma na parte mais histórica da cidade de Loulé e a estratégia que nós temos definido em termos de trabalho é que as áreas de reabilitação urbana sejam também classificadas em todas as sedes de Freguesia inclusive das Freguesias do interior. O que isso vai possibilitar é que qualquer um de vós, como proprietário de um imóvel pode construir a 6% de IVA em vez de 23% e isso economiza muitos milhares de euros numa reabilitação, numa construção e essa é outra das medidas da discriminação positiva que queremos fazer para todo o território neste caso. Obrigado senhor Presidente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Vice-Presidente. Mais alguém do público pretende colocar alguma questão, ver algum assunto respondido? Faça favor, pode-se dirigir ao microfone, dizer o seu nome e que autoriza a recolha de som e de imagem. -----

O **cidadão Nuno Martins** tomou a palavra e disse: Boa noite. O meu nome é Nuno Martins e autorizo a recolha de som e de imagem. -----

Eu confesso que me sinto um pouco defraudado ao vir aqui hoje, porque fui convidado através do Facebook ali pelo amigo Miguel Baguinho a vir aqui hoje para aprender algo sobre habitação, eu vinha com a expectativa de obter da parte da Câmara Municipal uma sessão de esclarecimento, nem sabia bem ao que vinha, sobre habitação a custos controlados. O que é que eu assisti? A um conjunto grande de iniciativas públicas de habitação, para cidadãos que estejam de mão estendida. Tudo bem, é louvável, mas eu esperava algo mais, esperava medidas para a classe média, onde eu estou inserido, para resolver problemas de habitação, que vimos aqui hoje que a falta de terrenos é uma realidade. O Presidente da Câmara, responde que a tramitação normal são 2 anos, ano e meio, 2 anos, num terreno que se possa construir, num terreno onde não se possa construir, *constróis, mas olha depois levas*. -----

Eu, pergunto à luz da nova legislação que que saiu e que permite às Câmaras Municipais, supostamente mudar a afetação dos terrenos, o que é que os cidadãos podem fazer para construir legalmente em terrenos rústicos? Existe essa possibilidade, não existe, seja para a habitação própria permanente, seja para habitação a custos controlados. Por exemplo, se eu e um conjunto de amigos quisermos adquirir um terreno para fazer um conjunto de casas, quatro, seis casas, numa espécie de Cooperativa que mecanismos existem? Isso é uma expectativa que eu tenho porque por exemplo na empresa que eu giro, é uma microempresa, feliz ou infelizmente decidi abrir em Boliqueime, tenho imensos problemas para contratar pessoas aqui, é difícilimo, por falta de densidade populacional e curiosamente lá todos temos problemas de habitação. Eu resíduo na própria empresa, fiz um apartamento numa mezzanine, os outros dois colaboradores um colocou uma casa no terreno da sogra, as ditas casas ilegais, mas é a solução que ele arranjou, o outro tem um arrendamento de elevado custo e é isto, tenho um funcionário que acabei de perder porque não encontrou solução e decidiu emigrar, isto é um drama. -----

Eu, pergunto que soluções vocês têm para a classe média, população ativa que não quer estar de mão estendida para uma habitação social? Nós queremos poder ter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

iniciativa privada, mas iniciativa privada de poder adquirir um terreno que hoje em dia é impossível por menos de 150.000,00€ conseguir um terreno para construir uma moradia, tínhamos que ter terrenos a 20, 30, 40, 50.000,00€, a preços que as pessoas conseguissem adquirir, construir e governar sua vida, não é? -----

São questões destas práticas que eu acho que a população está carente da classe política. Pronto a minha questão é esta, não tenho mais nada a acrescentar. -----

(Aplausos do público) -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, pela sua intervenção. Eu vou fazer uma advertência ao público, as palmas não são permitidas pelo Regulamento. Está registado, mas agradeço que não se volte a repetir. -----

Senhor Presidente, quem é que responderá? Tem a palavra o senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. Eu agradeço a questão do munícipe Nuno Martins porque permite também eventualmente esclarecer um pouco melhor este assunto sobre habitação a custos controlados e sobre a Estratégia Municipal. -----

Aquele edifício da Clona, que nós mostramos que tem 64 fogos e que convidei todos a participar na visita no dia 1 de fevereiro, tem 34 fogos, apartamentos construídos numa lógica de renda acessível e 30 de lógica de renda apoiada. Para lançar o concurso para as famílias de classe média, como o senhor referiu, precisamos desta alteração que hoje eu também elenquei na apresentação para que os valores da renda não colidam com as famílias mais carenciadas que era uma questão que em 2019 tínhamos os valores corretos e tivemos que atualizar e é só por isso que ainda não se lançou esse concurso e há outra nuance importante. -----

Em Portugal e pela Europa fora, as políticas de habitação neste momento são muito vocacionadas para o PRR. O PRR é financiamento a 100%, mais de 95% da habitação de iniciativa municipal que está a ser construída no país é para renda apoiada por essa razão porque há que executar fundos do PRR, há que construir habitação e as pessoas que estão em condições indignas de insalubridade, de sobrelotação são aquelas que estão priorizadas pela política nacional e europeia. -----

No que diz respeito à habitação a custos controlados, nós temos previsto, e isto também já foi mencionado noutras Assembleias, que no novo Plano Diretor Municipal, no novo PDM, se prevejam novas áreas, novas bolsas de terrenos para construção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

que são terrenos que hoje à data não são urbanizáveis, mas que poderão passar a ser urbanizáveis, mas só numa lógica de habitação a custos controlados. Temos a majoração do índice de construção nas zonas já urbanizáveis se for construído habitação a custos controlados, isto é, se eu tenho um índice de construção de até 50% eu posso majorar e construir o meu terreno até 60% da área do terreno se efetivamente for para habitação custos controlados, esse incremental, temos previsto também que na zona de equipamentos possa 25% desse terreno ser construído para habitação se for habitação a custos controlados, mas devo-lhes dar uma nota que ainda no outro dia o Presidente da Assembleia Municipal alertava e bem, a habitação a custos controlados não resolve o problema da habitação, a habitação a custos controlados é uma ferramenta que existe para construir habitações que normalmente têm dimensões mais pequenas, tem critérios bem definidos na portaria do IRU, a grande vantagem é a construção ser feita a 6% independentemente de estar na área de reabilitação urbana e os preços são tabulados pelo IHRU. A nuance é que a maior parte das entidades que gerem a produção de habitação a custos controlados de facto são privados e bem, no entanto, o que está inscrito na legislação com o qual eu discordo, mas é a minha opinião e já agora partilho aqui em público, é que passado 5 anos, apenas 5 anos, essa casa pode ser vendida e quando é construída a habitação custos controlados com uma lógica, como o senhor acabou de dizer e bem, para que as famílias que têm dificuldade em ter habitação se fixem, que possam dignamente ter uma casa e trabalhar nas várias empresas que estão necessitadas, essa habitação não deve ser plausível de voltar ao mercado passado 5 anos porque senão quem vai comprar essa casa muitas vezes é quem tem muito capital e sabe que durante 5 anos não pode vender a casa mas a expectativa é que o valor do mercado suba, essa pessoa até pode nem sequer estar lá a viver e entra dentro do mercado especulativo novamente e essa é uma lacuna que existe, na minha humilde opinião, na legislação atual. Já agora se a habitação a custos controlados for de iniciativa municipal pública o ónus é de 25 anos, isto é, essa casa que é vendida também pelo Município a um particular durante 25 anos essa pessoa não pode vender, mas se for um privado a vender a si passado 5 anos pode vender a casa. E mais, mesmo que passados 25 anos essas casas possam ser transacionadas ao valor de mercado vão criar especulação no futuro. A estratégia do município, e eu disse-o e volto a reiterar aqui, é que haja habitação na esfera do domínio municipal gerida para as famílias que hoje precisam e que amanhã até podem não precisar que a condição financeira melhorou, mas também como o senhor sinalizou e muito bem, e eu creio ter dito isso na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

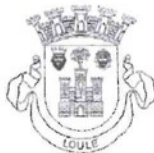
apresentação e posso não ter sido suficientemente explícito, olhe por exemplo, nós queremos habitação para classe média ou classes de rendimentos intermédios, sabe qual foi a dificuldade? O município de Loulé é dos poucos no país a construir neste momento já soluções de renda acessível, eu até gostava de ter aqui um relatório não tenho até gostava de partilhar aqui, mas a Clona foi orçamentado em 12 milhões de euros com a revisão de preços há de bater nos 13 milhões de euros, o financiamento que nós temos via IHRU, via PRR é de 4.3 milhões de euros vejam que o município está a pagar a maior parte daquela obra com fundos próprios. A grande dificuldade é que não existe neste momento instrumentos de financiamento dirigidos para a renda acessível que é aquilo que o senhor diz e bem que nós todos precisamos, precisamos de ativar fundos europeus do programa operacional regional nacional para construção de habitação para estas famílias que são aquelas que hoje não conseguem ter soluções também. É verdade que a prioridade é quem tem condições indignas e isso faz sentido em termos políticos e há vários anos que assim o é e o PRR está dirigido exclusivamente para essas soluções e com 100% de financiamento. A renda acessível de construção municipal podia ter um financiamento de 30 ou 50% e neste momento não existe, existe apenas empréstimos bancários junto do Banco Europeu de investimentos com taxas bonificadas, não é suficiente. -----

Já agora aproveito e mando essa mensagem, não é para nós é para os decisores, nós precisamos de instrumentos de financiamento para os municípios todos do país construírem habitação para quem trabalha e que está nas circunstâncias que o senhor acaba de dizer e que nós todos infelizmente vemos no nosso dia-a-dia.-----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Vice-Presidente. Passaremos às intervenções dos senhores Deputados Municipais por ordem de inscrição. Estão abertas as inscrições para os senhores Deputados e Deputadas, que pretendam fazer uso da palavra. Começaremos no registo pergunta/resposta e se o tempo começar a faltar, teremos um conjunto de perguntas/respostas. Está inscrito Miguel Coelho, do PSD, tem a palavra. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

5- Intervenções dos Deputados Municipais por ordem de inscrição; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Deputado **Miguel Coelho (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito boa noite senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes e os que nos assistem lá em casa. -----

Queria fazer três notas prévias, três saudações. Em primeiro lugar, ao Centro Social e Comunitário de Vale Silves pela forma excelente que nos receberam aqui na terra. Queria manifestar uma saudação especial para o público aqui presente, em todas as Assembleias Municipais que realizamos na sede do concelho tem um tão grande número elevado de público aqui presente. -----

Por fim, a elevação de Boliqueime a Vila. Finalmente estamos de parabéns hoje é um dia histórico, o dia 17 de janeiro de 2025, vai ficar para a história como dia de Boliqueime elevado a Vila e quis o destino que fosse marcado exatamente uma Assembleia Municipal, na nossa Freguesia de Boliqueime no dia em que Boliqueime é elevado a Vila, com o tema da habitação. -----

Eu estive a pesquisar no site da Câmara Municipal, em todos estes PowerPoints que foram aqui explanados e apresentados à população e o que encontrei foi realmente o projeto que foi aqui falado, referenciado, os fogos dominação de fogos em Boliqueime, um projeto que tem um financiamento global de cerca de 2.000.000,00€ e dos quais 1.400.000,00€ pelo PRR em que acho que a informação no site da Câmara Municipal não está muito atualizado, fala em 10 fogos penso que são 19 e que a data de conclusão seria para 31 dezembro de 2025 que obviamente não vai acontecer. Para uma Freguesia que se engloba no grupo de Freguesias que foi aqui falado onde a maior parte da população do concelho de Loulé está a habitar, o conjunto de Boliqueime, Almancil, Quarteira, São Clemente e São Sebastião realmente é um número manifestamente pequeno, insuficiente, e aqui viu-se pelas declarações das pessoas que aqui vieram falar que realmente a não obtenção de respostas por parte do Município na questão da habitação da nossa Freguesia proporciona depois a habitação ilegal, proporciona estes problemas que foram aqui apresentados. -----

A ansiedade das pessoas pelo atraso sucessivo na conclusão do PDM e realmente isto traz preocupações acrescidas, porque realmente deixamos cair uma zona industrial, deixamos estar em banho-maria um saneamento básico na 125 anos a fio, propomos nas últimas eleições no plano eleitoral socialista requalificações das condutas de água no centro de Boliqueime, mas aquilo que nós vemos são rebentamentos da água a escorrer por aquela Avenida dias a fio e depois respostas para os problemas em questão zero, portanto, realmente o que fica aqui é um dia histórico, dia 17 de janeiro 2025, elevação de Boliqueime a Vila, mas senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Presidente diga-se a verdade estas pessoas não vivem de festas, não vivem de títulos, nós queremos só as necessidades básicas da nossa Freguesia resolvidas. Muito boa noite, obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Deputado. Senhor Presidente, quem é que responde? Senhor Vice-Presidente, tem a palavra. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. -----

Senhor Deputado Miguel Coelho, a nota que referiu do lapso na página da Câmara Municipal não é um lapso, é informação obrigatória no âmbito do PRR que nós comunicamos o que está financiado, isto é, dos 19 fogos que estão em projeto de execução, que eu acabei de referir à senhora munícipe também que fez intervenção, 10 deles são financiados via PRR, 100% de financiamento renda apoiada, 9 estão numa lógica de renda acessível 100% financiado pelo erário público do Município, e essa é a razão da diferença. -----

E quando o senhor refere respostas zero, nós trabalhamos para soluções habitacionais no Município, ficou demonstrado várias soluções em vários locais, olhe dir-lhe-ia que se estivéssemos à frente da comunidade de Almancil também precisariam com certeza de mais soluções, é muito difícil de aceder a terrenos urbanizáveis preparados para edificar e temos feito essa prospeção, temos procurado intensamente, esperamos de facto que o PDM novo possa trazer aqui algumas alternativas adicionais porque precisamos de facto de habitação e precisamos mais em todas as Freguesias sem exceção, com certeza. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Vice-Presidente. Deputado Carlos Martins, do BE, tem a palavra. -----

O **Deputado Carlos Martins (BE)**, tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. Em seu nome cumprimento todos os presentes e aqueles que nos acompanham em casa. -----

Numa primeira intervenção, iremos fazer uma análise sobre a habitação no concelho de Loulé. -----

A nova Estratégia Local de Habitação para o período 2025-2032, foi iniciada em 2019. O tempo para trás só conta para balanço e aprendizagem e a nova proposta pode



Handwritten signatures in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

induzir em erro quanto às soluções habitacionais agora propostas para os próximos 7 anos. Antes de mais consideramos como positivo o alargamento para mais 2 anos do programa e o aumento de 600 soluções habitacionais, passando das 1400 para as 2000. -----

Quanto a nós esta proposta deveria ter aguardado pela aprovação do PDM e da Carta Municipal de Habitação e assim a representa uma estratégia habitacional não suportada num diagnóstico que defina as zonas onde se pode construir e estejam identificadas as reais necessidades habitacionais do concelho da serra ao litoral. -----

A estratégia da Câmara Municipal continua assente na construção de novos fogos ou aquisição através da consulta pública ao mercado, não dando o devido valor à enorme potencial das centenas de casas devolutas existentes no Município e em especial nas zonas urbanas de Loulé, Quarteira e Almancil, onde estão assinaladas as maiores carências habitacionais. -----

O Bloco de Esquerda, considera que para resolver esta emergência habitacional é necessário o Município estar dotado de um planeamento eficaz, suportado por um diagnóstico atualizado e garantido por meios financeiros suficientes provenientes dos programas estatais e do município. Todos sabemos que no concelho de Loulé existem muitas centenas de casas devolutas e degradadas, propriedades de privados, mas também algumas do Município, caso da Casa dos Magistrados em Loulé que deveriam ser recuperadas para o mercado do arrendamento. O Município tem muitos terrenos com aptidões para a habitação e a Câmara Municipal neles deve desenvolver projetos habitacionais, mas infelizmente são ocupados com outras coisas que não são prioritárias. O Estado e o Município devem ser os primeiros a dar o exemplo, a reabilitação de habitações devolutas ou degradadas constitui o processo que envolve menores custos para o erário público e que resolve mais rapidamente o problema da escassez da habitação para além de contribuir para o melhoramento da imagem urbana das nossas cidades. -----

No âmbito da elaboração do orçamento municipal, o BE apresentou na área da reabilitação urbana e habitação um conjunto de sugestões e medidas no sentido do aumento substancial da oferta pública de habitação. Como sabemos e vimos pelo que foi apresentado, Portugal é o país da Europa com menor oferta pública, em Loulé o município antes era 0,3% passou para 0,7%. As carências já há muito que são sentidas e sempre foram adiadas as soluções para melhorar esta saga social, o Estado e autarquia admitir-se das suas responsabilidades no cumprimento do direito à habitação previsto no artigo 65 da Constituição. Decorridos quase 5 anos seria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

importante ouvir da parte do senhor Presidente da Câmara Municipal em jeito de balanço autocrítico sobre as incapacidades reveladas e os motivos porque não foi possível fazer mais durante estes 11 anos. É que estamos a falar como o problema da habitação começasse em 2019 e que esta Câmara Municipal tivesse no governo local em 2019, mas não, iniciou em 2013 e nessa altura já havia muitas carências habitacionais, pode-se dizer que não havia tantos financiamentos, mas a Câmara Municipal felizmente sempre teve reservas boas. E o que levou à necessidade da revisão da Estratégia Local de Habitação a 9 meses de eleições. -----

Importa fazer um balanço sério sobre o trabalho realizado, as obras em projeto e em curso, imóveis dispersos e adquiridos, o universo de beneficiados dos programas de arrendamento acessível apoiado, assim como a taxa de execução em cada um dos diversos itens e desvios verificados em relação aos objetivos propostos. Os factos comprovam e, apesar da boa vontade do Executivo, os resultados demoram a aparecer e aquilo que nos apresentam sabe pouco. Vejamos o que está em curso. Na página 8,9 do Relatório, percurso da Estratégia Local de Habitação, em resumo até ao final de 2024 temos 5 fogos construídos e entregues em Salir. Temos 69 alojamentos dispersos que foram adquiridos no mercado local e temos 21 em sublocação, quer dizer arrendamento de terceiros. Em curso reabilitação de 18 moradias no Bairro Operário, num universo com 58, construção 17 fogos em Salir, 5 já foram atribuídos, 64 fogos na urbanização da Clona, este terreno foi adquirido em 2019 previsto para 132 fogos e não percebemos como é que os outros 64 fogos já não tiveram início e só estão previstos iniciar o arranque em 2027. Para além de 2 imóveis no Ameixial e reabilitação de 7 fogos em Loulé. Realmente isto é o trabalho realizado que se apresenta neste momento. -----

Como facto positivo, salientamos a assinatura do compromisso com financiamento garantido a 100% pelo PRR para a aquisição de 60 fogos a custo controlados em Loulé, concurso público para atribuição de 117 habitações em regime de arrendamento apoiado para famílias carenciadas, concorreram 1135 candidatos, como facto negativo verificamos que nas zonas de maior pressão não existe nenhum projeto em curso nas Freguesias de Quarteira, Almancil, Boliqueime, mesmo em curso, está muita coisa em projeto mas não sai do projeto. -----

Aquilo, que hoje nos é apresentado após 11 anos de gestão PS e do senhor Presidente Vítor Aleixo, no final do seu terceiro mandato representa muito pouco daquilo que era desejado para tanta carência habitacional sentida por todo o Município e tendo em consideração ao volume total de receitas alcançadas neste mandato que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

estão perto, incluindo 2025 perto dos 2.000 milhões de euros. -----

Portanto, o Bloco de Esquerda contribuiu com um conjunto de medidas no sentido de colaborar na elaboração desta nova Estratégia Local de Habitação salientamos como satisfatório que uma boa parte das gestões foram aceites pelo Executivo, embora na prática não queiram ser mais de que sim, aceitamos, mas depois de substrato não se vê, já passo depois a enumerar. -----

Para nós a nova Estratégia, requer mais ação e melhor visão tendo em consideração que a crise habitacional existente do concelho de Loulé é muito grave, e como falou aquele senhor empresário, afeta transversalmente todas as atividades económicas, sem habitação não há desenvolvimento, não há fixação de novas profissões, médicos, enfermeiros, os investigadores do ABC não vêm para cá, as forças de segurança estão reticentes a vir para Loulé, embora nós estejamos ótimas condições de alojamento, portanto, falta outro complemento. A solução deverá assentar no esforço coletivo de todos, Estado, Município, setor privado, Cooperativo. -----

Sobre os contributos que nós demos e que convém também frisarmos, como vimos a Carta Municipal da Habitação é um instrumento indispensável e obrigatório de acordo com a lei de base da habitação não existe. mas ouvimos vão elaborar. A Câmara Municipal considerou a nossa sugestão, sim. -----

Propomos a criação de um Departamento de Habitação, não foi aceite pela Câmara Municipal, a Câmara Municipal desperdiça as energias existentes e remete para a Loulé Global a criação de uma nova estrutura. Nós não concordamos, solicitamos um levantamento atualizado dos prédios devolutos e degradados, foi aceite, mas esse estudo nunca mais é apresentado. Estabelecer parcerias com o setor cooperativo e privado, vão estudar, não existem propostas concretas. Construção de uma residência para estudantes em Almancil, aceite, vão estudar, propostas concretas não existem e todas estas propostas já foram feitas em 2019, portanto, são repetições. Atualização das rendas de valores de rendas apoio acessível vai hoje aqui a votação. Introdução no PDM das regras de planeamento de território que facilitem a disponibilidade de terrenos para soluções habitacionais, a Câmara Municipal aceita, mas o PDM nunca mais acaba. Medidas de discriminação positiva para fixação das populações, remetem para a revisão do PDM, mas o PDM nunca mais está pronto. -----

Para além da habitação é muito importante a construção de uma rede municipal de equipamentos sociais, escolas, creches e lares centros de dia, a Câmara Municipal aceita, muito bem, vão pensar no assunto e finalmente acham que esta sugestão tem que constar na Estratégia de Habitação. Promoção de alterações no domínio fiscal e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

incentivos municipais, para além do existente a Câmara Municipal não está disposta a isentar os proprietários, por exemplo que queiram reabilitar a casa com isenção de determinados impostos ou taxas. -----

Solicitamos a criação de uma Comissão de Acompanhamento desta Estratégia, o Município diz que tem que cumprir a lei, só não percebo porque não cumpra a Lei, porque na Lei de Base da Habitação é obrigatório a apresentação do Relatório Anual sobre a Habitação, portanto quem está em falta é o Governo Local. Neste ponto ficaria por aqui. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Deputado. Senhor Vice-Presidente, tem a palavra. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. -----

Muito obrigado pelas suas questões e algumas considerações, senhor Deputado Carlos Martins, esperar pelo PDM, a Estratégia Local de Habitação, não tem uma espacialização territorial, não é isso que ela visa, ela visa definir as medidas, quantificar, valorizar em termos de investimento, definir quais são os eixos estratégicos e as prioridades, mas não espacializa mais num espaço do terreno, do território, ou mais noutro. -----

A Carta Municipal de Habitação, sim, já é um instrumento que é preciso ter o PDM para efetivamente casar com a estratégia e com os instrumentos de gestão do território que vêm vertidos no PDM para que a Carta Municipal de Habitação possa espacializar efetivamente e definir dentro do território a sua eficácia, a Estratégia Local de Habitação, é um documento mais macro de visão estratégica e não necessita do fecho desses dois documentos, quer o PDM, quer a Carta Municipal de Habitação para poder ser revisitado. -----

O senhor referiu outra vez sobre casos devolutas, usar para construção, olhe, acabei de na apresentação demonstrar-lhe algumas, a Rua Miguel Bombarda em Loulé tem neste momento em concurso público está adjudicado, o início da empreitada. A Rua de São Paulo, foi no final do mês de novembro que o senhor teve lá até no ato de consignação, não tenho a certeza, mas é uma reabilitação. A Rua Joaquim Nunes Saraiva, que eu até acabei por dizer aqui, enfim passa a publicidade que disse que era ao pé do Postigo, é também uma reabilitação de um devoluto no centro da cidade e continuamos a adquirir devolutos precisamente com essa mesma finalidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Na Rua António José de Almeida, a Unidade Residencial de Loulé para 15 fogos, fica ali ao pé da casa que é gerida pela Junta de Freguesia de São Clemente e é mesmo ali ao lado e também dará para 15 fogos, mais uma reabilitação, portanto, não pode dizer que não estamos ativamente à procura de devolutos no nosso concelho para reabilitar porque não é um facto. -----

Sobre a Casa dos Magistrados, creio que ficou esclarecido na última Assembleia, eu abstenho-me de fazer mais comentários sobre isso. -----

No que diz respeito a ter informado que desde 2013 já havia carências habitacionais, olhe que o mercado imobiliário em 2012, 2013, 2014 estava completamente diferente do que está agora, senhor Deputado, e havia muitos empreiteiros que tinham construído casas ainda antes da crise ou durante a crise e ainda estavam com dificuldades em vendê-las, portanto, os preços de mercado não eram de todo aqueles que estão agora, a pressão migratória não era de todo o que está a acontecer agora, até porque a nossa demografia aumenta muito nos últimos anos e, especialmente, depois da pandemia por pressão de fenómenos migratórios que são muito mais difíceis de prever do que a evolução demográfica natural. -----

Portanto, efetivamente a pressão sobre a habitação surge principalmente a partir de 2017, 2018, com a inflação e o aumento dos preços porque efetivamente não havia produto no mercado, o pouco que havia construído ainda pelas empresas antes de terem falido ou durante a crise e que não eram transacionadas começaram a ser transacionadas e a procura aumentou porque efetivamente temos cada vez mais procura e é bom porque quer dizer que temos um território aprazível. -----

Este é o trabalho apresentado. Você fez aí uma exclamação sobre quase que não deveríamos ter orgulho daquilo que estamos a apresentar agora, sabe que em 5 anos comprar terrenos, projetar, contratação pública, lançar empreitadas, adjudicar, não haver litigâncias, as empresas conseguirem, porque há poucas em Portugal neste momento, aguentar empreitadas desta ordem de grandeza e destes valores e conseguir construir, eu convido, por favor senhor Deputado, no dia 1 de fevereiro tenho imenso gosto em que nos acompanhe a visitar a Clona, poderá passar ao pé da habitação a custos controlados, em Vale de Rãs. -----

Também por trás do Continente, poderá passar ali pelo Bairro Municipal Frederico Ulrich, que temos já casas também praticamente em condições de podermos visitá-las e isso é concretizações e acho que temos todos que estar orgulhosos. -----

Queremos mais, humildemente lhe digo neste momento em Portugal não há ninguém a conseguir fazer o seu trabalho como deveria se calhar na habitação, agora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

confessadamente, e viu-se por aquilo que são os instrumentos de financiamento, somos dos melhores municípios em Portugal, melhor no Algarve e outra coisa que não ficou explanada aqui bem, senhor Deputado, e que já agora aproveito para dizer, uma coisa é nós termos contratos assinados com o IHRU, outra coisa é termos a certeza inequívoca que praticamente a totalidade dos nossos contratos vão ser garantidos e executados, não lhe digo a totalidade mas dos 30 milhões de euros que temos neste momento contratualizados eu digo-lhe que dos outros municípios do Algarve tem muitas dúvidas que eles executem alguns deles quer 50% daquilo que lá tá e no final vamos fazer esse balanço ou vamos todos, quem quer que cá esteja, quem quer que não esteja, seguramente vamos continuar ativamente a seguir a nossa comunidade independentemente das vidas profissionais que teremos no futuro neste nosso concelho, e aí gostava de fazer o balanço consigo também e farei com certeza independentemente de onde nos encontramos daqui a alguns anos. -----

Você referiu que não havia projetos em curso em Quarteira, em Quarteira temos um projeto em curso, aliás, veio um contrato Interadministrativo à Assembleia Municipal para dotar de verbas a Junta de Freguesia de Quarteira para executar o projeto e agora vai ser uma entidade beneficiária que poderá candidatar-se aos Fundos do IHRU. -----

Em Almancil temos 6 em projeto, estava aqui na apresentação, e em Boliqueime os 19 que acabamos de falar, portanto existe. Já agora eu esqueci-me de referir na apresentação e aproveito também a oportunidade, a atualização da Estratégia Local de Habitação foi feita solicitando contributos a todos os partidos políticos com representação na Assembleia Municipal, todos sem exceção, recebemos dezenas de contributos dos partidos, Bloco de Esquerda, CDS, PAN e PS, foram estes os partidos que ativamente fizeram propostas, nem todas foram acolhidas mas a maior parte das medidas foram acolhidas e é um documento estratégico, é um documento, como eu lhe disse, a materialização das medidas depois é gerida no dia-a-dia, não é neste documento que nós temos que entrar no nível de detalhe, senhor Deputado. -----

Já agora também aproveito para referir que num dos slides quando eu estava a fazer o histórico de todos os grandes momentos chaves da Estratégia Local de Habitação, esqueci-me de mencionar, que numa Assembleia em 2024 aprovamos a estratégia com retroatividade a 2021 que era um documento que ainda não tinha vindo à Assembleia e bem sinalizado foi aprovado numa Assembleia Municipal e depois nesse próprio momento dessa aprovação discutíamos que era necessário atualizar. -----
A dinâmica no mercado habitacional é tão grande, as necessidades das pessoas é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

tão grande é por isso independentemente de estarmos no final de um ciclo político, nós não estamos a comprometer nada, quem chegar a esta nobre casa a partir do mês de outubro deste ano terá um documento estratégico que pode trazer novamente à Assembleia e alterar, se que tiver uma visão mais pelo privado do que pela iniciativa municipal, podem mudar, isto não vincula em nada, mas é a responsabilidade de quem tem o privilégio de estar nestas funções, gerir a médio e longo prazo, não é a curto prazo e neste momento temos a legitimidade de decidir sobre isto e até porque os senhores também se envolveram nessa decisão, está lá vertido aquilo que vocês quiseram participar, portanto, eu não vejo qual é a necessidade de dizer que não sei porque é que estamos à pressa no final do mandato, não, temos é o sentido de responsabilidade e a acutilância de querer continuar a trabalhar ativamente sobre os problemas graves que temos na nossa sociedade. -----

O levantamento de devolutos, eu também lhe disse na altura do orçamento, senhor Deputado, nós estamos a tentar fazer o levantamento há mais de um ano sobre os devolutos quer de Loulé, quer de Quarteira, da área de reabilitação urbana, nós não podemos aplicar a majoração do IMI enquanto eu cá estiver, nem quando faltar um proprietário para identificar, eu não meto a majoração porque é injusto, eu vou majorar o IMI para todos aqueles que conseguir identificar, e por dificuldades com o regulamento geral de proteção de dados eu não consigo identificar um proprietário e essa pessoa não tem uma majoração do IMI, foi isso que eu lhe disse e até lhe disse a percentagem, disse-lhe que em Loulé havia uma das Freguesias praticamente já toda levantada, a outra está um pouco mais atrasada, e disse-lhe a percentagem que tem em Quarteira, eu agora não tenho essa informação, mas posso-lhe dizer, portanto, estamos a fazer esse trabalho, leva muito tempo, os Presidentes de Junta também têm ajudado, é muito difícil de identificar às vezes proprietários dos devolutos.-----

Sobre Escolas, Creches e Lares, a medida está inscrita e de facto ela diz verte sobre a Carta Municipal de Educação, muito brevemente ela virá, está aqui o professor Júlio poderá dizer até porque ela está finalizada, está para ser submetida para a Reunião de Câmara e é um documento absolutamente vital e estratégico e ela virá aqui a Assembleia Municipal como a Carta Municipal Social, isenção de taxas para a reabilitação das casas. Uma isenção, no Regulamento de Taxas e Licenças Municipais, o Presidente e o seu Executivo têm a capacidade, submetendo para a Reunião de Câmara, de isentar ou reduzir taxas, mas isso é uma decisão ad hoc. Podemos trabalhar exatamente já a partir do momento de hoje para que no novo Regulamento de Taxas e Licenças Municipais, que tem que ser revisto e que agradeço



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

até já e solicito a partilha de todos, possa se verter em que circunstâncias, porque é nesse documento que tem que estar lá refletido, quando é que queremos reduzir em que percentagem e em condições que é para todos vincularmos numa decisão que não pode ser ad hoc, unilateral, e pela sensibilidade de quem cá está, mas pelas decisões de todos nós e regulamentado e que faça-se lei local porque enquanto não houver isso nós não podemos isentar, conforme disse. Relatório Anual da Habitação, foi por isso que em 2023 no dia 24 de novembro tivemos uma Assembleia Municipal para fazer um balanço, é um relatório, isto que estamos a fazer aqui estamos a relatar, estamos a manifestar, aquilo que temos estado a trabalhar em prol da nossa comunidade, viemos aqui fazer uma prestação de contas da habitação. ----- Não sei se é a metodologia perfeita, aliás, até porque creio que foi muito denso e houve pessoas que até cansaram-se de me ouvir falar e peço imensa desculpa por isso, mas é tanta a informação, ela está gravado e podem recuperá-la depois e eu acho que é importante informar, é o principal papel que nós temos nestas Assembleias é informar os seus deputados e o magnífico público que está aqui a assistir e quem nos assiste digitalmente porque senão não estamos chegar a fazer nada se não soubemos comunicar aquilo que está a acontecer. Não, não estivemos a dizer que está tudo bem, não estivemos a elogiar um trabalho fantástico, não, estamos a trabalhar e estamos a demonstrá-lo e era isso que queria dizer e este relatório da habitação só não foi apresentado no final do ano de 2024 porque tivemos que deslizar a Assembleia para o início deste ano, está aqui o Presidente da Assembleia Municipal que não me deixa mentir que foi solicitada uma Assembleia para este tema perfeitamente no final do ano, mas enfim, havia Assembleia Municipal mais importante que era do orçamento que era obrigatório fechar e esta deslizou, se não teríamos feito esse balanço novamente e agradeço-lhe porque sinalizou isso e sinalizou muito bem e seguramente quem cá tiver o privilégio de estar cá no final do ano 2025, há de fazer novo balanço da habitação e com mais casas construídas e entregues a famílias. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Vice-Presidente. Tem a palavra o senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, eu também quero a propósito da intervenção do senhor Deputado Carlos Martins tecer algumas considerações, vou procurar não repetir aquilo que o Vice-Presidente disse e vou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

apenas cingir àquelas questões que também merecem ser esclarecidas. -----

Disse, o senhor Deputado dado altura da sua intervenção que a Câmara Municipal de Loulé tinha muitos terrenos, mas que tardava a aparecer com casas, pois é, temos muitos terrenos porque temos vindo a adquirir-los, temos procurado ativamente adquirir terrenos, não só a Câmara Municipal como os senhores Presidentes de Junta e esses terrenos são uma garantia de que no futuro havemos de construir habitação de iniciativa pública. Eu acho que o senhor Deputado em vez de olhar para esta questão da aquisição de terrenos que têm sido muitos por parte da Câmara Municipal de Loulé de uma forma positiva, não, olha para aquilo que é positivo com um tom de desvalorização e eu devo-lhe dizer que nós nos sentimos muito confortáveis em adquirir terrenos para futuramente construir neles. A mesma coisa estão a fazer as Juntas e o exemplo mais ilustrativo é o da Junta de Freguesia de Quarteira onde foi adquirido há pouco tempo um terreno numa zona estratégica da cidade que dará para construir 56 fogos em Quarteira cujo projeto está a ser feito neste momento. -----

O senhor Deputado Carlos Martins, também falou em incapacidade autocrítica do Presidente da Câmara, não, senhor deputado, eu procuro ser verdadeiro nas minhas palavras, e quando digo que nem tudo aqui é fácil eu não estou a desvalorizar o nosso trabalho, até porque tenho muito orgulho nele, agora que quando lhe digo que gostaríamos de ter feito mais, gostaríamos de ter feito mais, mas não podemos, aliás, se o senhor tivesse deste lado ou os senhores deputados que olham para o trabalho da Câmara Municipal e têm muitas vezes um tom excessivamente crítico na minha opinião, até porque nós somos de facto, o Vice-Presidente tem algum pejo em dizer que nós trabalhamos bem e eu digo nós somos bons a trabalhar, nós temos sido bons a gerir este dossier da habitação. -----

Eu, não tenho problema nenhum em dizer isso porque os dados o demonstram, foi aqui demonstrado, pela explicação do senhor Vice-Presidente, nós somos no Algarve o município com melhores indicadores relativamente à sua política de habitação, mais, não só no Algarve até no país. -----

Portanto, eu não posso aceitar a forma tão crítica relativamente ao trabalho da Câmara Municipal de Loulé, porque o que nós estamos a fazer está a ser bem feito e quando diz que não tem planeamento também permita-me discordar do senhor porque se há coisa que nós temos aqui é planeamento e uma equipa de técnicos que não faz mais nada na Câmara Municipal de Loulé há uns anos a não ser trabalhar o dossier da habitação, são uns quantos que o fazem e quando esta competência sair de dentro da Câmara Municipal de Loulé e transitar para a empresa Loulé Concelho Global



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

então a capacidade de resposta, a versatilidade no trabalho e a possibilidade de acelerar será de facto ainda muito mais, portanto, essa vai ser uma boa medida e que vai permitir acelerar o bom trabalho que a Câmara Municipal tem feito até aqui.-----

Sabe a poucos resultados, senhor Deputado, já lhe disse que os resultados são bons, daí desse lugar é muito fácil desvalorizar o nosso trabalho, é muito fácil, mas o senhor tem que considerar o seguinte, Portugal vive hoje um enorme problema de falta de mão-de-obra, de falta de quadros especializados, ainda hoje a senhora Ministra do Ambiente que visitou o concelho de Loulé em conversas que fomos tendo ao longo da visita ela falava que têm imensos problemas em contratar, abriram um concurso não apareceu ninguém para a APA, por exemplo, para técnicos, para engenheiros eletrotécnicos, não têm, não há, não querem trabalhar na administração pública, portanto, não basta ter dinheiro, não basta ter projetos, não basta ter terrenos, é preciso também ter capital humano que é uma dificuldade que não é da Câmara de Loulé é do país todo e isso também nos limita de fazer mais e mais depressa. -----

Quando fazemos uma crítica à política da Câmara Municipal num dossier que está a correr também devemos ser mais realistas e levar em consideração coisas que são objetivas para podermos fazer juízos mais justos, portanto, se a si lhe sabe a poucos resultados, nós gostaríamos de ter mais, mas estamos confortáveis com o trabalho que temos feito até aqui. Não falou, quando enumerou o trabalho feito na Câmara Municipal, 53 fogos adquiridos, disse ao longo da minha intervenção inicial, é um problema não de Loulé, mas de toda a Europa. -----

Por último queria dizer nós não temos problemas nenhuns em trazer aqui hoje a revisão da Estratégia de Habitação, então lá porque estamos a 6 meses das eleições o trabalho parava? Era o que faltava. Por um lado, crítica que não fazemos, se tomamos a iniciativa de rever, para estabelecer novos horizontes de trabalho para poder ter um documento para justificar os investimentos diz que estamos a seis meses das eleições quero lá saber disso! Eu quero é fazer aquilo que me compete fazer, porque para isso fui eleito pelas pessoas e não é pelo facto de se aproximarem eleições que vou dizer à Câmara Municipal abrandem aí o trabalho, porque isto vai parecer que a gente está agora a trabalhar porque vem aí as eleições, nós vamos continuar a trabalhar sempre como continuamos a trabalhar até hoje. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Presidente. Tem a palavra o senhor Deputado João Ferreira do PSD. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Deputado **João Ferreira (PSD)** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. -----

Para a habitação e face à introdução que houve nesta Assembleia por parte do senhor Presidente da Câmara e pelo senhor Vice-Presidente, eu peço às pessoas mais sensíveis que me permitam também fazer a minha introdução. -----

Caros fiéis da Assembleia, permitam-me iniciar este momento com uma saudação solene, pois hoje fomos agraciados com um verdadeiro sermão do monte proferido pelo nosso estimado Presidente que nos embalou com palavras de fé e esperança no futuro habitacional deste concelho. Como se de uma epifania se tratasse, o Vice-Presidente revelou-nos um PowerPoint das maravilhas, uma espécie de evangelho digital da habitação onde tudo é possível e onde cada slide nos promete um milagre da multiplicação das casas. -----

Contudo, como sabemos, nem sempre a realidade acompanha o fervor da pregação do urbanismo e tem a ver com as casas. -----

Portanto, o Decreto-Lei de 80/2015 que saiu, deu um prazo às Câmaras Municipais todas a nível nacional, para introduzirem nos seus PDM's, deu um prazo de 3 anos. Muitas Câmaras ou algumas Câmaras, não cumpriram esse prazo, passado 10 anos esta é uma delas que não cumpriu esse prazo e, portanto, não temos o PDM e a questão que se põe é que com o Decreto 117/2024, deixo esta pergunta; -----

Todas as pessoas que neste momento não têm projetos aprovados na Câmara no concelho de Loulé, mas puseram projetos na Câmara Municipal de Loulé em zonas de edificáveis mas não de perímetro urbano, o que é que o Presidente da Câmara Municipal de Loulé vai fazer a esses projetos? Disse. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. Muito obrigado pelas suas questões, senhor Deputado João Ferreira. ----
Eu mais das questões que foram colocadas, dizer que, portanto, a maravilha é entregar casas às pessoas, isto não é um PowerPoint das maravilhas e convido mesmo a si também para o dia 1 de fevereiro ter o privilégio como todos os que quiserem entrar em casas construídas com fundos municipais e fundos do PRR que serão para famílias que necessitam das casas, sim, já necessitavam algum tempo, mas essa é uma dicotomia complicada. Construir habitação de iniciativa municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

leva muito mais tempo de facto do que um privado, um privado que chega compra o terreno onde quer nós temos que provar porque é que foi aquele terreno, mas fez muito bem em levar mais tempo porquê? Porque as empresas são filtradas por critérios técnicos e financeiros e não param a meia empreitada como aconteceu por exemplo na Rua do Cemitério em Loulé, tivemos anos a tentar resolver um problema porque cada empreiteiro novo falia e ali o que nós fizemos foi um concurso dentro de um concurso com prévia qualificação para que a Clona não parasse a meio e veio uma empresa que até vai concluir a obra que tinha um prazo de execução até março do próximo ano antes da data limite. E isso é uma maravilha, é nós podemos levar mais tempo, mas concluir a obra. Se o senhor Presidente me permitir, passaria a palavra ao senhor Presidente. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Vice-Presidente. Tem a palavra o senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Senhor Deputado João Ferreira, eu tenho todo o gosto em responder à sua questão. -----
Devo-lhe dizer, que é uma questão que nos preocupa muito à Câmara Municipal de Loulé, a questão é pertinente e eu não tenho neste momento resposta para lhe dar. O que lhe posso dizer é o seguinte, é que sempre até aqui o Governo tinha até à Revisão do PDM, tinham aceitado prolongar o prazo de desenvolver os projetos em espaços urbanizáveis, é desses solos que estamos a falar e, portanto, tinham sempre prolongado o prazo até à revisão do PDM. -----

Este Governo, atualmente com a publicação do Decreto-Lei 117, muito recente no dia 30 de dezembro fecha-nos a porta. Agora eu pergunto-lhe, que sentido faz, não, é que nós não sabemos neste momento não temos resposta para a sua questão, eu pergunto-lhe é que sentido faz publicar um Decreto-Lei, que prevê a conversão de solo rústico em urbano quando ao mesmo tempo, parece que pretende ilegalizar todas aquelas operações que estão a decorrer dentro das Câmaras Municipais, não é só a de Loulé, dentro de terrenos que até aqui eram considerados urbanizáveis e que estão a decorrer e que por via do Decreto-Lei há aqui um vazio legal que não temos resposta neste momento mas isto é uma incongruência. Por um lado, abre-se a porta até de uma forma muito liberal e desregrada, converter solo rústico em solo urbano, aonde existem terrenos urbanizáveis e que estavam a decorrer operações de licenciamento de processos, aí nesses casos ficamos sem saber se esses processos podem chegar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

até ao fim ou se de um momento para outro são ilegais. Isto é um problema muito grave, eu não sei como é que vamos responder a este problema, mas este problema foi criado com este novo Decreto-Lei do Governo e não faz nenhum sentido isto. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Presidente. Está inscrita a senhora Deputada Bárbara Correia, mas atendendo à alternância vou dar a palavra à senhora Deputada Ana Poete, do PAN. -----

A Deputada **Ana Poeta (PAN)** tomou a palavra e disse: Boa noite senhor Presidente. Na sua pessoa, cumprimento a Mesa, o Executivo, senhoras e senhores Deputados, e ao público atento interessado. -----

Na pessoa do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime, Nelson Brazão dou os meus parabéns neste dia de elevação de Boliqueime a Vila e agradeço ao Centro Social e Comunitário de Vales Silves pelo acolhimento. -----

Após análise desta proposta questiono, temos um percurso de muitos procedimentos, reuniões, lançamento de pedras, empreitadas, concursos, mas efetivamente a entrega de chaves é claramente insuficiente. Até podemos achar que somos bons ou que somos muito bons, mas as famílias continuam em pobreza habitacional não terão a mesma perceção do que nós. O último diagnóstico realizado refere que 1128 famílias se encontram em carência habitacional, portanto, são 1128 famílias que não nos consideram bons. -----

Neste momento estamos no edifício sentados com uma sensação térmica de 4 graus, lá fora estão 158 pessoas sem-abrigo a dormir ao frio, de certeza que também não consideram que somos bons porque enquanto houver um sem-abrigo e uma família sem condições habitacionais não somos bons. É um Município com *tanta casa sem gente e tanta gente sem casa*. -----

Portanto, na prática como é que pretende o Executivo prestar o apoio direto a 2000 agregados familiares no acesso à habitação até 2032 um aumento de 600 soluções habitacionais se ainda não cumprimos o objetivo anterior que era de 1400 alargamos o prazo em 2 anos 600 soluções dá uma média de 300 por ano. -----

Sobre o flagelo das casas pré-fabricadas de madeira e de contentores que pululam no Município não lemos uma única palavra. Degradam o ambiente, mas resolvem o problema imediato da problemática destes cidadãos, só que até aqui já existem máfias e condomínios de barracas chiques, já temos terrenos rústicos cravados de casinhas a encher os bolsos daqueles que não temem explorar a vulnerabilidade do outro e dos

[Handwritten signature]
0.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

que gozam com a pseudo-cegueira das autoridades e aquelas famílias que adquiriram casas com empréstimos a longos e duros empréstimos e que se mantêm com dificuldade à tona da água, quem é que as ajuda? Deixam o banco penhorar. vendem e vão para a lista do apoio social? -----

A proposta refere estar alinhada e articulada com instrumentos estratégicos do município como o PDM, que ainda está em análise, a Carta Educativa e a Carta Municipal de Educação que ainda não foram aprovadas, portanto, ficamos um bocadinho no vácuo e após uma leitura mais atenta ressalto a proposta de alteração da estratégia na ação M12 sobre a transferência de competências da habitação para a Empresa Municipal Loulé Concelho Global, uma medida que esta bancada de todo não acompanha. Termino manifestando com agrado o facto de 13 das 14 propostas do PAN terem sido integradas na estratégia, mas ainda assim aguardamos com expectativa a concretização das mesmas. Obrigada. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhora Deputada. Senhor Presidente quem é que vai responder? Senhor Vice-Presidente, tem a palavra. -----

O Vice-Presidente, David Pimentel, tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente por me ter dado a palavra e senhora Deputada Ana Poeta, muito obrigado. Mais do que questões, creio que foram mais considerações, mas no que diz respeito à entrega das chaves são insuficientes. Foi apresentado aqui um slide em que de agregados realojados temos 53, falou sobre os sem-abrigo, eles de facto não estão incluídos aqui nem no âmbito da Guerra da Ucrânia os migrantes realojados, nem o programa da Porta de Entrada. as também é verdade que nós até adquirimos 59 habitações dispersas e podia haver aqui uma questão de então, mas se adquiriram mais casas porque é que não atribuíram às pessoas? Houve aqui uma necessidade também de guardar algumas destas habitações para as famílias que tiveram que sair da primeira fase do Bairro Municipal para serem realojados enquanto a primeira fase decorre. Depois como é que passamos das 1400 soluções para as 2000 soluções? -- A questão acho eu que aqui importa dissecar é que as soluções de habitação não é só a construção, eu tenho dado grande ênfase nesta Assembleia de que é importantíssimo termos mais habitação de iniciativa municipal, casas construídas do foro do Município que são geridas em função das necessidades porque as necessidades das famílias são dinâmicas e se as casas forem do Município podem ser geridas de acordo com essa dinâmica e não é ou essas habitações vendidas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

transacionadas porque efetivamente elas mais tarde ou mais cedo entram numa lógica especulativa. Mas quando se fala de 1400 para 2000 soluções o subsídio ao arrendamento que, conforme ficou ali elencado tínhamos centenas de famílias já abrangidas e mais de meio milhão de euros, são soluções, quando falamos da sublocação quando alugamos casas e colocamos lá famílias que não conseguem pagar um valor de renda ao preço de mercado e nós pagamos o valor da renda ao preço de mercado e elas pagam na medida justa dos seus rendimentos isso também é uma solução dentro da Estratégia Local da Habitação. -----

Falamos da renda apoiada, falamos da renda acessível, a habitação com custos controlados mesmo de iniciativa privada também concorre para a Estratégia Local de Habitação. A habitação que esperemos sinceramente que olhe e há pouco tempo abrir uma cooperativa nova de habitação na Madeira em novembro do ano passado, estamos desejosos que as atuais que já existem cá em Portugal e em particular aqui na nossa região que possam naturalmente ter a capacidade e a elasticidade para virem desenvolver a habitação novamente e o Município estará cá como parceiros na apresentação já foi elencado que fizemos essas reuniões e estamos de porta aberta e fica aqui publicamente dito para quem quiser iniciar uma oferta pública de habitação de iniciativa de uma cooperativa municipal, o Município de Loulé é um parceiro inegável na procura de soluções quer de terreno para poder eventualmente fazer uma cedência do direito de superfície para a construção tal qual como existiu nas décadas de 80 e 90 e que tanto fizeram. -----

Todas estas medidas concorrem para a Estratégia Local de Habitação, portanto há áreas que estão na influência da gestão do Município, há outras que nós contamos que em parceria possam ser executadas quer pelo privado, quer pelas cooperativas e é assim que nós vamos chegar lá. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Vice-Presidente. Tem a palavra a senhora Deputada Bárbara Correia, do PSD. -----

A Deputada **Bárbara Correia (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigada, senhor Presidente. Na sua pessoa, cumprimento os restantes elementos da Mesa, Executivo, senhores Deputados, público que assiste aqui presencialmente e em casa e aos funcionários. -----

O concelho de Loulé, tem um grave problema de acesso à habitação motivado pelo grande número de fogos devolutos e que nada se faz quanto a estes. O aumento de

aj
Mota
U-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

casas pré-fabricadas ilegais e que pouco ou nada se faz, pela desadequação entre preços de habitação, os rendimentos das famílias, pela falta de apoios efetivos às famílias da classe média e pelo tempo que esta Câmara Municipal demora a aprovar projetos de licenciamento para a habitação. -----

Quanto à Revisão do PDM, o senhor Presidente brinca com todos nós a dizer que na fase em que a revisão do PDM está prevê que no primeiro trimestre deste ano temos a revisão do PDM. Como já referido pelo meu colega de bancada, o PDM está em revisão há mais de 18 anos, em 18 anos a revisão do PDM passou por três fases, a decisão da revisão, uma participação preventiva e o acompanhamento que é a fase em que se encontra atualmente de acordo com a informação que todos temos no site da Câmara Municipal de Loulé. Sabem quantas fases é que faltam para a revisão do PDM? Sete fases, uma dessas fases vai ter de ter pelo menos, ou pelo menos eu assim espero, uma duração de pelo menos 30 dias, que é uma das fases mais importantes para os munícipes que é a abertura do período da discussão pública em que todos os interessados, todos os munícipes podem apresentar reclamações, observações, sugestões ou pedidos de esclarecimento sobre os seus terrenos, imóveis nomeadamente no que a alteração do uso diz respeito. Se em março, de acordo com aquilo que todos ouvimos nesta Assembleia pelo senhor Presidente, a revisão já estará feita, eu peço que o senhor Presidente nos diga então quando é que se prevê a abertura do período de discussão pública, é amanhã? -----

Por último, o senhor Presidente referiu que o seu Executivo demora cerca de 2 anos para concluir um processo de licenciamento para a habitação, falam-se de anos, tudo demora anos, ora à luz do Simplex as normas urbanísticas de acordo com a lei, é o que está na lei, um processo de licenciamento desde o momento da sua submissão tem os seguintes prazos: a Câmara Municipal tem um prazo de 120 dias úteis, não são anos, notem, para construções até 300 metros quadrados, 150 dias úteis para áreas brutas de construção entre 300 e 2.200 metros quadrados, tomara que a maioria das pessoas tivessem entre estes metros quadrados, o que não é o caso, e 200 dias úteis para imóveis com área bruta de construção superior a 2200 metros quadrados. Portanto, os 2 anos que o senhor Presidente refere não estão na Lei, o problema não está na lei, está em si, senhor Presidente, e não isto não é ser bom a gerir a situação da habitação. Obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhora Deputada. Quem é que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

responde? Senhor Presidente, tem a palavra. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. -----
Eu de facto não sei onde é que a senhora foi buscar essas sete fases, o que lhe posso dizer disse há pouco e reafirmo, é que estamos numa fase adiantada de concertação com a CCDR e não lhe posso dar a data exata quando vai começar a discussão pública, agora eu espero que ela possa começar neste terceiro trimestre. Eu digo espero porque agora instalou-se alguma perplexidade nesta temática do licenciamento administrativo nos municípios com este novo Decreto-Lei, eu admito que este prazo possa novamente, tal como já aconteceu anteriormente, vir a sofrer algum adiamento porque de facto há muita gente a discutir, as consequências deste Decreto-Lei. O próprio Presidente da República quando o promulgou disse alto e bom som, toda a gente ouviu aquilo que eu ouvi, que se tratava de uma grave entorse, à política de ordenamento do território. O que sei também que no dia 20 de janeiro o decreto de lei vai ser discutido na Assembleia da República, sei também que há um grande movimento em Portugal de urbanistas, arquitetos, autarcas, académicos a contestarem esta lei, eu sei disso tudo, portanto, eu não sei o que é que vai acontecer. Mais, quando nós estávamos a rever o PDM foi publicado em 2014 a nova Lei de Bases do Solo e de Urbanização, isso também introduziu a obrigação de adaptarmos o PDM a essa nova lei, portanto, os PDM estão a ser revistos e as iniciativas legislativas dos governos sucedem-se. O que é que acontece? É que esse trabalho de revisão do PDM é sucessivamente interrompido para adaptar documentos de gestão do território a essas sucessivas iniciativas legislativas. Agora temos mais uma, eu não sei o que é que vai acontecer. -----

Depois quero-vos dizer que o concelho de Loulé não é assim nada de especial relativamente ao que se passa no país, o país tem 306 municípios, sabem quantos têm os PDM's revistos? Serão cerca de 80 e os outros todos? E mais, haverá assim tantos concelhos como o concelho de Loulé tão complexos e difíceis quando chega a hora de rever um PDM? Há poucos, senhores deputados, há poucos concelhos com as características do concelho de Loulé e, portanto, não é uma tarefa fácil, é uma tarefa que nos tem consumido muitas horas de trabalho, muita gente dedicada e fazemos aquilo que é possível fazer, portanto, desse lado é muito fácil dizer que o Simplex impõe aqueles prazos para aprovar um objeto, um requerimento, um processo do munícipe, agora eu pergunto-lhe em quantas Câmaras no país esses processos, esses timings, esses prazos são cumpridos, diga-me uma Câmara que

[Handwritten signature]
C-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

cumpra esses prazos que a senhora aí invocou. A Câmara de Lisboa? Não quero dizer mais para não ser indelicado, mas o que não falta aí são Câmaras que levam exatamente o mesmo tempo e mais tempo e haverá também algumas, mas muito menos que levam também menos tempo, mas a Câmara de Loulé neste momento até está melhor no que diz respeito ao tempo de aprovação dos processos de urbanismo até porque tem uma equipa jovem, renovada, tem tido um grande trabalho de adaptação e de incorporação de novas tecnologias e posso-lhe dizer que os tempos diminuíram graças ao trabalho que tem sido feito. Levamos ainda muito tempo em alguns casos, em alguns casos, porque em outros não levamos. Sim, em alguns casos levamos ainda muito tempo. -----

E vou dizer aquilo que tenho dito desde o princípio deste mandato, sabe porque é que muitas vezes os processos levam mais tempo? Quer que eu lhe diga? Isto é doloroso dizer isto porque não devia de ser assim porque muita gente que trabalha a fazer projetos para os seus clientes não são competentes como deveriam ser, muitas vezes entregam processos incompletos, muitas vezes entregam projetos que nem sequer entregam e dizem aos clientes que entregaram, acontece muitas vezes, senhora deputada, muito mais do que aquilo que posso imaginar e, portanto, nesse tempo todo que os processos levam a ser aprovados há muito tempo que os projetos se encontram do lado lá, não é na Câmara, que a Câmara pede, os arquitetos pedem, olhe tem que fazer esta alteração, isto não está bem, deve fazer assim e assado e depois quanto tempo leva a vir a resposta novamente de lá? Leva muito tempo, portanto, é muito fácil vir aqui falar das coisas na sua superfície quando na verdade quando vamos ao detalhe, eu sei porque tenho responsabilidade nesta matéria, que muitas vezes o tempo de demora a aprovar um projeto é tanto da Câmara como muitas vezes dos profissionais que se encontram do lado de lá a meter projetos na Câmara. A habitação ilegal, a senhora sabia que há muita gente que se encontra aí a valer-se da dificuldade das pessoas que têm que ter um teto para viver, há pessoas que investem em casas, que alugam terrenos, são investimentos que são feitos, não pense que são muitas vezes as pessoas que têm terrenos e que por dificuldade de resposta da Câmara Municipal que vão e que fazem uma casa ilegal, não, há já muita gente especializada aí a fazer até condomínios fechados, a instalar casas ilegais e a fazer disso um negócio e sabem muito bem que estão a fazer contra aquilo que a lei prevê. Agora as pessoas que têm dificuldades têm que ter uma casa, perante uma situação dessas uma oferta ilegal, as pessoas pagam as rendas e estão lá, mas não são elas as culpadas dessas situações, portanto, estas situações que, como lhe disse, são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

situações que nos aparecem, que não estavam previstas e que é difícil lidar com elas, eu reconheço que é muito difícil lidar com estas situações, elas são muito complexas e nós fazemos aquilo que podemos e como lhe disse temos trabalhado muito para evitar essas situações, fazemos por cumprir a lei e temos imensas, dezenas, centenas de comunicações ao Ministério Público por crimes de desobediência, centenas é capaz de ser um exagero, mas temos muitas situações, em que acionamos os mecanismos previstos na lei e damos combate a essas situações de ilegalidade. Agora instalou-se no nosso país como em muitos países um clima de impunidade, as pessoas não respeitam as instituições e fazem e não querem saber, porque quando vier a penalização pensam eles, virá tarde, e sabe-se lá até se virá. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Presidente. Neste momento, tenho inscrito para intervir, Maria Esteves, do PS, Sandra Castro, do CHEGA, Carla Gomes, da CDU, Isilda Guerreiro, do CDS, João Ferreira, do PSD e Victor Coelho, do PSD. A partir destas inscrições, as respostas, passarão a ser em conjunto de duas ou três. A hora é quase meia noite, portanto para estas pessoas que estão inscritas, as respostas vão ser pergunta a pergunta, daqui para a frente serão em conjuntos de respostas de dois ou três. Deputada Maria Esteves, do PS, tem a palavra. -----

A Deputada **Maria Esteves (PS)** tomou a palavra e disse: Boa noite senhor Presidente. Permita-me que na sua pessoa, cumprimente todos os presentes e quem nos possa estar a acompanhar a partir de casa. -----

Antes de mais, uma congratulação aos cidadãos de Boliqueime aqui presentes pela elevação da sua Freguesia a Vila e obviamente em especial ao senhor Presidente da Junta, o seu excelente Presidente da Junta, Nelson Brazão que nos acompanha nesta bancada. Vindo à questão a bancada municipal do Partido Socialista saúda a apresentação da proposta da Estratégia Local de Habitação 2019-2032 do Município de Loulé. -----

Agradecemos ao senhor Vice-Presidente, David Pimentel, pela apresentação clara e pedagógica, em suma brilhante! Agradecemos também e damos os parabéns a todas e a todos os dirigentes e técnicos que trabalharam nesta Estratégia e na sua atualização. -----

O acesso à habitação condigna é um direito fundamental, já foi aqui referido o artigo da Constituição que o define, e reconhecemos o esforço deste Executivo para concretizar esse direito. Destacamos a meta ambiciosa de apoiar 2000 agregados

Handwritten signature and initials in blue ink.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

familiares até 2032, que é demonstrativa de um compromisso sério com a resolução dos problemas da habitação no Município. As medidas ambiciosas e abrangentes que incluem a reabilitação do parque habitacional e o apoio ao arrendamento demonstram um compromisso com uma resposta integrada e diversificada. A articulação desta estratégia como outros instrumentos como o suplemento municipal e a preocupação com a sustentabilidade ambiental merecem também o nosso apreço. -----

Assim destacamos a visão ambiciosa da meta de apoiar 2000 agregados familiares até 32, a abordagem abrangente como a reabilitação e o apoio ao arrendamento, a articulação com o Plano Diretor Municipal e com o Programa Estratégico Loulé 2025. A preocupação com a sustentabilidade na melhoria da eficiência energética hídrica, o dinamismo e a capacidade de adaptação no acompanhamento das dinâmicas sociais, económicas e demográficas do concelho de Loulé e, finalmente, a criação da Carta Municipal de Habitação. -----

Porém, senhor Vice-Presidente, num contexto de instabilidade e de incertezas com desafios como a escassez de terrenos, a pressão do mercado turístico, o crescimento demográfico, o aumento do custo da construção, a escassez de mão-de-obra, a falta de empresas de construção e a burocracia passíveis de comprometer a estratégia, em função disto colocamos as seguintes questões. -----

Face aos dados atualizados acerca das carências habitacionais pode esta estratégia garantir o cumprimento da meta 2000 agregados familiares apoiados até 2032 considerando os desafios identificados? Existem mecanismos concretos para combater a especulação imobiliária crescente e garantir a acessibilidade a terrenos para a construção de habitação pública e a custos controlados e acessíveis? Muito obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhora Deputada. Tem a palavra senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente e muito obrigado senhora Deputada Maria Esteves. -----

Eu gostava de lhe dizer que sim, mas uma Estratégia é desenhada em função de um objetivo, de uma visão, de uma meta que se quer alcançar e atingir. Nessa meta dos 2000 fogos, ficou aí apresentado um slide que eu depois acabei por passar um pouco mais à pressa, mas tinha a quantificação por cada uma das medidas, nós temos dos 2000 fogos, são 875 em habitação municipal, portanto, essa é a esfera do domínio do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Município, de quem cá está neste momento e de quem eventualmente terá cá a liderar daqui a poucos meses, 875 soluções de habitação municipal de construção, de arrendar para subarrendar, de aquisição de frações dispersas, aí sim, é responsabilidade de quem gere o Município, responder àquilo que são as soluções de habitação de iniciativa municipal e das 2875 estão de responsabilidade do Município. Em habitação de Cooperativa temos 160 soluções, aí o papel do Município é de parceria, de cooperar com a Cooperativa, e em habitação privada temos 965 soluções entre as quais habitação com custos controlados, mas designadamente o que está aqui também, é o subsídio municipal ao arrendamento habitacional porque quando nós subsidiámos para pagar um arrendamento é nas habitações privadas que estão arrendadas e estamos a colocar praticamente o mesmo valor que tínhamos já previamente previsto. Se tudo isto funcionar em uníssono, isto é, se a expectativa que aqui está gerada sendo que a maior responsabilidade nós temos é de facto com a iniciativa municipal, se os privados e as cooperativas conseguirem naturalmente assumir a sua quota parte da responsabilidade de produção de habitação, sim será possível. -----

Em todo caso, como já aconteceu, as métricas são dinâmicas, imagine daqui a dois ou três anos até surgiu uma cooperativa ou duas que estão a produzir muitas casas, podemos vir a esta Assembleia aumentar quantitativamente e os 160 que estão previstos nas cooperativas serem aumentados para 300, e é nessa altura que se revê e atualiza-se as estratégias em função das dinâmicas do mercado. -----

Sobre o combate à especulação imobiliária e a acessibilidade aos terrenos, esse é um tema difícilíssimo o que eu digo é, e que tenho partilhado nesta Assembleia, para combatermos a especulação imobiliária temos que seguir o caminho de França, da Dinamarca e da Holanda, temos que ter parque habitacional público, municipal, estatal público, aliás, tanto que eu acabei por vos dizer que o Instituto de Habitação e Reabilitação tem cerca de uma centena ou 120 casas creio eu fogos que são geridos pelo IHRU ainda no nosso território, seja ele de que natureza for nós precisamos ter habitação pública e esse é o único caminho para que em sítios onde há especulação imobiliária talvez ainda muito mais significativa do que aqui como na Dinamarca, em Copenhaga, não há lá famílias que lá residam que queiram lá viver e trabalhar e que sejam lá as pessoas que estão lá em permanência e que não tenham acesso à habitação. Esse é o paradigma essencial. -----

Sobre a acessibilidade aos terrenos, francamente o grande dilema que temos, mesmo no concelho de Loulé, é o valor por metro quadrado dos terrenos está altamente

[Handwritten signature]
C.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

inflacionado, tendo que até os próprios privados como estava aqui a ser dito têm dificuldade de aceder aos terrenos, mesmo as empresas que querem posicionar produto a preços elevadíssimos e, portanto, isso está a excluir completamente quem quer viver cá e trabalhar cá.-----

Há uma nuance, os privados finalmente, e tem temos tido várias reuniões com entidades que querem promover de facto a habitação custos controlados privados porque efetivamente sentem que esta dificuldade foi aqui sinalizada de não conseguir de ter mão-de-obra, os grandes grupos que intervêm no nosso território querem e estão ativamente à procura de ceder alguns dos seus terrenos que outra hora seria para promoção turística ou para aldeamentos turísticos ou para empreendimentos de hotelaria e estão a reverter uma parte para construir para os seus trabalhadores. Aliás, o Algarve tem muita história passada de evolução destas áreas territoriais com a construção de habitação para quem trabalha naquilo que é depois o serviço turístico que é prestado à parte, aí poderá ser outra solução e aí são os privados que entram. Obrigado, pelo vosso tempo. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Vice-Presidente. -----
Eu recordo os senhores Deputados, que está a discussão não apenas as questões da Estratégia, mas também as questões relacionadas com a Alteração dos parâmetros e com a Alteração do Estatutos da Loulé Global, portanto, foi tudo apresentado em conjunto, vai ser tudo discutido em conjunto e depois será votado em separado. Tem a palavra a senhora Deputada Sandra Castro, do CHEGA. -----

A Deputada **Sandra Castro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Boa noite, senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os que estão aqui presentes e a quem nos assiste lá em casa. -----

Hoje estamos aqui para falar de habitação, todos sabemos que atualmente é um problema transversal a todo o país, mas foquemo-nos em Loulé. O nosso município é cada vez mais procurado, o número de pessoas que querem viver em Loulé não pára de aumentar, por tudo que este concelho consegue oferecer. -----

No entanto, neste momento é já o terceiro concelho mais caro, fica complicado comprar casa ou alugar, os preços tornam-se muito altos, sendo incomportável para as famílias com rendimentos baixos ou até com rendimentos intermédios. Logicamente que o mercado das casas de luxo deve continuar a existir até porque gera imensa riqueza, mas não é esse o assunto que nos traz aqui hoje. -----



ang
May
C.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Em relação à Estratégia Local de Habitação, que está planeada e tem vindo a ser implementada, na nossa opinião está a quem das expectativas e das necessidades reais e necessita por isso de algumas reflexões, é preciso fazer mais e melhor. -----
O objetivo desta Assembleia Temática, é debatermos o assunto, escutarmos o público e apresentarmos ideias, propostas que se materializem contribuindo para minorar este problema de forma que os louletanos tenham esse caminho mais facilitado, até porque se queremos trazer pessoas com quadros superiores e técnicos que são precisos é necessário proporcionar condições para tal e obviamente passa por criar mais habitação. Sabemos também que a maior parte da população residente no concelho concentra-se em Loulé, Almancil, Boliqueime e Quarteira e que existem zonas mais críticas do que outras no que diz respeito à escassez da habitação nomeadamente a Freguesia de Quarteira que é das mais problemáticas e que é a Freguesia que mais cresce em termos de população e procura. -----

Relativamente a Quarteira tivemos conhecimento que a Câmara Municipal adquiriu dois terrenos para a construção de 56 fogos, gostaríamos de saber para quem se destina, para que tipo de habitação, será habitação custos controlados, habitação a custos acessíveis porque também é preciso de facto habitação para uma classe média. Também nas Freguesias de Almancil e Boliqueime muito pouco ou nada foi feito no sentido de habitação e temos obrigatoriamente que pensar também em soluções para o interior, criando condições e incentivos para que as pessoas possam e queiram lá viver porque é sempre importante combater a desertificação. -----

No Concelho de Loulé, é deveras complicado comprar um apartamento a preços razoáveis, o arrendamento também não se consegue, torna-se cada vez mais escasso, o que nos leva a pensar que a política de arrendamento precisa de ser alterada e de criar incentivos e garantias para que os proprietários dos imóveis o pretendam fazer. Mas no que diz respeito à Estratégia Local de Habitação, o Município contempla várias vertentes nomeadamente habitação a custos controlados, habitação a custos acessíveis, rendas apoiadas, subsídios ao arrendamento, de forma abranger diferentes necessidades para diferentes tipos de famílias e penso que seria interessante dar a conhecer ao público aqui presente, mas já deram algumas explicações e também já explicaram que há a Loja Loulé Habita onde qualquer pessoa que tenha dúvidas pode recorrer, porque eu pedia para fazer uma explicação breve, mas penso que já foi aqui dito o suficiente. -----

O que podemos concluir é que até à data o objetivo de criar mais habitação não está a ser tão bem conseguido quanto se desejaria, nem com celeridade premente, não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

vamos ser injustos e dizer que nada foi feito, mas a realidade é que ontem já era tarde, reconhecemos que não é uma tarefa fácil que requer muito planeamento e estratégia e que existem muitos fatores que condicionam, mas é urgente implementar mais medidas e conseguir melhores soluções. -----

Do que foi feito em termos de Loulé temos o empreendimento da Clona, o Bairro Frederico Ulrich, as casas em Salir que foram entregues, sabemos que já algumas famílias têm vindo a ser alojadas e apoiadas, mas está aquém do que seria pretendido. Só uma estratégia que envolva os intervenientes do mercado será capaz de dar resposta em tempo útil até porque o Município não tem capacidade para resolver este problema com a celeridade necessária sem recorrer de facto aos privados. -----

Este Executivo colocou as expectativas muito altas, tinha como objetivo apoiar 1400 famílias na agenda 2030 agora passaram até 2000 famílias até 2032, mas isso será completamente impossível e não é ceticismo, são os factos que assim o demonstram. Em todo caso gostaríamos de saber até à data quantas famílias foram apoiadas e com que medidas concretamente. Mas não adianta falar no que não foi feito, o que interessa agora é tentar encontrar formas de otimizar o melhor possível a Estratégia Local de Habitação e na nossa opinião a estratégia passa por disponibilizar terrenos com contratos bem feitos com cooperativas e empresas privadas com facilidade e rapidez em aprovações e sem burocracias. Passa por desenvolver zonas urbanizadas e promover a autoconstrução com regras a partir de zonas infraestruturadas. Passa por criar loteamentos de emergência com águas e esgotos e pela colocação de casas modulares que tão faladas foram aqui, mais vale que sejam legais para disponibilizar para arrendamento acessível visto a urgência da situação. -----

Também é necessário desburocratizar, como já disse, o mais possível, premiando assim quem quiser de facto construir. É importante ser feito um levantamento exaustivo dos imóveis disponíveis, de terrenos dos prédios devolutos e degradados, que penso que já tem sido feito, de forma a poderem ser reabilitados, até porque essas casas devolutas podem eventualmente serem alugadas pela Câmara Municipal, algumas precisarão de obras, outras nem tanto. -----

Aproveito para questionar, mas já me responderam, estava a questionar do levantamento das casas devolutas, queria saber se realmente já foi feito em alguma Freguesia em particular inclusive no interior. -----

Na última Assembleia Temática da Habitação, que foi realizada no final de 2023, em Salir, segundo a apresentação deste Executivo tinham conseguido até essa data 100 soluções de habitação, 295 famílias apoiadas, disseram que seriam feitas parcerias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

com as Cooperativas, desde que com o enquadramento legal, disseram também que seriam feitas parcerias com privados, falaram inclusive na criação de residências universitárias e em reabilitações. -----

Gostaríamos de saber o que mudou e o que foi feito a partir dessa data visto que passou mais de um ano. E quantas mais famílias conseguiram apoiar até à data de hoje e queremos saber também se já existem efetivamente alguns acordos com as cooperativas e com empresas privadas porque sem essa sinergia será de todo impossível corresponder às necessidades do concelho de Loulé e desenvolver o concelho como é merecido, mas para isso acontecer, como já referimos, é necessário que a iniciativa privada também contribua e tenha vontade de o fazer. -----

Também é importante haver habitação para as classes médias e não pensar só na habitação a custos controlados. Devem agilizar os processos burocráticos porque muitas vezes o excesso da burocracia e morosidade pode fomentar a corrupção e a ilegalidade ou então levar à desmotivação e consequentemente à desistência dos investidores, é preciso construir muito mais sem habitação não há desenvolvimento. Obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhora Deputada. Senhor Vice-Presidente, tem a palavra. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente e muito obrigado senhora Deputada Sandra Castro. -----

Eu de facto posso não ter conseguido registar todas as questões e vou-lhe pedir amavelmente que se alguma não tiver a esclarecer pode colocar novamente ou depois fazermos chegar à Mesa por escrito. -----

Referiu, que a Estratégia Local da Habitação mais do que uma vez está aqui, aquém das expectativas, e eu dir-lhe-ei assim, eu gostava de saber quais são as propostas do CHEGA, porque efetivamente nós as solicitamos e não as recebemos. E, portanto, quando eu acabei por referir há pouco que vertemos na Estratégia Local de Habitação dezenas de contributos de vários partidos não os recebemos. -----

Portanto, se havia expectativas que estão goradas e que não foram atingidas é porque eventualmente não estão vertidas na Estratégia e seria importante também participarem e quais são esses mecanismos, esses instrumentos, essas medidas que gostariam que tivessem vertidas porque a estratégia é tão dinâmica quanto quisermos. Sobre Quarteira, os 56 fogos qual é a finalidade? Está a ser desenvolvido o projeto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

neste momento ele já não será candidatável no âmbito do PRR. Aquilo que sei é que há uma intenção de que haja uma oferta à semelhança daquilo que o Município tem feito de que metade seja numa lógica de apoiado e metade seja numa lógica de renda acessível, a perspetiva é de construção e promoção municipal para guardar estas habitações mais uma vez na esfera municipal, para a gestão a médio longo prazo, mas não lhe consigo dizer, creio que as tipologias já estão definidas. Creio que estão feitas de acordo com a portaria do IHRU para a habitação a custos controlados porque a portaria para habitação a custos controlados também consegue que as habitações tenham determinados parâmetros de eficiência energética, determinadas dimensões e eu francamente sei que a habitação a custos controlado, neste caso de promoção do Município. -----

O Município neste momento ficará com a reserva destas habitações, não entende transacionáveis, entende promovê-las para ficar, portanto, poderia promovê-las e vendê-las, mas como eu disse no início da sessão, passados 25 anos os proprietários dessas habitações poderiam transacionar e não é de todo o interesse. -----

Quantas famílias foram apoiadas? Ora na apresentação estavam agregados realojados 53, na apresentação estavam agregados apoiados pelo subsídio municipal à habitação 349 famílias, agregados apoiados na sublocação, portanto nas casas que nós temos arrendadas ao privado, e que temos lá famílias creio que eram 20, pelo menos 20, habitação partilhada 91, eu agora não tenho aqui contabilidade integral, mas às vezes nós ficamos com perceção de que as soluções ou os apoios é só entregar chaves de uma casa nova, não é só e há várias questões que concorrem para a Estratégia Local de Habitação, como eu disse. -----

Eu creio ter mencionado acordos de Cooperativas com privados, eu presumo que eventualmente possa haver um privado que tenha um terreno e queira vendê-lo à cooperativa e depois ter uma permuta sobre algumas das habitações construídas, mas sobre essa matéria desconheço, o que sei é que nós tivemos reuniões com três cooperativas de habitação e temos manifestado publicamente que estamos disponíveis para apoiar. Aliás, o Professor Júlio, conhece particularmente bem esta matéria e tem sido dinâmico também na auscultação e a suscitar essa possibilidade, infelizmente não temos tido resposta das cooperativas até porque têm a mesma grande dificuldade que o próprio Município tem que é o acesso ao solo, terrenos urbanizáveis para construir de uma forma que seja minimamente viável em termos económicos. -----

A iniciativa privada, referiu habitação para a classe média e não só habitação custos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

controlados, a habitação a custos controlados quando vendida neste momento mesmo tendo um referencial de preço mais baixo do que o preço de mercado posso lhe dizer que houve um promotor de uma edificação em Loulé e também na zona de Vale de Rãs, de 49 fogos, habitação a custos controlados, o terreno foi comprado, era um terreno que tinha sido de uma das Cooperativas, a Nova Terra, se a memória não me falha, ou de um conjunto de três cooperativas que entretanto foi para uma massa insolvente, foi adquirido por um banco creio que a instituição bancária era o Montepio e quando foi adquirido por um promotor novo ele tinha o vínculo de construir como habitação a custos controlados, essas casas neste momento é um buraco no chão praticamente e já venderam as casas todas e a habitação a custos controlados e seguramente quem as comprou, porque estamos a falar de valores de 200 a 250.000,00€ não foram seguramente classes de rendimentos mais baixos, foram pessoas de classe de rendimento intermédio, portanto, aí sim, sinalizou e bem. Esperamos muito ativamente que os privados venham a ser uma parte importante da solução, porque necessariamente o setor público não consegue produzir o suficiente para as necessidades do mercado, nem de perto, nem de longe. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Vice-Presidente. Penso que o Executivo deveria pedir tempo, porque tem 36 segundos, para as questões que faltam. O PS deu 10 minutos ao Executivo. Tem a palavra a senhora Deputada, Carla Gomes, da CDU. -----

A Deputada **Carla Gomes (CDU)** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e aqueles quem nos assistem em casa. -----

Já há anos que ouvimos Sérgio Godinho e ele diz *a paz, o pão, a habitação*, e passadas décadas de políticas públicas nacionais que ignoraram os problemas e agravaram as dificuldades de acesso à habitação, este direito constitucional está a ser negado à população. -----

Esta Estratégia Local de Habitação, aqui apresentada hoje tem algumas soluções que embora resolvam alguns problemas muito fica por fazer e aquilo que promete fazer vem tarde, muito tarde. -----

Na Apresentação do Executivo, foram apresentados vários motivos que contribuem para a falta da habitação, falou-se da habitação sazonal pelo motivo dos elevados Alojamentos Locais, mas quem é que emitiu essas licenças sem sequer verificar se

Handwritten signature and initials in blue ink.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

estes alojamentos reuniam as condições da AL, não se opondo às comunicações prévias? Foi a Câmara Municipal, foram alojamentos locais um atrás do outro e desde 2013 aqueles que podiam ser alojamentos de habitação passaram para AL. ----- Falou-se da falta de construção, realmente é uma realidade que resulta das contínuas más políticas inserindo-se num conjunto vasto de problemas da sociedade portuguesa e marcada pelos baixos salários. -----

Falou-se de ser um concelho em que muitas pessoas procuram para investir numa segunda habitação e isto deve-se ao facto deste concelho durante anos promover políticas para a atividade e promoção turística descorando as atividades do setor primário como por exemplo agricultura e as pescas. Temos como um claro exemplo a Quinta do Lago, Vale do Lobo e Quarteira que caminha para a mesma situação, habitação há, mas é para quem não cá habita, são milhares de portas e janelas fechadas que só abrem para apanhar o sol de Verão. -----

O senhor Presidente fica muito exaltado quando aqui é dito que pouco foi feito relativamente à habitação, mas a verdade é que este problema não é novo e este Executivo está a exercer funções desde 2013. -----

Sim, senhor Presidente, não está a dar resposta à necessidade das populações e o que está nesta Estratégia, e como já os senhores confirmaram, vai levar anos a concretizar-se, se for concretizado, pois quem não tem habitação não se pode dar ao luxo de esperar. Obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhora Deputada. Senhor Vice-Presidente? -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, disse: Não tenho nada a dizer, senhor Presidente. -----

O **Presidente da AML** disse: Não foi colocada nenhuma questão em concreto, senhora Deputada, daí o Executivo não responder. Senhora Deputada Isilda Guerreiro, do CDS, tem a palavra. -----

A Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e aqueles quem nos assistem lá em casa. -----

Estamos, aqui hoje, a tratar de um dos problemas mais graves e prementes que



Handwritten signature and initials

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

afetam a nossa comunidade que é a falta da habitação condigna, este é um desafio que compromete o bem-estar de milhares de famílias no nosso Município, afetando profundamente a coesão social e desenvolvimento local. -----

A Constituição da República, já aqui foi falada, é claro a afirmar que todos os cidadãos têm direito a uma habitação de qualidade que satisfaça as suas necessidades e assegure condições de dignidade. No entanto, a realidade mostra-nos que este direito está longe de ser garantido, hoje muitas famílias enfrentam dificuldades extremas para encontrar uma casa a preços acessíveis, sendo frequentemente forçadas a viver em condições precárias, sobrelotadas ou em locais afastados dos serviços essenciais e das oportunidades de trabalho. -----

O Município de Loulé peca pela demora na implementação desta Estratégia, pois a escassez da habitação disponível é visível, por outro lado, num caminho que vem desde 2013, está a ser hipotecado o futuro no Município com planeamento a um prazo demasiado longo. De facto, temos de planear, mas planear num caminho tão longo onde se delinear os números que o senhor Vice-Presidente apresentou na sua apresentação verificamos que entre 2018 indicou que tinha 261 soluções, das quais incluí 48 no Bairro Frederico Ulrich, para 2025 já temos 330, estamos a falar num período entre 2018 e 2025, se as contas não me falham, 7 anos para ter 69 soluções. Posteriormente, percebi eu que seria ainda em 2025 viriam a ter 435, aí que cresce mais uma vez 105 e de repente saltamos para 1000, 1400, e agora 2030, muito bem, teremos as 2000, mas para 2030 ainda faltam 6 anos. -----

Achamos que este Plano começou tarde quando os alertas para a falta de habitação não começaram hoje, não começaram o ano passado, já começaram há bastante mais tempo. A falta de fiscalização em nada abona a estratégia da habitação, a nível da eliminação da especulação, o que leva muitas vezes é que as famílias se sujeitem a habitações com falta de dignidade. -----

Folgo em saber que o senhor Presidente sabe dos condomínios ilegais, que o senhor Presidente sabe dos estaleiros transformados em condomínios com casas e caravanas apinhadas que em nada abonam a dignidade da habitação, mas sim abonam os bolsos da especulação, folgo em saber que o senhor Presidente tem conhecimento, gostaria de saber se esses condomínios estão incluídos nos 25 vão ser demolidos ou ainda está para sinalizar. -----

Muito se falou aqui da Estratégia da Habitação e da aquisição para habitação social, com custos controlados parte do Município, mas pouco ou nada se concretizou no outro campo, no outro público, aquele que tem terrenos, aquele que tem economias

ang
Mago
U.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

para investir ou tem condições de obter créditos mas que desespera com a demora da aprovação dos projetos, isso também é algo que deveria ser considerado por este Município e aqui foi falado e tem vindo a ser falado que é a morosa burocracia que nós temos para se legalizar quem quer construir porque as pessoas esperam e desesperam e acabam por recorrer a subterfúgios que nós também aqui não concordamos que será a solução pôr uma barraca de madeira numa casa, mas se tivéssemos condições de fiscalizar, se tivéssemos condições de acelerar os processos, os terrenos já estão identificados, quando é que se podem construir ou não, portanto, tanto quanto sei esse é o papel do PDM, correto? -----
Então porque temos a morosidade que temos para aprovar um simples projeto? Não entendo, lamento, mas não entendo. Muito obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Senhor Presidente, tem a palavra. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. -----
Portanto, várias observações foram feitas no sentido de dizer o que na Câmara Municipal tem sido feito. -----
Vamos lá ver, uma conta feita por alto, relativamente, ao tempo que passou desde 2020, a Câmara Municipal de Loulé hoje proporcionou 422 soluções, entre subsídio ao arrendamento, entre casas distribuídas e entre soluções de sublocação, a Câmara Municipal resolveu o problema da habitação a 422 soluções, o que representa, multipliquem por dois ou por três, o número de pessoas abrangidas. -----
Portanto, perante uma situação destas dizer que não chega, que isto é insuficiente, que precisamos de mais, eu estou de acordo, mas os senhores não podem ignorar que o trabalho já está a dar frutos e que neste momento representa estes números que eu aqui vos disse. Eu acho que isto é de assinalar, e eu acho que isto é positivo, e acho que isto é prova concreta objetiva e indesmentível que o trabalho da Câmara Municipal dá frutos. Eu falo de situações resolvidas, não falo nem nas 117 soluções, essas sim com entrega de chave também em habitações novas cujo concurso foi aberto recentemente, não falo dos 60 fogos de habitação controlada que estão neste momento praticamente concluídos, não falo nos inúmeros fogos que adquirimos que estão em construção em prédios degradados em Loulé e noutros pontos do concelho, não estou a falar disso, senhores Deputados, estou a falar de soluções resolvidas às pessoas, 422 soluções de 2020 até hoje, é alguma coisa, convenhamos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Sobre a morosidade dos processos, meus senhores, já disse esta noite aquilo que tinha a dizer sobre isso, não vou agora repetir mais uma vez porque acho que ouvem quando fazemos intervenções aquilo que é dito.-----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Presidente. Tem a palavra João Ferreira, do PSD. -----

O Deputado **João Ferreira (PSD)** tomou a palavra e disse: Obrigado. -----

Senhor Presidente, Dr. Vítor Aleixo, eu não sei se o senhor tem consciência do que é que disse na sua penúltima intervenção, disse uma série de inverdades, para eu não dizer a palavra correta, e a gravidade das mesmas. Eu não me admiro que amanhã nas redes sociais a sua penúltima intervenção corra. -----

Provavelmente, quem tiver em Bragança e não visite aqui Loulé é capaz de não ligar a importância porque irá ignorá-lo, mas quem é de Loulé vai perceber que isso não corresponde minimamente à verdade. -----

Coragem, porque eu já sabia que o senhor Presidente e outros Presidentes que não cumpriram a Lei de 2015 com o prazo, só relembrar novamente, para que toda a gente se lembre, o prazo foi 3 anos inicialmente depois foi adiado e foi adiado. -----

O senhor Presidente, já está aqui há três mandatos, três mandatos, vezes 4 anos, é exatamente quatro vezes o tamanho do prazo que foi dado. -----

Portanto, esta Lei, já se sabia que a culpa havia de ser do PSD, porque o PSD devia dar mais quanto? Mais 48 anos? Mais 55 anos? Mais um século? Passou-se 10 anos, é disto que estamos a falar, vai rever o PDM quando? Este já está a ser revisto há mais de 18, portanto, a culpa agora é do 117/2024, mas o 80/2015 já se esqueceu, portanto, isso aí não conta. -----

Para além de ter três mandatos para fazer a alteração do PDM, palavras do senhor Presidente, há umas quantas Assembleias atrás, o senhor Presidente até colocou lá o seu melhor funcionário, foi o senhor que disse, quiçá seria o melhor funcionário, isso está gravado e, portanto, também a Câmara Municipal já gastou mais de meio milhão, mais de meio milhão de euros com uma empresa também para rever o PDM e ele ainda não está revisto. -----

Portanto, isto é uma questão de ter as ferramentas todas, tem o melhor funcionário, tem uma Empresa que já ultrapassa meio milhão de euros para fazer o PDM, tem mais de 18 anos, mas pelo menos consigo estamos a falar de três mandatos, estamos a falar de 12 anos. Depois vir aqui dizer, eu não sei se é coragem, se é inconstância,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

vir aqui dizer que a culpa dos atrasos dos projetos é porque os projetistas são incompetentes? Mas o senhor Presidente tem noção o que é que disse aqui? -----
Eu estou sem palavras, então a culpa é dos projetistas, porque os arquitetos da Câmara Municipal, você tem Chefes de Divisão que segundo a legislação anterior ao 10/2024 que as pessoas quando fazem um pedido de informação prévia ao abrigo do número 2 do artigo 14 dava diretamente à comunicação prévia e eu tenho de vários gabinetes que me fizeram chegar, eu posso trazer aqui esta Assembleia, despachos do Chefe de Divisão a dizer, “não obstante do PIB, ao abrigo do número 2 do artigo 14, da dar a comissão”, é do entendimento desta Câmara Municipal e a prática desta Câmara Municipal mandar para licenciamento. -----

Ou seja, você tem Arquitetos nesta Câmara a fazerem tratados de arquitetura esquecem-se é de registar nas Nações Unidas, quer dizer e vem aqui falar de competência? É muito feio, porque é óbvio cada vez sempre projetistas incompetentes, como também há arquitetos incompetentes na função pública, como em qualquer profissão, agora dizer não a culpa dos projetos num concelho desta dimensão, os projetos demoram tempo, eu posso-lhe ajudar, porque há muitos projetos é uma coisa que seria mais interessante, agora dizer é por incompetência dos projetistas, por amor de Deus, é falta de decoro. Disse. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Martins, do BE. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. -----

Com todo o respeito pelo senhor Vice-Presidente, creio que não percebeu a sugestão que fizemos, não se trata só de reabilitação urbana iniciativa Municipal e permita-me que leia na íntegra aquilo que sugerimos: “*promoção de alterações no domínio fiscal e nos incentivos municipais, isenção de IMI, IMT, taxa de licença, IVA reduzido por um determinado período extensivo a todo o território do concelho que motivem os proprietários a reabilitar os seus imóveis e os coloca no mercado do arrendamento através de contratos de garantia assegurados pelo Estado ou Município.*” -----

Depois senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Câmara gaba-se muito, faz muito, trabalha muito, não dorme, diz que temos sido muito bons, acha que já deu demais à comunidade, que nunca se engana e tudo o que faz considera ser muito, um pouco de humildade ficava bem porque faltam só nove meses e daqui ficamos todos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

livres uns dos outros. -----

Eu não falei dos terrenos agora adquiridos, mas tão só daqueles que são propriedade da Autarquia há muitos anos e têm sido destinados uma parte deles a outros fins e, apesar de ter solicitado há anos a relação desses terrenos, a informação nunca chega. Referia-me àquele planeamento, por exemplo, calcule que um privado adquire um terreno por 1 milhão e meio de euros na Clona, por acaso onde a Câmara Municipal comprou um igual do mesmo valor, com potencial para 132 fogos, também exatamente igual, e que para os construir tem financiamento garantidos a juros baixo e ou sem juros do PRR. Acha que ele optava por lançar um concurso de 64 fogos? Ou avançava o mais rapidamente possível com a empreitada na sua totalidade que até podia dividir em duas fases, mas certamente nunca iria adjudicar uma parte em 2023, como a Câmara Municipal fez, e passado 4 anos avançar com os restantes 64. Você sabe qual é o valor do preço final de cada casa destas? Não sabe, certamente, não sabe. -----

Como diz, existem dificuldades na contratação de técnicos para a Câmara Municipal, mas para a Loulé Concelho Global não vai haver problemas, como é que vai resolver isto? Tem algum segredo que nós possamos saber? -----

Para terminar esperemos que com esta segunda fase da Estratégia Local de Habitação seja o início de novo ciclo com mais visão maior, maior ação e de recuperação do tempo e oportunidades perdidas. -----

E então aqui lanço mais umas sugestões que poderiam ser englobadas no futuro ou de imediato nesta nova estratégia. Novas oportunidades poderão surgir com a utilização de terrenos rústicos, aparentemente sob a capa encoberta de grande bondade do Governo aparece como solução para todos os problemas da habitação, desconfiamos e temos muitas reservas sobre a sua verdadeira intenção e eficácia. Neste sentido, o Bloco de Esquerda requereu a intervenção da Assembleia Municipal para se pronunciar sobre esta lei. A necessidade de construção de centros temporários de alojamento é um problema urgente neste concelho, como vemos já toda a gente fala das casas ilegais. Estabelecer parcerias com empresa localizadas no concelho com vista ao alojamento condigno aos seus trabalhadores. Inviabilizar projetos que se transformem habitação para serviços. Perto do Hospital de Loulé é uma evidência que merece ser averiguada, portanto, o Hospital de Loulé ou a Santa Casa da Misericórdia adquiriram uma quantidade de imóveis que estão fechados e estão destinados para o aumento do hospital, isso é ilegal e a Câmara Municipal não deve aprovar. Optar por outros tipos de construção optando por processos modelares

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

e recurso a projetos tipo. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Deputado. Eu antes de dar a palavra a quem for usar dela, não sei se o senhor Vice-Presidente ou o senhor Presidente, vamos precisar de 15 minutos para a votação das propostas e encerramento da Sessão pelo que proponho que a discussão se prolongue apenas até às 00h45. Tem a palavra o senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, muito obrigado. Muito obrigado senhor Deputado Carlos Martins, eu de facto não tinha ouvido bem a sua interpelação sobre a questão no domínio fiscal e fico aqui com a sua sugestão e também no que diz respeito ao alojamento temporário, Centros de Acolhimento Temporário que acabou de referir, conforme ficou também aqui elencado na apresentação temos uma solução de 15 habitações projeto de arquitetura que ficou aqui apresentado, são soluções precisamente nesse sentido que recomendou e seguramente haveremos de procurar ainda mais alternativas. Senhor Presidente, se eu puder passar a palavra, obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Tem a palavra senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. - Senhor Deputado João Ferreira, eu sou capaz de lhe trazer de facto não um, não dois, nem três, mas vários exemplos em que a morosidade em aprovar projetos na Câmara Municipal de Loulé se deve muito ao pouco profissionalismo, eu julgo que não usei a palavra incompetência, mais suave, ao pouco profissionalismo ou se usei está usada, ao pouco profissionalismo de muitos colegas seus que que têm dificuldades em apresentar um projeto à primeira bem apresentado em condições de ser aprovado e depois começa aquele período, pedem reuniões na Câmara Municipal, os arquitetos recebem, naturalmente é essa a sua obrigação, esclarecemos, faça assim, faça assado e depois isso leva tempo, provavelmente têm muito trabalho, não sei, desconheço as razões, e depois entregam novamente ainda não está bem voltamos a pedir, voltamos a pedir para corrigir novos elementos, isso é o dia-a-dia da Câmara Municipal de Loulé. E, portanto, é injusto dizer-se ou atribuir-se exclusivamente a demora em alguns, e volto a dizer em alguns, eu falo em alguns projetos, não todos como sugeriu, falo em alguns profissionais, não todos, como sugeriu, mal de nós se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

fossem todos os projetos e todos os arquitetos que trabalham na Câmara Municipal de Loulé, estou a falar da parte externa, mal de nós, andaríamos muito mal, mas são alguns e a verdade é que essas situações que são frequentes e que eu posso dar-lhe exemplos concretos mas por decoro que aquilo que disse que eu não tive nas minhas palavras por decoro não vou aqui referir, tenho exemplos concretos em que as coisas levam tempo e digo-lhe, tenho a certeza absoluta daquilo que lhe estou a dizer, não é por culpa dos técnicos da Câmara Municipal de Loulé. -----

Que fique claro de uma vez por todas, aliás, atendendo que a legislação é complicada, nós já temos organizado na Câmara Municipal de Loulé, aberto a arquitetos que estão no mercado, Sessões de Esclarecimento, sessões em que as pessoas vêm tirar dúvidas relativamente à interpretação de alterações legislativas que têm acontecido. Portanto, senhor arquiteto, eu estou absolutamente ciente daquilo que estou aqui a afirmar. -----

Portanto, considero injusto que se desvalorize a esse nível o trabalho dos técnicos da Câmara Municipal de Loulé, não somos perfeitos, em alguns casos erramos, pedimos duas vezes coisas que deviam ter sido pedidas logo de uma vez, admito que possa existir, mas não é a situação medíocre que os senhores aqui dão a entender que existe porque ela não existe. -----

Depois, há muito tempo que o PDM de Loulé está em revisão, é verdade, já lá vão 18 anos, nós há 12 anos, mas os senhores também estiveram seis, o anterior, sim, sim, 6 anos também é tempo e vou-lhe explicar, é metade, é verdade, é metade, é que nós tivemos, sabe eu o outro Executivo também deve ter tido as dificuldades deles, tiveram certamente. Mas repare uma coisa, rever um PDM de um município, de um concelho como Loulé, disse, volto a dizer e reforço, não é pêra doce, é difícil com a pressão de trabalho que os técnicos da Câmara Municipal de Loulé têm porque este Município é um município muito ativo, com muita dinâmica económica na área do imobiliário, em que estamos sempre permanentemente cheios de trabalho, os técnicos da Câmara Municipal de Loulé, não é fácil, para além da complexidade técnica dada a diversidade, a dimensão e o número de loteamentos que existe no concelho de Loulé e da dinâmica económica que existe no concelho de Loulé, isso também explica. Depois devo-lhe dizer, estamos a rever o PDM em 2000, eu não tenho tudo de memória até porque nem sou propriamente um técnico da Câmara Municipal de Loulé, dir-lhe-á várias razões compreensíveis para percebermos porque é que tem levado tanto tempo a revisão do PDM. -----

Vou-lhe dizer, a nova Lei de Bases da política pública de solos 2015, uma boa Lei



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

aprovada no tempo do governo do PSD, mas uma boa lei, obrigou a interromper os trabalhos de revisão do PDM para adaptar o PDM a essa nova lei de bases. ----- Depois a seguir fizemos isso, retomamos o trabalho vem o REOT, o Relatório do Estado do Ordenamento do Território, consultas públicas, interrompe-se o trabalho, muito tratamento de informação que já lá estava para fazer o relatório, depois veio a pandemia que interrompeu praticamente durante 2 anos o trabalho na Câmara Municipal, nesta e em todas as outras, isto é aquilo que eu me lembro de memória, senhores deputados municipais, os senhores não são obrigados a conhecer isto tudo, nem eu conheço na totalidade, mas não façam apreciações ligeiras porque elas são injustas. -----

Eu não disse que nós éramos o melhor do mundo, que eu sou o maior trabalhador do mundo, agora digo-lhe uma coisa, o senhor claramente exagerou aquilo que eu disse e distorceu aquilo que eu disse, senhor Deputado, estou a falar consigo, o senhor claramente exagerou aquilo que eu disse, agora disse e volto a dizer, que em matéria de política de habitação o concelho de Loulé é no país um dos melhores e eu orgulho-me do trabalho que tem sido feito. Tenho dito. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Presidente. São 00.44 h e vamos ter que tomar uma decisão. Está inscrito o senhor Deputado Victor Coelho, do PSD, João Ferreira, do PSD, pediu para se inscrever e o senhor Deputado Carlos Martins, do BE, também. Conforme eu disse, eu preciso aproximadamente de 15 minutos para terminar a sessão e terminarmos a horas. Vou-vos pedir que sejam sintéticos, e saber se para além destas inscrições, mais alguém pretende usar da palavra. Assim sendo, estão encerradas as inscrições. Tem a palavra o Deputado Victor Coelho, peço-lhe síntese, por favor, apesar de terem tempo. -----

O Deputado **Víctor Coelho (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito boa noite senhor Presidente e na sua pessoa cumprimento todos os presentes, aqui e lá em casa. Queria começar por dar os parabéns às ricas intervenções do público desta noite, que muito elevam a fasquia do nosso trabalho e do trabalho do Executivo. ----- Os contributos das minhas intervenções têm habitualmente um carácter construtivo e este não vai fugir, portanto, sei que a temática que está aqui esta noite em cima da mesa tem suscitado alguma tensão e temos visto aqui ao longo da noite, mas eu não me revejo nesta forma de estar na política. Creio que por vezes, tanto nós, como Deputados, como o Executivo, elevamos aqui um pouco o nosso tom de voz e



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

entusiasmamo-nos demasiado com as intervenções e acabamos por dar aqui um exemplo que não é benéfico para a imagem que nós estamos a passar para as pessoas que de certa forma confiam em nós nesta posição. -----

Em relação à Estratégia Local de Habitação, este documento, a Apresentação merece uma apreciação atenta. Em nove Freguesias que passarão no próximo ato eleitoral a 11 temos três a crescer em população e temos seis a decrescer que serão oito, três contra seis é uma demonstração que algo não está bem na Estratégia para a Habitação, não é um problema exclusivo de Loulé, mas creio eu que é praticamente inequívoca em todos os municípios. -----

É obviamente uma demonstração do total desleixo do poder central nas últimas décadas em relação a esta temática porque não houve preocupação absolutamente nenhuma. -----

Esperamos que esta nova Lei referente à Alteração dos Solos que o Governo da AD executou e aprovou, leva a que os territórios que na última década foram esquecidos, principalmente os destas Freguesias que decresceram, possam de alguma forma ser agora apoiados por forma a fazer justiça. -----

Na ótica do PSD, os filhos destas Freguesias do Barrocal principalmente e do interior têm todo o direito de se manter nestas Freguesias, de criar as suas famílias, os seus filhos, manter os seus postos de trabalho e as suas empresas e para isso têm que ser apoiadas. O que estas intervenções de hoje demonstram são transversais à nossa população principalmente, como disse, do Barrocal à serra, mas também as populações do litoral, mas principalmente do Barrocal à serra. Olhamos para isto com a importância que lhe merece. -----

O nosso concelho tem custos de habitação por metro quadrado proibitivos principalmente para a maioria da nossa população, obviamente temos a pressão vinda do litoral principalmente dos Resorts de Luxo de classe mundial que temos e temos de ter uma estratégia para apoiar os nossos municípios. -----

Conforme foi aqui falado pelo senhor Nuno Martins que numa palavra descreveu um sentimento global desta nossa população sente-se defraudado e este é um sentimento da população a nível global, não é o sentimento provavelmente de todos, mas da maioria. Temos que encontrar soluções para este grupo de pessoas que são a maioria que pertencem à classe média porque não há praticamente soluções para elas, nós apoiamos com bairros sociais as classes mais desfavorecidas, apoiamos uma série de coisas, mas uma classe que é o motor deste Município não é apoiada, não há habitação para a classe média, não há formas de apoiar o crescimento das empresas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

ou não se apoia o crescimento das empresas, temos que dar um pouco mais aqui. Quando diz não há, é pouco, o que há é pouco, não é uma crítica, é que temos que fazer mais, temos que dar mais, tem que ser dada a possibilidade de fazer crescer as casas, por vezes aqui principalmente no Barrocal e no interior, há pessoas que têm um filho que vai casar, querem estender a casa em mais um quarto, querem estender a casa e fazer um pouco mais dessa casa para poder albergar a família do filho para que possa crescer e criamos um sem número de problemas a essas pessoas, temos uma falta grave de habitação em Loulé e o tempo que leva a aprovar um projeto em Loulé, que já foi aqui falado, é por muitas vezes surreal e inaceitável, há fórmulas aqui que certamente poderão ajudar e permita-me que lhe dê até pelos últimos minutos aqui das intervenções um exemplo que se passou comigo, senhor Presidente.-----

Eu tive um projeto não foi no seu Executivo foi anterior, mas tive um projeto meu de uma casa que fiz uma remodelação, que solicitei uma remodelação de um projeto, uma casa que estava completamente legal e que a única coisa que quis fazer foi dar-lhe um ar mais moderno, um ar mais adequado ao conceito atual. E há um sem número de circunstâncias que são colocadas como rejeições ao projeto que são absolutamente surreais de entender, pode claramente esta Câmara Municipal apresentar uma solução à pessoa quando está a dizer que, sei lá, temos uma janela e a janela tem 1 metro por 1 metro, hoje em dia em vez de se utilizarem janelas quadradas como se usavam há 30 anos, usam-se janelas rasgadas, janelas mais retangulares, pode-se dizer à pessoa que pode fazê-lo desde a hora que vá dentro desta lei ou dentro da outra, não é não pode fazer porque as coisas vão para fora dizer, não faz, não pode fazer porque tem uma janela assim ou assada, não, é muito mais fácil dizer assim olhe não pode fazer sei lá a cave com 2,50 metros de altura mas se fizer a cave com 2,30 está tudo bem, e automaticamente o projeto é aprovado com a ressalva de que a cave tem que ter 2,30 metros e fica claro, creio que é um exemplo claro de como se pode avançar e progredir no projeto e não andar com o projeto a fazer ping-pong porque são dois meses para lá, dois meses para cá e é surreal. -----

Temos de fazer mais, fica aqui hoje provado que estamos a fazer pouco e se pretendemos a população a participar ativamente na vida política e a votar, sublinho aqui votar, nós não os podemos defraudar nas suas expectativas. -----

Estamos em ano eleitoral autárquico, há aqui certamente dentro desta sala muita gente motivada para se apresentar a sufrágio, convido-vos a refletir a todos e de certa forma a pensar em como podemos ajudar estas pessoas, a confiar mais em nós, não só nesta temática como é óbvio. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Por último, mas não menos importante, em nome do PSD através do senhor Presidente da Junta de Boliqueime, senhor Nelson Brazão, queremos saudar a população desta maravilhosa vila de Boliqueime por esta elevação e agradecer pela forma como fomos aqui recebidos. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Deputado. Senhor Deputado Carlos Martins, pediu a palavra, mas não tem tempo 3 minutos? foi-lhe cedido 3 minutos. Tem a palavra senhor Deputado. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Obrigado. -----
Só para falar da proposta que vai ser votada ou das duas propostas que vão ser votadas que não foi falado. -----

Sobre a proposta da alteração dos parâmetros, não temos grandes objeções, os aumentos não são muito significativos, gostaria que Boliqueime não fosse introduzido na classe A de rendas porque acho que comparar Quarteira, Loulé e Almancil com Boliqueime em termos de rendas não tem muita lógica. -----

Por outro lado, gostaria de saber qual é a tabela para as rendas apoiadas que não foi enviada. -----

Em relação à Alteração dos Estatutos da Loulé Concelho Global, atualmente a Empresa Municipal Loulé Concelho Global, tem por missão, a gestão e a fiscalização dos estacionamento, a gestão dos transportes públicos urbanos, a gestão de exploração do Mercado de Loulé e a mobilidade elétrica, trata-se, portanto, de uma empresa vocacionada para assuntos da mobilidade. -----

Como tal, não apresenta competências no domínio da habitação, quer seja na gestão do edificado, construção, fiscalização e cobrança de rendas. Não dispõe de um quadro técnico adequado para as novas competências, nem mesmo logísticos suficientes e instalações adequadas que suportem estas novas responsabilidades e recursos humanos para cumprir aquilo que a Câmara Municipal pretende. -----

O que está em causa é o esvaziar da responsabilidade dos eleitos com passagem de competências e responsabilidades para uma Empresa Municipal que de certa forma foge ao controlo de fiscalização da Assembleia Municipal e que aliviará a pressão dos cidadãos perante a Câmara Municipal no caso de litígios, em lugar de ir bater à porta do senhor Presidente vão bater à porta do senhor Presidente da Loulé Global, devido a atraso de cobranças ou eventuais despejos. -----

Assim o ónus da culpa recairá em alguém que não irá prestar contas nos atos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

eleitorais. -----
Como o senhor Vice-Presidente informou, os oito trabalhadores da Câmara Municipal afetos ao setor da habitação irão transitar ou aceitaram transitar para a Loulé Concelho Global e que irão manter o vínculo laboral com a Câmara Municipal. Portanto, uma coisa que gostaríamos de saber é quantos trabalhadores vão ser adstritos na Loulé Concelho Global para garantir o cumprimento das novas competências? -----

Onde serão instalados e quais os custos? -----
Do que vemos esta transferência representa custos acrescidos para o erário municipal e não acrescenta mais-valias revelantes para os utilizadores para além daquelas que a Câmara Municipal já presta. -----
Tendo em consideração a necessidade de contratação de técnicos e sistemas especializados, quanto tempo serão necessários para a Loulé Concelho Global estar em condições de cumprir as atividades que se propõe agora concretizar. Obrigado. --

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Deputado. Senhor Deputado João Ferreira, do PSD, tem a palavra. Peço-lhe síntese, por favor. -----

O Deputado **João Ferreira (PSD)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. -----

Senhor Presidente, Dr. Vítor Aleixo, está-nos a acusar de nós estarmos a aligeirar o trabalho do Executivo do Partido Socialista nos últimos três mandatos aqui nesta Câmara Municipal. Isso não corresponde à verdade, mas há uma coisa que lhe posso garantir que esta bancada não vai fazer, é aligeirar a inércia do Executivo Socialista nesta Câmara Municipal. Portanto, quando fala que apareceu o REOT, apareceu a pandemia, etc. etc., apareceu no mundo inteiro. -----

Faro que já tem PDM, Silves que já tem PDM, Lagoa que já tem PDM, também tiveram pandemia, também tiveram REOT's, também tiveram essas coisas todas. -----

Em relação aos funcionários, já por várias vezes tentou, não sei se tem alguma coisa por trás ou não, em dizer que estamos a acusar que os atrasos são dos técnicos da Câmara. Eu nunca ouvi aqui de bancada nenhuma, inclusive da bancada do Partido Socialista, acusar os atrasos aos técnicos da Câmara Municipal, portanto, eu nunca ouvi isso, se calhar alguém disse eu nunca ouvi isso, estamos a falar é da Câmara Municipal, como há muitas coisas, há o Executivo dentro da Câmara Municipal, existe a burocracia dentro da Câmara Municipal e existe o Executivo para cortar os canais e



Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

deixar de haver burocracia e outras coisas, portanto, aqui ninguém está a acusar os técnicos porque se for para acusar algum técnico eu já o fiz e aponto o dedo, mas com matéria de facto, portanto não é disso que se está aqui a trazer, quem foi muito direto a falar sobre os técnicos projetistas foi o senhor Presidente, eu é que depois acabei por lhe dar aqui um exemplo que posso lhe trazer vários exemplos, como também se calhar há técnicos que aquilo até nem foi técnico, estou a falar da chefia. -----
Aqui ninguém está aqui a falar dos técnicos, mas tivesse que falar dos técnicos falava-se dos técnicos, portanto, neste sentido aligeirar aqui ninguém está a aligeirar nada, estamos a falar de 18 anos, este problema continua e não anda para a frente, mas há Câmaras Municipais que já o conseguiram, portanto, tem uma empresa, tem o apoio de todas as bancadas pelo menos é com essa situação, agora é pôr as coisas a andar. Disse. -----

O **Presidente da AML** disse: Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Presidente, peço-lhe o máximo de síntese, para si ou para quem for usar da palavra. Tem 30 segundos, eu não vou contar tempo, mas vou pedir o máximo de síntese, é 01.00h, teremos naturalmente tolerância para continuar até ao final das votações, tanto mais que esta sessão não tem condições de ter continuação, porque segunda-feira serão aqui servidas refeições, aos utentes. Portanto a sessão terá que acabar hoje. -----
Pedi Indiretamente 15 minutos aos senhores Deputados, e não vamos passar disso. Portanto o máximo de síntese, para as 3 questões que foram colocadas. Muito obrigado. -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

6- Intervenções da Câmara Municipal para esclarecimentos; -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Concerteza senhor Presidente, obrigado. -----
Muito rapidamente, só uma nuance para o senhor Deputado Vítor Coelho referiu de facto e bem das nove Freguesias apenas três crescem na população e algo está mal, De facto, eu podia agora dizer-lhe as várias iniciativas que temos desenvolvido em particular no território do interior, mas vou-lhe dizer dentro da Estratégia Local de Habitação por acaso até aquilo que foi a construção de iniciativa municipal feita e entregue foram 2 habitações no Ameixial e 5 em Salir e já temos mais 4 em construção

[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

no Ameixial e 12 em Salir e 2 em Alte em contratação pública que referida aqui na Apresentação. -----

Portanto, efetivamente estamos a procurar ativamente dotar o território do interior de capacidade de fixar a demografia que é absolutamente essencial para além da atividade. -----

Senhor Deputado Carlos Martins, sobre as questões das propostas de aumento de renda mencionou que Boliqueime que deveria ser classe B em vez de classe A, também existem territórios do interior de São Sebastião e de São Clemente que se calhar também deveriam ser territórios B em vez de serem A, é uma reflexão a áreas mais urbanas que são mais aproximadas daquilo que é a pressão dos territórios classificados como A, Boliqueime sofre muito de facto de preços e da especulação imobiliária, também já por efeito de arrastamento aqui da proximidade com o litoral. Entendi perfeitamente, mas neste momento é uma reflexão que poderá ser até também abrangida para outros territórios e para outras Freguesias. -----

-Sobre a Tabela das rendas apoiadas, eu creio que estão indexados ao IAS, portanto, poderemos fazer chegar, está no Regulamento, estou a tentar obter informação aqui, tenho no telemóvel, peço desculpa. Os valores são definidos em função de uma Portaria estatal que sai e que define quais são os valores da renda apoiada, muito obrigado pelo esclarecimento adicional, por isso é que não tem uma tabela apenas ao Regulamento. -----

Já agora, falou sobre a Empresa Municipal, Loulé Concelho Global, está a fazer um caminho que temos dezenas de Empresas Municipais em Portugal e muitas delas com enorme sucesso naquilo que é a gestão da habitação municipal em todos os domínios, posso dar o exemplo da Gaiurb, posso dar o exemplo de Braga Habita, posso dar o exemplo da Porto Domus, ainda numa sessão que tivemos com a Comissão de Representantes, na qual o senhor participou há pouco tempo, referia-se efetivamente que a Porto Domus, creio que tinha 13.000 fogos na sua esfera de gestão de habitação municipal, o que só demonstra que é uma empresa capacitada e é por acaso o município do Porto, aquele que tem mais habitação de iniciativa municipal na sua esfera de gestão. -----

Não irá prestar contas, as Empresas Municipais prestam contas à Assembleia Municipal e quando refere qualquer atividade, já agora só complementando a informação que eu disse, eu disse que estamos a capacitar a empresa municipal, não estamos a delegar competências. -----

A Empresa Municipal, para vir depois a desenvolver estas atividades terá de ter um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

contrato-programa onde versa sobre estas matérias e terá de ter contratos de mandato que será quando o Município mandata a Empresa Municipal para uma empreitada, para uma reabilitação, é a Câmara Municipal que mandata e isso é deliberado em Reunião de Câmara e Assembleia Municipal, senhor deputado e será numa fase posterior. -----

Quantos trabalhadores e quais os custos? Os trabalhadores que estarão perspectivados e num estudo que acompanha a proposta serão 20, mas vai ser uma integração gradual, chamo a atenção aos senhores deputados, isto favorece porque permite muito tempo de análise da documentação, para além da proposta de alteração estatutária está um plano na ótica do investimento para a exploração e financiamento, basicamente fecha com um estudo de viabilidade económica e financeira, mas define aquilo que é necessidade em termos de quadro pessoal, a sua orgânica, quais são os benefícios de concentrar nesta empresa municipal toda esta atividade respeitante à habitação e convido-o a ler permitindo tempo para que quando esta Assembleia Municipal vier a deliberar sobre a delegação de competências os senhores tenham tempo para analisar as questões financeiras, quais são os custos que está respondido precisamente no documento que está em anexo à proposta senhor Deputado. Obrigado senhor Presidente. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Vice-Presidente. Senhor Presidente, peço-lhe muita brevidade. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, é a última intervenção sobre este tema, depois votar-se-á, é isto não é senhor Presidente? Muito obrigado. -----

Eu gostava de dizer, que este assunto tem sido exaustivamente debatido nesta Assembleia, tem havido muitas Assembleias, esta é específica tratou só do problema da habitação, mais uma vez voltamos a apresentar números, fizemos o ponto de situação, onde é que estamos, a evolução, os resultados, aquilo que nos falta fazer, portanto, tem havido inúmeras Assembleias onde este problema tem sido discutido. Mais uma vez aqui foi hoje, e eu julgo sinceramente para proveito de todos e mais uma vez se verifica que há aqui entendimentos diferentes relativamente à apreciação que é aquele que é o trabalho da Câmara Municipal de Loulé. -----
Eu admito que, talvez se os senhores deputados lidassem com a problemática no dia-a-dia tal como nós lidamos, talvez que o vosso ponto de vista se aproximasse muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

mais do nosso, porque digo-vos por razões objetivas que não dependem de nós, as coisas levam tempo, não são fáceis, mas há uma coisa que não nos podem negar, é que há uma evolução positiva às respostas que estão a ser dadas obviamente e à vista de toda a gente. Se não quiserem reconhecer, eu compreendo, é o combate político, mas nós estamos aqui para defender o bom trabalho que a Câmara Municipal tem feito com os seus técnicos que são alguns e que trabalham em exclusivo nesta problemática. -----

E também se viu aqui esta noite, disse que aqui há pensamento, eu diria que não há pensamento, há pensamentos porque quando ouvimos aqui hoje e foi mais que uma vez valorizar apenas o encontrar de respostas para a população de rendimentos intermédios, eu acho que isso é dar prioridade a uma resposta que não deve ter, são duas respostas diferenciadas a política da Câmara Municipal com equilíbrio porque tanto sentem os problemas as pessoas de rendimentos intermédios, como aquele senhor que veio aqui falar e que disse que se sente defraudado, injustamente do meu ponto de vista, provavelmente está muito longe de compreender a complexidade de que se reveste a política pública do Município. -----

Relativamente a este dossier, portanto, admito eu que só por isso é que ele se sente defraudado, mas houve aqui quem dissesse que aquele senhor é que tem razão e que as classes de rendimento intermédios, portanto, aí é que a gente deve apostar, não senhor deputado, nós devemos apostar também e nunca nos devemos esquecer daquelas pessoas que são muitas, que são milhares, de pessoas que vivem em situação indigna, pessoas que vivem em casas sobrelotadas, mães, tios, sobrinhos, netos que vivem não sei quantos num quarto, são muitos, não, não, desculpe, essas pessoas existem, são as pessoas do 1.º Direito. -----

Esta Câmara diverge dos senhores pois esta Câmara é equilibrada, esta Câmara trabalha para resolver os problemas de dois segmentos distintos da sociedade portuguesa, uns são as pessoas de rendimentos muito baixos, pessoas que têm uma vida muito dura e muito difícil e que têm direito a viver dignamente, tal como os outros mas nós trabalhamos para ambos e é isso que nos distingue e é por isso que não há pensamento aqui nesta sala, aqui há pensamentos que são um pouco diferentes um do outro.-----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Presidente. Eu vou pôr à consideração dos senhores Deputados a continuação desta Assembleia até a executarmos o tempo que os partidos têm direito, portanto, ou isso ou concluímos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Assembleia, é 1h08, as pessoas que aqui assistiram, a paciência delas já se esgotou, todas as pessoas se foram embora, as pessoas estão em casa, penso que iremos pelo mesmo caminho. É como eu digo, se a Sessão for para continuar ela continuará até esgotados o tempo dos Partidos e toda a gente falará o tempo que quiser falar, não se queixem é com o prolongamento da Sessão. Eu vou dar a palavra aos líderes de bancada, começando pelo Partido Socialista-----

O Deputado **Carlos Costa (PS)** tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, considerando o que foi o debate, o que foram as questões que foram levantadas, a repetição de respostas, a repetição de perguntas, estamos em condições de dar sequência à Ordem de Trabalhos, que é a votação, vamos ter mais Assembleias Municipais, vamos ter mais oportunidades, e penso que isto para nós, estamos esgotados.-----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Senhor Deputado Helder Faísca, do PSD, tem a palavra. -----

O Deputado **Helder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Boa noite senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos, que ainda não tive oportunidade de o fazer. -----

Aqui não se trata de querer continuar a Assembleia, aquilo que o Partido Social-Democrata estava a pedir, no fundo é uma defesa da honra porque o senhor Presidente está a dizer que nós defendemos apenas o apoio da renda acessível e não é verdade, ninguém criticou o apoio da renda apoiada, aquilo que nós estamos a dizer, é que é preciso mais apoio à renda acessível com certeza que temos que continuar com a renda apoiada. Agora nós não dissemos que éramos contra a renda apoiada, nunca! Trata-se só de dizer isso, não é de continuar a Assembleia. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Deputado. Pode-se considerar que a posição do Partido Social-Democrata ficou esclarecida com a sua intervenção. Muito obrigado. Partido CHEGA, Sandra Castro, tem a palavra. -----

A Deputada **Sandra Castro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: eu penso que a situação que se colocava aqui era de facto responder ao que o senhor Presidente acabou de afirmar porque mandou uma indireta para o ar, não especificou para quem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

é que estava a falar e penso que todos aqui demonstraram, a preocupação em arranjar habitação mais uma vez para as classes mais desfavorecidas, que é de facto urgente que assim o faça e que está a fazer algum trabalho nesse sentido. -----

Mas o que nós também não queremos, é que se esqueçam completamente da classe média porque também é importante e como fez essa afirmação e deu a entender que bancadas aqui tinham dito que eram contra ou que não eram a favor de ter habitação a custos controlados e que só pensávamos na outra classe, foi isso que nós fizemos questão de esclarecer, por isso por mim está esclarecido.-----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhora Deputada. Carlos Martins, do BE, tem a palavra. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** disse: Não temos mais nada a acrescentar. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Isilda Guerreiro, do CDS, tem a palavra.

A Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)** tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, não tenho mais nada a acrescentar, é só mesmo desfazer o equívoco que foi aqui deixado no final da apresentação do senhor Presidente, sobre o que aqui foi dito toda a noite, parece-me um encerrar de discurso distorcido. Muito obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Carla Gomes, da CDU, tem a palavra. Senhores Deputados, eu espero que a gente tenha condições para terminar esta Assembleia, sem que tenha que a interromper, sem votação. Senhora Deputada Carla Gomes, CDU, tem a palavra. -----

A Deputada **Carla Gomes (CDU)** tomou a palavra e disse: Obrigada, senhor Presidente. Como é óbvio esta Sessão tem todas as condições para terminar, porque como está visto está-se a entrar em pleno bate-boca, a Sessão está gravada, o que foi dito porque cada bancada está registado, e agora estamos com falsas defesas da honra, para mim não me faz muito sentido. Obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Senhora Deputada. Ana Poeta, do PAN, tem a palavra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

A Deputada **Ana Poeta (PAN)** tomou a palavra e disse: Obrigada, senhor Presidente. Esta bancada também se sente confiante para prosseguir à votação, mas se as outras bancadas estão disponíveis e dispostas, podemos preparar uma Sessão Temática só sobre Habitação.-----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Senhora Deputada. De qualquer maneira penso que pela intervenção do líder de bancada do PSD, a questão que o PSD queria ver clarificada foi esclarecida e que estamos em condições de passar à votação.-----

Passou-se à proposta seguinte; -----

7- Votação das Propostas apresentadas; -----

Proposta da Câmara Municipal n.º 2151-2024 [DMADS] - Estratégia Local de Habitação (ELH) do município de Loulé, Proposta de atualização ao documento aprovado em Reunião de Câmara de 22 de maio de 2019 passando a ter a designação Estratégia Local de Habitação 2019-2032; -----

A Proposta foi **aprovada por maioria**, com 31 votos a favor (21 PS, 8 PSD, 1 BE, 1 CDS) e 3 abstenções (1 CHEGA, 1 CDU, 1 PAN). -----

Passou-se à proposta seguinte: -----

Proposta da Câmara Municipal n.º 2258-2024 [DGHM] - Atualização dos parâmetros aplicáveis ao acesso à habitação em regime de Arrendamento Acessível do Regulamento Municipal do Direito à Habitação do município de Loulé;-----

A Proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

Passou-se à proposta seguinte: -----

Proposta da Câmara Municipal n.º 2353-2024 [GAP] - Proposta de Alteração dos Estatutos da Empresa Municipal Loulé Concelho Global; -----

Handwritten signature and initials in blue ink.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

A Proposta foi **aprovada por maioria**, com 29 votos a favor (20 PS, 8 PSD, 1 CDS) e 4 votos contra (1 CHEGA, 1 BE, 1 CDU, 1 PAN). O BE, fará chegar Declaração de Voto. O Deputado Carlos Costa (PS), ausentou-se da sala não participando nesta Proposta. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

8- Encerramento pelo Presidente da Assembleia Municipal; -----

O **Presidente da AML** disse: Aproximamo-nos, agora sim, do final da nossa Sessão Extraordinária sobre Habitação. As condições de temperatura e de sonoridade, bem como da cobertura da rede digital destas instalações são boas para nos recordar que a descentralização e a vinda aos locais menos centrais fazem-nos sentir aquelas que são as condições do dia-a-dia de muitas das populações fora dos centros urbanos. -- Apesar disso, penso que tivemos uma sessão de trabalho proveitosa que nos permitiu ficar mais informados sobre o que está a ser feito no nosso Município, em matéria de habitação e tomar decisões importantes para resolvermos as carências com que nos confrontamos nesta área. A sessão de hoje foi um exemplo da pertinência do que tem sido discutido por esta Assembleia em diversas ocasiões, do trabalho que tem estado a ser feito, mas também do grande desafio que continuamos a ter pela frente nesta matéria. É obrigação de todos nós cerrarmos fileiras em torno desta questão fundamental para o nosso Município e para os cidadãos do nosso concelho. ----- Quero informar-vos que no próximo dia 31 de janeiro, pelas 21.00h terá lugar na Sociedade Recreativa de Vale Judeu, na Freguesia São Sebastião uma Sessão Extraordinária Temática sobre Gestão de Água, Consumos, Perdas e Qualidade. Como muito bem sabemos, assunto também da máxima importância para todos nós. Ainda nos falta, senhores deputados, a leitura da ata minuta que eu vou fazer da forma mais rápida possível. -----

O Presidente da Assembleia, nos termos da legislação faz público em Reunião Extraordinária de 17 de janeiro de 2025 e aprovada em minuta, a Assembleia reunida no Centro Social e Comunitário de Vale de Silves em Boliqueime tomou as seguintes deliberações: -----

- Proposta da Câmara Municipal n.º 2151-2024 [DMADS] - Estratégia Local de Habitação (ELH) do município de Loulé, Proposta de atualização ao documento aprovado em Reunião de Câmara de 22 de maio de 2019 passando a ter a designação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Estratégia Local de Habitação 2019-2032; foi aprovada por maioria, com 31 votos a favor (21 PS, 8 PSD, 1 BE, 1 CDS) e 3 abstenções (1 CHEGA, 1 CDU, 1 PAN); -----

- Proposta da Câmara Municipal n.º 2258-2024 [DGHM] - Atualização dos parâmetros aplicáveis ao acesso à habitação em regime de Arrendamento Acessível do Regulamento Municipal do Direito à Habitação do município de Loulé; foi aprovada por unanimidade; -----

- Proposta da Câmara Municipal n.º 2353-2024 [GAP] - Proposta de Alteração dos Estatutos da Empresa Municipal Loulé Concelho Global; foi aprovada por maioria, com 29 votos a favor (20 PS, 8 PSD, 1 CDS) e 4 votos contra (1 CHEGA, 1 BE, 1 CDU, 1 PAN), o BE, o PAN e a CDU farão chegar declarações de voto. -----

O Deputado Carlos Costa (PS), ausentou-se da sala não participando nesta Proposta.

Passou-se à votação; -----

A Ata Minuta foi aprovada por unanimidade, à 01h15 do dia 18 de janeiro de 2025. -

O **Presidente da AML** disse: Agradecendo a todos os que tornaram possível a realização desta Assembleia e a difusão da mesma, Dra. Maria Armada, Presidente da Direção de Centro Social e Comunitário de Vale Silves e todos os seus colaboradores, Presidente Nelson Brazão e toda a sua equipa da Junta de Freguesia de Boliqueime, aos cidadãos que nos acompanharam presencialmente e pelas redes sociais, ao Executivo, às Deputadas e aos Deputados deste nosso Município, a todos e a todas, muito obrigado, muito boa noite.-----

O **Presidente da Assembleia** deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O 1º SECRETÁRIO

A 2ª SECRETÁRIA